

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL
MESTRADO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E TRANSFORMAÇÃO
SÓCIO-AMBIENTAL COM A IMPLANTAÇÃO DA AGENDA 21
LOCAL: O CASO DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA
COLÔNIA DE PELOTAS**

NEUZA MARIA CORRÊA DA SILVA

RIO GRANDE

2006

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL
MESTRADO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E TRANSFORMAÇÃO
SÓCIO-AMBIENTAL COM A IMPLANTAÇÃO DA AGENDA 21
LOCAL: O CASO DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA
COLÔNIA DE PELOTAS**

NEUZA MARIA CORRÊA DA SILVA

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do Grau de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, da Fundação Universidade Federal do Rio Grande.
Orientador: Sírío Lopez Velasco

RIO GRANDE

2006

Silva, Neuza Maria Corrêa da

**Educação Ambiental e transformação sócio-ambiental com a
implantação da Agenda 21 Local: o caso do núcleo de Educação
Ambiental da colônia de Pelotas**

Dissertação de mestrado, 2006.

NEUZA MARIA CORRÊA DA SILVA

**AMBIENTAL COM A IMPLANTAÇÃO DA AGENDA 21 LOCAL: O CASO DO
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA COLÔNIA DE PELOTAS**

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do Grau de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, da Fundação Universidade Federal do Rio Grande FURG. Comissão de avaliação formada pelos examinadores:

Nome do Orientador
(FURG)

Nome do Examinador Interno
(FURG)

Nome do Examinador Externo
(UFPEL)

Nunca duvide da capacidade de um pequeno grupo de dedicados cidadãos, para mudar os rumos do planeta. Na verdade, eles são a única esperança de que isso possa ocorrer.

Margareth Mead

DEDICATÓRIA

Dedico esta vitória aos meus filhos: Giuseppe e Graziella, pelo amor, carinho, compreensão e inspiração, ao Rubens, pelo apoio e companheirismo.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Dr. Sírío Lopez Velasco, pela sua dedicação, amizade, confiança e lealdade.

Ao Professor Gomercindo Ghiggi e Humberto Calloni, pelas contribuições dadas enriquecendo e abrilhantando a pesquisa.

Aos familiares: tio Artur e tia Nilda, pelo carinho, estímulo e apoio recebidos.

Em especial, agradeço à grande amiga Jara Fontoura, minha fonte de inspiração.

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS.....	09
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	11
LISTA DE SIGLAS	12
RESUMO	13
ABSTRACT	15
APRESENTAÇÃO.....	17
JUSTIFICATIVA	20
INTRODUÇÃO.....	24
1 OBJETIVOS.....	27
1.1 Objetivo Geral	27
1.2 Objetivos específicos.....	27
2 HISTÓRICO.....	28
2.1 Antecedentes Históricos da Educação Ambiental e Agenda 21.....	28
2.2 Educação Ambiental e seus objetivos	34
3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL	36
3.1 Considerações Gerais	36
3.2 Educação Ambiental e o Socialismo	41

4 AGENDA 21	47
4.1 Agenda 21 Global.....	47
4.2 Agenda 21 Nacional	48
4.2.1 Agenda 21 como instrumento de construção de sociedades sustentáveis	57
4.2.2 Desafios para a implantação da Agenda 21 brasileira.....	61
4.3 Agenda 21 Local.....	63
4.3.1 Parceiros para a construção da Agenda 21 Local.....	65
4.3.2 Temas e Elaboração do diagnóstico	65
4.3.3 Grupos de trabalho na construção da Agenda 21 Local	66
4.3.4 O Papel da comunidade na implementação da Agenda 21 Local.....	67
4.4 Agenda 21 em Pelotas	70
4.4.1 Fórum da Agenda 21 em Pelotas.....	74
4.4.2 Criação dos Núcleos de Educação Ambiental.....	76
4.4.3 Proposta de trabalho da Agenda 21, na comunidade da Colônia	79
5 PREMISSAS TEÓRICAS PARA UMA NOVA FORMA DE AÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	81
6 METODOLOGIA DE PESQUISA	86
7 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	91
7.1 Análise dos dados do 8º distrito	91
7.2 Análise dos dados gerais	94
7.3 Análise dos Conhecimentos	106
7.4 Análise das Habilidades	107
7.5 Análise do Comportamento	108
7.6 Análise dos dados do 7º Distrito.....	120
7.7 Análise dos Valores	133
CONCLUSÃO.....	145
ANEXOS.....	150

LISTA DE GRÁFICOS

Gráficos compostos por dados de entrevistas realizadas em 2004 e 2005.

Gráfico 1: Idade.....	94
Gráfico 2: Escolaridade	95
Gráfico 3: Profissão.....	96
Gráfico 4: Sexo.....	97
Gráfico 5: Posição que ocupa na casa	98
Gráfico 6: Casa.....	99
Gráfico 7: Água.....	100
Gráfico 8: Moradores	101
Gráfico 9: Renda Familiar.....	102
Gráfico 10: Problemas enfrentados pela comunidade.....	103
Gráfico 11: Entendimento por trabalho	109
Gráfico 12: Entendimento por emprego.....	110
Gráfico 13: Entendimento por miséria	111
Gráfico 14: Responsabilidade da resolução dos problemas da comunidade.....	112
Gráfico 15: Entendimento por planejamento familiar.....	113
Gráfico 16: Preferência de um emprego assalariado e ou trabalho familiar	114
Gráfico 17: Participação mutirão de limpeza	115
Gráfico 18: Entendimento por preservação ambiental	116
Gráfico 19: Ações de preservação do meio ambiente	117
Gráfico 20: Entendimento por Educação Ambiental	118
Gráfico 21: Entendimento por Agenda 21	119
Gráfico 22: Idade.....	121
Gráfico 23: Escolaridade	122
Gráfico 24: Profissão.....	123
Gráfico 25: Sexo.....	124

Gráfico 26: Posição que ocupa na casa	125
Gráfico 27: Condições de moradia	126
Gráfico 28: Água	127
Gráfico 29: Número de pessoas que moram na casa.....	128
Gráfico 30: Renda familiar.....	129
Gráfico 31: Problemas enfrentados pela comunidade	132
Gráfico 32: Entendimento por trabalho	133
Gráfico 33: Entendimento por emprego	134
Gráfico 34: Entendimento por miséria	135
Gráfico 35: Preferência por emprego assalariado ou trabalho familiar.....	138
Gráfico 36: Entendimento por planejamento familiar.....	139
Gráfico 37: Entendimento por preservação ambiental	141
Gráfico 38: Entendimento por Educação Ambiental	142
Gráfico 39: Sabe o que é Agenda 21?	143
Gráfico 40: O que espera da Agenda 21?	144

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1- Cachoeira dos Gotinari - 8º distrito	151
2- Vertente na propriedade Bachini – 7º distrito	151
3- Parque Farroupilha – 8º distrito	152
4- Arroio Quilombo – 7º distrito	152
5- Queimada na Colônia Santo Antônio – 7º distrito	153
6- Assoreamento nas margens da Barragem do Quilombo – 7º distrito.....	153
7- Arroio Quilombo – 7º distrito	154
8- Lixo jogado na natureza – 7º distrito	154
9- Reunião do NEA – 7º distrito.....	155
10- Reunião do NEA – 7º distrito.....	155
11- Propriedade dos Portantiolo – 8º distrito.....	156
12- Cachoeira do Arco Iris – 8º distrito.....	156
13- Reunião do NEA – 8º distrito.....	157
14- Reunião do NEA – 7º distrito.....	157

LISTA DE SIGLAS

SQA	(Secretaria de Qualidade Ambiental)
DEA	(Departamento de Educação Ambiental)
NEA	(Núcleos de Educação Ambiental)
PIEA	(Programa Internacional de Educação Ambiental)
PNUMA	(Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente)
FNMA	(Fundo Nacional do meio ambiente)
ONU	(Organização das Nações Unidas)
PIB	(Produto Interno Bruto)
ILAC	(Iniciativa Latino-Americana e Caribenha)
CNUMAD	(Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento)
CIDES	(Comissão Interministerial de Desenvolvimento Sustentável)
CPDS	(Comissão de Política de Desenvolvimento)
UNESCO	(organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)
PENUD	(Programa das nações Unidas para o Desenvolvimento)
OIT	(Organização Internacional do Trabalho)
EIA/ RIMA	(Estudos de Impactos Ambientais/Relatório de Impactos do Meio Ambiente)
OMS	(Organização Mundial da Saúde)
AZP	(Associação Zoobotânica de Pelotas)
CET	(Centro de Estudos Toxicológicos)
CEFET	(Centro Federal de Educação Tecnológico)
COORECICLO	(Cooperativa de Reciclagem)
EMBRAPA	(Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária)
CEA	(Centro de Estudos Ambientais)
GITE	(Grupo Integrado de Turismo Ecológico)
SME	(Secretaria Municipal de Educação)
SEURB	(Secretaria Municipal de Planejamento Urbano)
UPACAB	(União Pelotense de Associações Comunitárias de Associações de Bairros)
AMIZ	(Unidade de Formação e Capacitação Humana e Profissional)
COMPAM	(Conselho Municipal de Proteção Ambiental)

RESUMO

Esta pesquisa apresenta o estudo sobre as transformações sócio-ambientais observadas no sétimo e oitavo distritos da Colônia de Pelotas, a partir da criação e atuação do Núcleo de Educação Ambiental (NEA), com a implantação da Agenda 21 local. Com isso, objetivamos avaliar durante um ano de atuação deste (NEA), as possíveis transformações no que tange aos seus conhecimentos, habilidades, valores, comportamentos e capacidade de avaliação dos problemas sociais, econômicos e ambientais por eles enfrentados.

Na verdade, os pensamentos de vários educadores ambientais sobre Educação Ambiental e suas complexidades, permitem a reflexão sobre o papel destes nas transformações político-econômico- sociais; com isso, o desenvolvimento da ética ambiental, permitindo ampliar a visão da complexidade e das conexões que se estabelecem entre os seres.

A transformação social constitui-se o ponto chave para avaliar a validade do processo de implantação de agendas locais. A governança local tornando-se um dos mais importantes mecanismos de inovação democrática e ambiental. Esse processo, contudo, desafia, de maneira radical, as práticas ambientais, sociais e econômicas tradicionais e vigentes na esfera municipal.

Cabe salientarmos que a metodologia utilizada é a pesquisa-ação-participante, com a qual nos envolvemos de modo cooperativo, participativo. A aprendizagem se deu de modo que a ação realizada, ao mesmo tempo em que nos forma, também oferece informações para a construção de novos conhecimentos, incrementando continuamente o processo, de modo coletivo, por meio de formação de multiplicadores, que aprendem, produzem seu conhecimento e o compartilham com os demais. Diante disso, entendem, ao mesmo tempo, o valor da participação comunitária.

Através do método de entrevista gravada e escrita, foi possível conhecermos como pensa, sente e age a comunidade diante dos problemas sócio-ambientais enfrentados por eles e o que esperam da Agenda 21.

A partir da compreensão do que é Agenda 21, e como ela pode favorecer as práticas políticas sociais, utilizamo-nos dos informativos do Ministério do Meio Ambiente e da Agenda 21 Nacional.

Os dados nos revelam que a Agenda 21, por si só, não constitui o único instrumento que devemos utilizar para desenvolvermos um trabalho de conscientização e de desenvolvimento da ética ambiental; mas quando levado a sério, poderá ser um decisivo instrumento para a prática de Educação Ambiental multiplicadora e mobilizadora. Poderá, portanto, proporcionar relevantes resultados sociais: auxiliar, no caso de Pelotas, na construção de um ecosolidarismo, nos projetos criados a partir das necessidades da comunidade local.

Por sua vez, podemos destacar o salutar convívio que os moradores têm com o ambiente, mostrando a importância deste para a sobrevivência de todos os seres, considerando o ser humano mais um dos integrantes deste universo chamado Terra.

Esses indivíduos esperam e lutam para que, através da Agenda 21, desenvolvam-se políticas públicas sérias, comprometidas com os socialmente menos favorecidos. Anseiam, ainda, que possam ter justiça social e, assim, uma melhoria não apenas na qualidade de vida, mas também no local onde moram. Se isso ocorrer, terão incentivos para continuar a lidar com a terra.

Palavras-chave: Educação Ambiental - Agenda 21 Local – Núcleo de Educação Ambiental

ABSTRACT

This research presents the study on social environmental changes observed in the seventh and eighth districts in Pelotas country area, after the beginning and the work of Environmental Education Nucleus, with the implantation of local Agenda 21. With this we aimed at evaluating for a year of work of the Nucleus, the possible changes considering its knowledge, skills values, behavior and capacity of evaluating social, economical and environmental problems faced by the people from these districts.

Actually, the thoughts of several environmental educators on Environmental Education and its complexities, enable the thought about their role in these social, political, economical changes; therefore, the development of environmental ethics, enabling enlarging the view of complexity and of the connections which are established among the people.

The social change constitutes of the key point to evaluate the validity of the process of implantation of local agendas. The local administration becomes one of the most important mechanisms of democratic and environmental innovation. This process, however, challenges, in a radical way, the environmental, social and economical traditional practices and present in the local content.

It is worth mentioning that the methodology used is the action-participant research, with which we involve, in a cooperative, participative form. The learning took place in order to form us, along with time, also offering information for the construction of new knowledge, continuously improving the process, in a grouped form through the development of multipliers who learn, produce their knowledge and share it with the others. Through this, it is understood, at the same time, the value of community participation.

Through the method of recorded and written interview, it was possible for us to know how the community thinks, feels, acts when facing social and environmental problems faced by them and what they expect from Agenda 21.

From the understanding of what Agenda 21 is, and how it can favor the social political practices, we used informative from the Environment Ministry and the National Agenda 21.

The data revealed that Agenda 21, itself, does not constitute the only tool which we should use to develop a work of making people aware and of development of environmental ethics; but, when taken seriously, it can be a very important tool for the practice of a multiplying and mobilizing Environmental Education. It may, however, provide relevant social results: help, in the case of Pelotas, in the building up of an ecosolidarity, in the projects created from the needs of the local community.

Also, we can highlight the friendly relationship which the inhabitants have with the environment, showing then the importance of it for the survival of everyone, considering the human being as one more member of this universe called Earth.

These individuals hope and fight for, through Agenda 21, a development of serious public policies, committed with the socially less favored. They also crave that they may have social justice and, therefore an improvement not only in their quality of life nut also in the place where they live. If this happens, they will be motivated to continue working in the country dealing with the soil.

Key words: Environmental Education – Local Agenda 21 – Environmental Education Nucleus

APRESENTAÇÃO

Minha trajetória educacional começou a partir da escolha pelo curso de Magistério. Por acreditar na educação e reconhecer a importância desta, comecei a ministrar aula, contratada pela Prefeitura Municipal de Pelotas, em agosto de 1983, para o Ensino Fundamental que, na época, ainda se chamava Currículo por Atividade. Realizei meu grande sonho de ser professora, e a praticar toda a teoria interiorizada no curso profissionalizante. Destaco que sempre procurei me espelhar no grande mestre Paulo Freire. Construindo conhecimentos junto com meus alunos, aprendi, a cada dia, trabalhar de acordo com a realidade apresentada, com isso, cada vez mais se aprimorava meu crescimento e aperfeiçoamento dos conhecimentos empíricos.

Mas meu sonho não havia acabado, queria mais, sabia que um bom profissional precisa buscar cada vez mais conhecimentos. Então, ingressei no curso de Pedagogia com Habilitação em Supervisão Escolar, formando-me no primeiro semestre de 1989.

Fui convidada, em 1993, a assumir a supervisão da Pré-escola junto a Secretaria Municipal de Educação, de todas as escolas da rede pública e mais 22 creches. Esse trabalho me propiciou plena realização, visto que sempre procurei trocar conhecimentos e me apoiar em novas experiências, através de estudos, cursos, palestras e oficinas proporcionados por profissionais ligados à área de atuação. Os quatro anos, durante os quais desenvolvi este trabalho, significaram muito para mim, visto que foi neste período que comecei a descobrir a importância do brincar no fazer pedagógico e montei uma oficina de brinquedos, para auxiliar o trabalho dos professores em sala de aula. Paralelo a esse trabalho comecei a fazer especialização em Educação, com Habilitação em Metodologia do Ensino e me formei em 1995.

No ano de 1998, fui convidada a montar uma oficina ecopedagógica e coordenar o Projeto Adote uma Escola, no Departamento de Processamento de Lixo no SANEP. Na verdade, foi uma realização, por ver meu esforço reconhecido e por poder ministrar palestras e oficinas sobre o reaproveitamento do lixo reciclável, para professores e comunidade escolar, dentro da cidade, nas cidades vizinhas e até em outros estados. No entanto, ainda faltava algo. Foi aí que descobri o Curso de Graduação, Bacharelado em Ecologia, em cujo decorrer, conheci a comunidade ecossolidária, o ecomunitarismo e a importância do entrelaçamento do saber acadêmico com o popular. Fiz meu estágio, trabalhando durante um ano, acerca do lixo reciclável, buscando a geração de renda, ajudando na auto-sustentabilidade daquela comunidade. Formei vínculos e me apoderei de vários conhecimentos, terminei o curso em 2002. Desde então, entendi o quanto é árduo o trabalho de um educador ambiental, para o desenvolvimento de uma consciência ecológica, de atitudes, de cidadania e responsabilidades que garantam uma adequada relação entre homem e o ambiente.

Pelo reconhecimento do meu trabalho desenvolvido na comunidade, fui convidada, em 2001, a trabalhar na Secretaria de Qualidade Ambiental, (SQA) criada para atender as demandas ambientais do município, sendo uma das integrantes do Departamento de Educação Ambiental, participei da implantação da Agenda 21 Local. Por me identificar com a comunidade rural, escolhi acompanhar o Núcleo desde sua formação até o desenvolvimento do trabalho na zona rural com o Núcleo instituído.

Hoje, sou diretora do Departamento de Educação Ambiental e Coordenadora da Agenda 21 Local; acompanho o processo desde sua implantação até a formação do fórum 21, que, a partir deste ano de 2006, através da Câmara Técnica do Fórum 21, do Conselho Municipal de Proteção Ambiental, dá institucionalidade aos Núcleos de Educação Ambiental (NEAs) e continuidade ao processo de Agenda 21 local.

Julgo relevante acrescentar que o Mestrado em Educação Ambiental complementa todo o meu trabalho e experiências adquiridas até agora nas questões ambientais, gerando mudanças de conduta profundas, novas atitudes, capacidade de análise e de conscientização da problemática existente. Tal aperfeiçoamento favorece, ainda, o desenvolvimento de atitudes que regem mudanças ambientais, como o uso adequado e responsável dos recursos naturais e do meio ambiente, estimulando assim, fortemente os cidadãos à observação, ao contato com o meio, a sua análise para a preservação ambiental.

Por toda a minha história de luta pela educação e pelas questões ambientais é que escolhi o tema Agenda 21, porquanto penso que não basta ensinar ao homem uma especialidade; é necessário que ele adquira um sentimento, um senso prático que vale a pena ser empreendido.

JUSTIFICATIVA

Meu interesse por esta pesquisa nasceu a partir da necessidade de se ter um documento que sirva de guia para todos os interessados no processo de Agenda 21 Local. A avaliação da criação, implantação e desenvolvimento do trabalho do Núcleo de Educação Ambiental da Zona Rural de Pelotas, é importante para o município, o FNMA e ao MMA, que investiram verba pública municipal e federal. Por sua vez, ratifico que o município tem a obrigação da prestação de contas e avaliação das mesmas.

Parto do princípio, segundo o qual, a Educação Ambiental deve proporcionar espaços para discutir ações do cotidiano, refletir as práticas, a alienação, e a fragmentação. Além do mais, importa reconstruir conhecimentos, sensibilizar e capacitar para a construção coletiva de ações socioambientais. Entender a diversidade, respeitar a natureza e todos os seres, construir coletivos, buscando a superação, através do conhecimento socioambiental local, como pressuposto de uma educação integrada com o todo, foram os motores propulsores dessa avaliação.

Acredito, que a Educação Ambiental dirigida às comunidades pode ser de grande eficácia, na medida em que enriquece o conhecimento local e o grau de sensibilização para a conservação. Esse projeto deve sempre trabalhar valores que possam propiciar o interesse, a autoconfiança e o engajamento em ações permanentes e sustentáveis.

O aumento da auto-estima individual e coletiva pode, por sua vez, contribuir para um envolvimento mais efetivo com o meio e o exercício da cidadania. O empenho, portanto, da Educação Ambiental é de um novo fazer pedagógico, um espaço de reflexão das ações do homem no seu meio ambiente, antes considerado restrito ao espaço físico, agora englobando toda a rede de inter-relações complexas que regem as relações humanas, como as expressões

culturais, sociais e políticas. Neste contexto, o modelo de desenvolvimento que se vive, espelha muitas contradições, como a concentração de renda de poucos e a pobreza de muitos, as grandes plantações e a fome, o desemprego, a perda da auto-estima e da identidade cultural, a devastação do ambiente físico, dos ecossistemas, e a perda irreparável da biodiversidade.

O momento é delicado, se por um lado vemos emergir um novo modelo civilizatório, globalizado e urbano, somando a escassez dos recursos e dos espaços, por outro, depara-se com o paradigma do desenvolvimento sustentável; o desafio de associar a sustentabilidade ambiental com a auto-sustentabilidade social e econômica, garantindo o futuro e a preservação da espécie humana e de todas as formas de vida do nosso planeta.

Diante disso, as ações socioambientais devem ser consideradas como uma das mais importantes e de alta prioridade, como a redução da pobreza no mundo e a proteção ambiental são dois grandes desafios para um desenvolvimento equilibrado.

Ações como planejamento familiar, oportunidade de trabalho, sistemas de abastecimento de alimentos, saúde pública e saneamento básico são os grandes desafios para os formuladores de políticas sociais. As prováveis soluções estão em aumentar a produtividade humana sem atingir o meio ambiente e o emprego mais eficiente dos recursos naturais não renováveis.

Vive-se o dilema de um duplo problema: precisa-se conservar o meio ambiente, ao mesmo tempo em que precisa-se alimentar uma população sempre crescente. Para fazer um desenvolvimento sustentável, precisa ser considerado os aspectos sociais e ambientais como um todo.

A Educação Ambiental deve ser eficaz, estimulando o desabrochar do que cada ser humano tem de melhor, a fim de que haja uma compreensão da importância da participação. Assim, propiciar-se-ão mudanças que favoreçam o todo, fazendo emergirem valores essenciais como a solidariedade, a liberdade, a parceria, a partilha, o bem comum, o trabalho, a habilidade, a cooperação e o bom senso capaz de levar os seres a sua plenitude.

O trabalho de Educação Ambiental deve interagir com a comunidade, partir dela e a ela retornar; um trabalho socialmente comprometido, conscientizando a população sobre a importância de ações transformadoras na formação de valores e atitudes, que proporcionam a

atuação individual e coletiva para a preservação, a identificação e a solução de problemas socioambientais locais. Somente através de uma prática de ação transformadora intencional, coletiva é que se busca uma sociedade democrática e socialmente justa.

Entendem-se que, através da reflexão sobre a relação homem-natureza e a interação mútua entre os seres humanos, buscando a transformação da sociedade através de práticas socioambientais alicerçadas na ética, cooperação e solidariedade estabelecerão, com a natureza, um vínculo de preservação e de regeneração. Valorizar a vida como um todo, este é o verdadeiro trabalho da Educação Ambiental.

É fundamental que se repense a vida na Terra num contexto em que o ser humano, além de grande favorecido, seja o agente de transformação que, em sua ação consciente e racional, interfira o menos possível nos processos naturais que oferecem condições e dinamizam os mecanismos da existência.

A Educação Ambiental tem como especificidade não só a ênfase no contexto sócio-cultural, mas também as reflexões do ambientalismo, que nos remetem para a compreensão dos sistemas naturais, para a emancipação, autonomia e participação das pessoas e de grupos sociais, para a diversidade, para a transformação social.

Falo da transformação social como um processo amplo, complexo e lento de mudanças que ocorrem, por inúmeras razões, mas principalmente pelo surgimento de novas necessidades dos homens, de práticas, valores, princípios e características pertinentes a determinado tipo de sociedade. Considerando, por isso mesmo a análise de transformação social extremamente importante, pois as necessidades humanas, em constantes transformações, precisam ser examinadas para uma maior autoconsciências do que somos ou fazemos.

Portanto, é importante analisar a forma como o homem se vê e se sente inserido na sociedade e no mundo. A transformação social exigida pelo novo tipo de sociedade é complexa, pois o homem deixa a vivência, exclusivamente, familiar e grupal para se reportar à cidade-estado, com princípios, valores e características totalmente diversas.

A Educação Ambiental vem ajudar nas relações democráticas que privilegia e respeitam o indivíduo e as comunidades, buscando na reapropriação da natureza pelo homem,

reconstruindo valores, permitindo novas necessidades, garantindo a existência de um ambiente igualitário sadio para todos, através de um processo educativo que envolva ética e uma nova maneira de viver.

A proposta é avaliar se o núcleo conseguiu o envolvimento e mobilização popular, se rompeu com o fatalismo, a desconfiança, a desesperança, a inércia, a falta de identificação com os problemas locais. Também importa averiguar se houve envolvimento com os problemas da comunidade, mobilização para resolvê-los, orientando-a para ser capaz de posicionar-se criticamente e de construir uma nova ética, com a qual o Planeta seja percebido como única comunidade.

Da mesma forma, o respeito e a confiança na capacidade das pessoas de escolherem seus caminhos coletivos, o estímulo à criatividade e do espírito empreendedor, bem como o fortalecimento da auto-estima e das associações locais devem merecer atenção. Distribuição de responsabilidades, tarefas, papéis para o maior número de pessoas possível formando, uma rede de ação dentro da comunidade: este é o processo sócio-ambiental-educativo, que pretendeu avaliar através da pesquisa dentro da comunidade. Ainda objetiva mostrar a importância da Educação Ambiental, no desenvolvimento dos seus objetivos e como uma ferramenta fundamental para a construção de valores e atitudes que lhes permitam adotar uma posição consciente e participativa nas questões socioambientais.

Por todas as razões acima citadas, justifica-se a relevância desta pesquisa, para que os fazedores de políticas públicas repensem suas práticas, seus conceitos e suas responsabilidades, com os seres vivos e carentes de todas as necessidades. Mostra-se inadiável propiciar-lhes uma boa qualidade de vida, dentro de um desenvolvimento justo e sustentável.

INTRODUÇÃO

O município de Pelotas tem, aproximadamente, 323.158 habitantes (IBGE 2005) e com área de 1500 Km². Possui uma área rural de plantio contrastando com a área de planície banhada pela laguna dos Patos ao Leste, possuindo resquício de Mata Atlântica e um conjunto de áreas úmidas de significativo valor ambiental.

Pelotas está situada na região fisiográfica denominada Encosta do Sudeste, uma das onze regiões em que pode ser dividido o Rio Grande do Sul. O espaço do município está estendido das mais baixas ondulações da encosta oriental da Serra dos Tapes, à Planície Costeira do Rio Grande do Sul, sob o ponto de vista físico. Pelotas encontra-se numa região de encosta. Duas grandes paisagens foram determinadas por este aspecto, naturais e humanas: umas paisagens serranas, onduladas e elevadas, correspondentes à zona rural, onde é utilizada a policultura nas colônias; a paisagem de planície, com utilização da pecuária e orizicultura.

O clima é subtropical úmido, inverno ameno e verão suave. A forte influência do Oceano Atlântico, denominada de maritimidade, tende a amenizar nosso clima, com temperaturas, média normal anual de 17,6°C, médias superiores a 20°C; 4 meses, médias inferiores a 20°C; 8 meses, com umidade relativa do ar; média anual de 79,8%.

A Colônia de Pelotas é composta por vários distritos como: (2º) Colônia Z3, (3º) Cerrito Alegre, (4º) Triunfo, (5º) Cascata, (6º) Santa Silvana, (7º) Quilombo, (8º) Rincão da Cruz, (9º) Monte Bonito.

O número total de habitantes da Colônia de Pelotas, segundo IBGE (2004) é de 22.077 habitantes distribuídos entre os 8 distritos. O núcleo atuará nos seguintes locais: Quilombo e Rincão da Cruz, compostos por vários sub-distritos, (7º) Vila Nova, Colônia Francesa, Santo

Antônio, Grupelli, Três Cerros, Bachini, Santa Maria, (8º) Chicuta Oliveira, Dona Júlia, São Manoel, Maciel. A zona rural é rica em beleza natural, apresentando paisagens de colinas e cerros com cachoeiras, lajeados e zona de mata; um parque de preservação ambiental e vários pontos turísticos.

As populações dos distritos pesquisadas são do Rincão da Cruz (8º distrito), urbano 27, rural 2387, totalizando 2414 habitantes e do Quilombo (7º distrito), urbano 108, rural 2746, totalizando 2854 habitantes. Os dois distritos somam 5268 habitantes.

A pesquisa atingiu 50 famílias 25 pertencentes ao 7º Distrito (Quilombo), e 25 famílias no 8º distrito (Rincão da Cruz), avaliando a realidade atual e posterior ao trabalho do Núcleo de Educação Ambiental (NEA), as possíveis mudanças, no conhecimento, nos valores, nas habilidades, nos comportamentos com relação ao meio ambiente.

O primeiro capítulo deste trabalho de pesquisa apresenta os objetivos; o objetivo geral, avaliar os resultados sócio-ambientais da Agenda 21 local, através do trabalho do Núcleo de Educação da Colônia, e os específicos informarem o acompanhamento da implantação e atuação do Núcleo e o desenvolvimento da pesquisa sobre as possíveis transformações nas comunidades dos dois distritos atingidos pelo núcleo.

O segundo trata do histórico da Educação Ambiental, os antecedentes históricos da Educação Ambiental e da Agenda 21, elucida como começou a preocupação da emergência da crise ambiental, os grandes desafios, as finalidades, a importância e as conferências e seus protocolos, sobre os objetivos de acordo com a Conferência de Tbilisi.

O terceiro capítulo aborda a Educação Ambiental: inclui considerações gerais, trata do surgimento, dos encontros, dos atores, dos fóruns, do momento histórico em que vivemos, dos movimentos, das políticas, do desenvolvimento sustentável e desafios da Educação Ambiental. Ainda contempla a Educação Ambiental e o Socialismo, novas formas de pensar e agir, novas perspectivas, o papel da escola e as relações sócio-ambientais existentes e possíveis.

O quarto capítulo versa sobre a Agenda 21 Global, Nacional, Local e o seu processo de implantação em Pelotas. Trata, também, da Agenda 21, como instrumento de construção de sociedades sustentáveis, analisando a situação da crise ambiental planetária, dos desafios para a implantação da Agenda 21 brasileira, dos parceiros para a construção da Agenda 21 local. Ocupa-se, ainda, com temas e elaboração do diagnóstico para um planejamento efetivo, rumo ao desenvolvimento sustentável, grupos de trabalho na sua construção local, o papel da comunidade na implementação da Agenda local. A construção da Agenda 21 em Pelotas, fórum, processo de criação dos Núcleos de Educação, proposta de trabalho a partir da criação do núcleo na comunidade da colônia estão inclusos nesse capítulo.

O quinto capítulo apresenta as premissas teóricas para uma nova forma de ação em Educação Ambiental, fazendo um estudo filosófico-antropológico sobre o homem.

O sexto capítulo descreve a metodologia utilizada para a realização deste estudo. A escolha da pesquisa-ação foi porque, além de uma avaliação dos resultados, houve uma tentativa de resolução dos problemas, participação na comunidade com o objetivo de transformação, uma ação planejada de caráter comunitário, social, cooperativo.

O sétimo capítulo contempla os resultados e discussões, a partir dos dados das duas entrevistas realizadas em 2004 e em 2005, tanto no 7º como no 8º distritos. Fiz uma comparação entre elas, durante um ano de atuação do Núcleo.

O oitavo capítulo conclui a pesquisa: comenta os resultados, avalia todos os passos percorridos no processo de investigação, apontando erros e acertos. Além disso, comenta o que precisa melhorar, sugere procedimentos para dar continuidade ao processo de pesquisa e da agenda 21.

Os capítulos acima destacados apresentam a trajetória percorrida durante toda a pesquisa com a comunidade da zona rural da cidade de Pelotas. Tal comunidade diferencia-se pela suas tradições e costumes, decorrentes de suas origens alemã, francesa e italiana. Lamentavelmente, esses grupos encontram-se uns tanto abandonados pelas políticas públicas municipais.

1 OBJETIVOS

1.1 Objetivo Geral

- Avaliar os resultados sócio-ambientais da Agenda 21 Local de Pelotas, através do trabalho do Núcleo de Educação Ambiental da Colônia.

1.2 Objetivos específicos

- Desenvolver uma pesquisa, sobre as possíveis transformações sócio-ambientais na comunidade do 7º e do 8º distritos da Colônia de Pelotas;
- Acompanhar a implantação, avaliando através da comunidade a atuação do Núcleo de Educação Ambiental da Colônia, a partir dos objetivos da Educação Ambiental.

2 HISTÓRICO

2.1 Antecedentes Históricos da Educação Ambiental e Agenda 21

A emergência da crise ambiental começou com uma preocupação específica da educação, a partir do momento em que meio ambiente deixou de ser um assunto exclusivo dos ambientalistas e se tornou um assunto de toda a sociedade.

A humanidade, através dos anos, busca alternativas para solucionar seus problemas ambientais.

Segundo LAYRARGUES, existem três possibilidades para mudança ambiental: *"a mudança cultural associada à estabilidade social; a mudança social associada à estabilidade cultural; a mudança cultural concomitante à mudança social"* (2003, p.11) e completa dizendo que:

[...] apesar de a complexidade ambiental envolver múltiplas dimensões, verifica-se, atualmente, que muitos modos de fazer e pensar, a EA enfatizam ou absolutizam a dimensão ecológica da crise ambiental, como se os problemas ambientais fossem originados independentemente das práticas sociais (LAYRARGUES, 2003, p. 11).

De acordo com seu pensamento, é necessário contextualizarmos as dinâmicas pedagógicas nas práticas sociais, considerando as interfaces existentes entre as dimensões econômicas, culturais, sociais, políticas, éticas, ideológicas. O importante é esclarecermos de que forma essas várias dimensões se influenciam, se conectam, se interpenetram.

Não podemos esquecer o ser humano no seu contexto social, negando sua existência como sujeito histórico e sua práxis. Através do ponto de vista de REIGOTA:

[...] é por intermédio das interações inter subjetivas e comunicativas entre as pessoas com diferentes concepções de mundo e relações cotidianas com o meio natural e construídas; características de vida social e afetiva; acesso a diferentes produtos culturais; formas de manifestarem as suas idéias; conhecimento e cultura; dimensões de tempo e expectativas de vida; níveis de consumo e de participação política que poderemos estabelecer diretrizes mínimas para a solução dos problemas ambientais que preocupam a todos (1998, p. 28).

Diante disso, percebemos que o grande desafio da EA é propor alternativas político-sociais levando em consideração a complexidade das relações humanas e estas com o ambiente.

Sendo a EA uma educação política, deve ter como objetivo formar cidadãos críticos com liberdade de ação, tendo como base o diálogo entre as culturas e os conhecimentos de diferentes etnias.

Para LOUREIRO:

[...] a Educação Ambiental é promotora e resultante de várias relações em cada contexto histórico e, o mesmo tempo que permite a mudança, pela ação problematizadora, pode dependendo de como está estruturada e de qual finalidade cumpre na sociedade, ser um meio de reprodução de forma excludentes opressoras e dicotômicas de se viver (2004, p. 277).

Segundo esse autor, a EA caracteriza-se por ser transformadora e procura a realização humana em sociedade, e quanto forma de organização coletiva de nossa espécie, e não pela simples "cópia" de uma natureza deslocada do movimento total.

Na verdade, a EA deve ter como finalidade revolucionar os indivíduos no seu modo de pensar e agir, estabelecendo processos educativos que favoreçam a realização do movimento de constante construção de um ser dinâmico de modo emancipatório, atuando criticamente na superação das relações sociais vigentes, na formação de uma ética ecológica.

Através do histórico da EA, verificamos que, em 1863, Thomas Huxley descreve no ensaio “Evidências sobre o lugar do homem na Natureza”, as interdependências entre os seres humanos e os demais seres vivos. O livro documentava como os recursos do planeta estavam sendo esgotados. Analisava as causas do declínio de civilizações antigas e previa um destino semelhante para as civilizações modernas, caso não houvesse mudanças.

Em 1864, George P. Marsh, no livro “O homem e a Natureza”, mostra um exame detalhado das ações do homem sobre os recursos naturais e seu consumo excessivo.

Em 1869, o biólogo Ernest Haeckel, propôs o vocábulo ecologia para os estudos das relações entre as espécies e, destas, com o meio ambiente.

Em 1891, pelo Decreto 8.843, criava-se a Reserva Florestal do Acre, com 2,8 milhões de hectares, cuja implantação não ocorreu até os nossos dias. Era o prenúncio de como seria tratada a questão ambiental no Brasil.

Em 1945, a expressão “estudos ambientais” começava a ser utilizada por profissionais de ensino na Grã-Bretanha.

Em 1949, Aldo Leopoldo no “A Sand County Almanac”, publica artigos chamando a atenção para a necessidade de uma ética de uso dos recursos da Terra. É considerada a fonte mais importante do moderno biocentrismo ou ética holística. Esse estudioso tornou-se o patrono do movimento ambientalista.

Em 1952, acontece a primeira grande catástrofe ambiental, sintoma da inadequação do estilo da vida do ser humano, quando o ar densamente poluído de Londres (“smog”) provocaria a morte de 1.600 pessoas, desencadeando o processo de sensibilização sobre a qualidade ambiental na Inglaterra.

Em 1954, Albert Schweitzer torna popular a ética ambiental e recebe o Prêmio Nobel da Paz. Neste momento, iniciou-se um movimento, o qual tinha como objetivo idolatrar as coisas vivas e questionar os estilos de desenvolvimento.

Em 1962, Rachel Carson, através do livro "Primavera Silenciosa", demonstrava a seqüência de desastres ambientais, causados pelo uso indiscriminado de produtos químicos, advindos das indústrias.

Em 1968, é fundado o Clube de Roma, com a finalidade de discutir os problemas atuais e futuros da humanidade. Aqueles estudos concluíram ser urgente buscarem-se meios para a conservação dos recursos naturais e controlar o crescimento da população.

Em 1969, funda-se a sociedade de Educação Ambiental, na Grã-Bretanha. Então, começa um movimento em torno da Ecologia, envolvendo artistas, políticos e imprensa.

Em 1972, o Clube de Roma publica o relatório “The Limits of Growth”, denunciando que o crescente consumo mundial levaria a humanidade a um limite de crescimento e a um possível colapso. Alguns meses depois, realizou-se em Estocolmo, Suécia, a “Conferência de Estocolmo” (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano), organizada pela ONU. Reuniu representantes de 113 países e se constituiu no marco histórico decisivo pela busca das soluções dos problemas ambientais. Naquele encontro, ficou decidido que seriam necessárias mudanças profundas nos modelos de desenvolvimento, nos hábitos e comportamentos dos indivíduos e da sociedade, e isto só poderia ser atingido através da educação.

Na conferência de Estocolmo foi reconhecida a importância da Educação Ambiental e então se recomendou o treinamento de professores e o desenvolvimento de métodos para levar ao conhecimento público os assuntos ambientais. A partir daí, a Educação Ambiental ganha status, (buscando qualidade de vida).

Em 1975, aconteceu o Encontro de Belgrado, e surgiu o programa internacional de EA (PIEA), no qual foram formulados os princípios e orientações para um programa de Educação Ambiental. Neste momento, no mesmo encontro, formulou-se a Carta de Belgrado que demonstrava a necessidade de uma nova ótica global, capaz de acabar com a pobreza, a fome, o analfabetismo, a poluição, a exploração e dominação humana. Inclusive, mostrava-se a favor de formas de desenvolvimento que beneficiassem toda a humanidade.

Em 1977, realizou-se a Conferência Intergovernamental sobre a Educação Ambiental (Conferência de Tbilisi), promovida pela UNESCO PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), onde se formulou um importante documento Declaração sobre a Educação Ambiental o qual apresentava as finalidades, objetivos, princípios e estratégias para o desenvolvimento da Educação Ambiental. A Conferência de Tbilisi foi um marco histórico para a Educação Ambiental.

Em 1983, em Assembléia geral da ONU, criou a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e desenvolvimento, com o objetivo de pesquisar os problemas ambientais em uma perspectiva global.

Em 1987, é publicado um relatório Nosso Futuro Comum, o qual desenvolve debates sobre a interligação sobre as questões ambientais e o desenvolvimento. Aqui se definiu o conceito de desenvolvimento sustentável como “aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias”. Alertou para o fato de que as tendências do desenvolvimento resultaram no aumento da pobreza e da degradação ambiental. Definiu que a preservação do Planeta é responsabilidade de todos os países, sem fronteiras. A comissão Brundtand popularizou o conceito de desenvolvimento sustentável e cativou o setor empresarial para movimento ambientalista.

Em 1992, acontece a Eco 92, Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, com 179 chefes de Estado, de quase todos os países do mundo. Essa Conferência produziu uma grande difusão da problemática ambiental, representando um divisor de águas para o posicionamento da sociedade civil ante as questões relativas ao meio ambiente. Esse processo foi fundamental para a ampliação do campo de diálogo entre os movimentos ecológicos e o conjunto das lutas sociais. Segue-se um período em que se dão os principais desdobramentos da Conferência na CNUMAD. Foram aprovados, como resultado, a Declaração do Rio 92, com 27 princípios sobre obrigações ambientais e direito ao desenvolvimento; a Convenção sobre Alterações Climáticas (assinada por 154 países); a Agenda 21, um protocolo assinado por 179 países. Um plano de Ação para a humanidade, que nomeia o Desenvolvimento Sustentável como uma estratégia de sobrevivência, e a Educação Ambiental como um instrumento crítico para a sua promoção.

Paralelamente ao encontro oficial, o Fórum Global, ou Conferência da Sociedade Civil, reuniu 1.300 organizações e gerou a Carta da Terra, 36 tratados das ONGs e o relatório alternativo “Meio Ambiente e desenvolvimento: uma visão das ONGs e dos movimentos sociais brasileiros”.

A década de 90 foi marcada tanto em termos das políticas públicas quanto da ação coletiva e pautou-se pelos conceitos lançados e ou repercutidos pela Conferência, como desenvolvimento sustentável, sociedades sustentáveis, cidadania planetária, responsabilidade global, entre outros.

Em 1994, começa a funcionar o primeiro mestrado de EA no Brasil, criado pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

Em 1997, no dia 27 de abril, é decretada pelo Congresso Nacional a lei nº 9.795, a qual dispõe sobre Educação Ambiental. Foi instituída em 1999 e regulamentada por um decreto de 2002. (DIAS, 2003, pg.28 a 50)

Em 2002, a “Rio + 10” ocorreu de 26 de agosto a 04 de setembro de 2002, segundo a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Johannesburgo, África do Sul contou com a participação de mais de 100 mil pessoas (entre elas, delegados oficiais de 189 países e milhares de representantes de organizações da sociedade civil, ativistas ambientais e jornalistas). Um de seus principais objetivos foi à avaliação dos acordos e convênios retificados na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1992, particularmente da Agenda 21, e identificar novas prioridades que emergiram nesse período. Dela resultaram dois documentos principais: uma declaração política sobre a busca do desenvolvimento sustentável; um plano de ação para orientar a implementação dos compromissos assumidos conjuntamente pelos países participantes. (MMA – Jonesburgo, 2002)

Embora o encontro tenha causado alguma frustração, tanto em delegados governamentais, como não governamentais, há que reconhecermos que, considerando um quadro de inegáveis dificuldades dentro do sistema multilateral, houve avanços significativos nos três pilares do desenvolvimento sustentável o econômico, o social e o ambiental, o tratamento dado ao tema da globalização e a conexão mais explícita entre proteção ambiental e combate à pobreza.

A posição do Brasil foi firme, durante a Rio+10, visto que se destacou nas tentativas de superação dos impasses regionais e internacionais que impediam o progresso das negociações. Foi um dos principais articuladores de duas importantes iniciativas, uma de caráter regional a Iniciativa Latino-Americana e Caribenha para o Desenvolvimento sustentável ILAC, aprovada na Cúpula e incluída no plano de implementação e outra de caráter global, a Iniciativa de Energia, que estabelecia diretrizes, prioridades, metas e prazos para o aumento do uso de fontes renováveis de energia nas matrizes energéticas de todos os países do Planeta. Mesmo a última não tendo sido aprovada, foi das propostas mais debatidas e reforçou a autoridade moral de nosso país nas questões ligadas ao desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, para todos nós, brasileiros, é hora de assumirmos o compromisso de construir uma sociedade global humanitária, equitativa e solidária, consciente da relevância de dignidade humana para todos. Devemos nos guiar pelo propósito de dentro de dez anos, numa possível Rio+20, contribuirmos para que seja bem melhor o saldo na consecução do objetivo de caminhar firme rumo a uma realidade, econômica, social, cultural, ética e ambiental sustentável, que ofereça futuro mais promissor para todos os habitantes do Planeta.

2.2 Educação Ambiental e seus objetivos

De acordo com DIAS, a conferência de Tbilisi decidiu serem os seguintes objetivos básicos da Educação Ambiental:

- consciência: ajudar os grupos sociais e os indivíduos a adquirirem consciência do meio ambiente global e ajudar-lhes a sensibilizarem-se por essas questões;
- conhecimento: ajudar os grupos sociais e os indivíduos a adquirirem diversidade de experiências e compreensão fundamental do meio ambiente e dos problemas anexos;
- comportamento: ajudar os grupos sociais e os indivíduos a comprometerem-se com uma série de valores, e a sentirem interesse e preocupação pelo meio ambiente, motivando-os de tal modo que possam participar ativamente da melhoria e da produção do meio ambiente;
- habilidades: ajudar os grupos sociais e os indivíduos a adquirirem as habilidades necessárias para determinar e resolver os problemas ambientais;
- participação: proporcionar aos grupos sociais e aos indivíduos a possibilidade de participarem ativamente nas tarefas que têm por objetivo resolver os problemas ambientais (2003, p.111).

Como podemos perceber, todos os objetivos estão interligados; assim, é possível iniciarmos com qualquer um deles, percebendo que um leva ao outro e que todos convergem. A partir dos conhecimentos, desenvolve-se uma habilidade, a qual pode nos sensibilizar e nos levar a tomar uma iniciativa. Essa participação traz novos conhecimentos e desenvolve, assim, novas habilidades. Um objetivo sempre tem a ver com o outro, como um sistema em que todos estão interligados. Segundo DIAS, “*os objetivos de um programa ou projeto de EA devem sempre estar em sintonia com as diferentes realidades sociais, econômicas, políticas, culturais e ecológicas de uma região ou localidade*” (2003, p. 112).

Promover a Educação Ambiental como uma das formas de melhoria da qualidade de vida é um dos principais objetivos. Levar os grupos sociais a tomar consciência dos problemas do meio ambiente e a se tornarem sensibilizados para uma tomada de decisão, procurando a solução dos mesmos. Adquirirem valores sociais, interesse pelo meio ambiente, voltado para a sua proteção e qualidade, mudando o comportamento individual e coletivo. Desenvolver uma percepção de responsabilidades e necessidades de ação imediata para a solução dos problemas ambientais, construir uma consciência de sua cidadania.

3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

3.1 Considerações Gerais

O campo ambiental no Brasil surgiu, como vimos anteriormente, a partir dos anos 70. A Educação Ambiental começa a ganhar visibilidade a partir dos anos 80, formando-se o consenso de que a educação deveria ser capaz de reorientar as premissas da ação humana em relação ao meio ambiente. Há um crescimento na abertura política e na ascensão de novos movimentos sociais, ainda de forma dispersa e discreta. Nesse momento, alguns educadores passam a se chamar ambientais (ambientalistas). Começam a acontecer vários encontros, estaduais e nacionais vistos como espaços de construção de uma identidade social em torno das práticas educativas voltadas para o meio ambiente. Intensifica-se o diálogo entre militantes, intelectuais e cientistas, estimulados pela abertura política. Alguns grupos partem para lutas sociais, por uma série de novos direitos, como o direito das mulheres, direito à livre escolha sexual, direito à informação, o direito ao meio ambiente e outros.

Novos atores surgem, organizando ações informais da sociedade civil, voltado para uma nova ordem democrática, na qual ações ecológicas ganham força, seja pela expansão e valorização dos movimentos ecológicos, ou pela organização de ONGs ambientais.

Começam a surgir debates ambientais, ganhando espaço no cenário político, tornando-se possível a concretude da Coordenadoria Interestadual Ecologista, para a constituição do Partido Verde no Brasil.

Somente nos anos 90 é que os movimentos populares e sindicais se tornam mais abertos à questão ambiental. Como marco, citamos Chico Mendes, fazendo um entrelaçamento entre o popular e o ecológico.

A bem da verdade, o uso sustentável dos recursos naturais não renováveis gera conflitos sócio-ambientais, como o reconhecimento de formas culturais locais de acesso aos bens ambientais e ao seu uso. Demarca, ainda, a luta por reconhecimento cultural e por direitos de cidadania.

Aquela década marcava-se pelas transformações sociais e políticas, crise e mudança no paradigma da ação social coletiva. Os movimentos ganham força junto ao Estado, tornando-o mais acessível às demandas sociais, estimulando as parcerias com as organizações da sociedade civil para execução de políticas públicas.

Por sua vez, as questões éticas se destacam, sendo o eixo que mobiliza as lutas sociais. Diante disso, começam os movimentos sociais e culturais atuando no campo cultural e político; o debate ecológico se articula, valorizando a cultura e as questões ambientais, aumentando o campo dialógico entre os movimentos ecossociais.

Da mesma forma, fóruns sociais começaram a acontecer, reunindo entidades de classe, sindicatos, movimentos populares, ONGs e movimentos ecológicos. Assim, diferentes segmentos da sociedade congregaram-se, para debater sobre lutas sociais e questões ambientais, caminhando para a formação de um novo cidadão, político coletivo.

Vale ressaltarmos que se têm reunido, no Brasil, as condições necessárias e suficientes para superar as suas deficiências e crises, desde que a seriedade, a competência e a determinação se tornem tônicas nas decisões a serem tomadas. Aí cabe a intensa responsabilidade de cada um de nós, por meio da responsabilidade sócio-ambiental, da crítica e auto-crítica, da participação efetiva nos múltiplos processos de mudanças.

Neste momento da história da humanidade, ao lado dos direitos humanos, as questões relativas ao meio ambiente estão entre os assuntos polêmicos mais discutidos. Essas se caracterizam pela informação e pela comunicação. Certamente atingimos um nível de desenvolvimento científico e tecnológico altamente sofisticado, mas ainda não conseguimos recuperar os danos causados à natureza, tampouco possibilitar o reequilíbrio dos ecossistemas que garantem a existência da vida, equacionando os prejuízos resultantes da degradação ambiental e da utilização abusiva dos recursos naturais.

Ainda, início de um movimento histórico significativo não só para as questões ambientais, mas também para setores importantes da sociedade civil brasileira.

A consolidação da ação ambiental, por parte da sociedade civil organizada, nas décadas de 70 e 80, juntamente com a expansão, nas décadas de 80 e 90, das agências e instituições de financiamento ambientais governamentais conduziram a uma ampliação significativa do espaço público dedicado à questão ambiental. Nesse novo momento, o conceito do “público” não fica restrito ao âmbito do Estado, mas incorpora as porções da sociedade civil e do setor privado preocupado com a qualidade do meio ambiente, como bem coletivo. O conceito de “políticas” também se amplia para referir-se às normas técnicas e sociais, estabelecidas por uma coletividade pública, a serem utilizadas na administração do domínio público. Assim, o conceito de políticas públicas ganha um novo sentido: o conjunto de decisões inter-relacionadas, definido por atores políticos, que têm como finalidade e ordenamento, a regulação e o controle do bem público.

Para tanto, “políticas ambientais” seriam aquelas políticas públicas que procuram garantir existência de um meio ambiente de boa qualidade para todos os cidadãos do país.

O discurso do desenvolvimento sustentável, que se consolidou na década de 80, representa um passo nessa direção, mas não é suficiente para responder a esse dilema de destruição do meio biofísico. A experiência dos últimos vinte anos mostrou ser muito mais fácil falar sobre desenvolvimento sustentável do que colocá-lo em prática. Mudar as práticas vigentes de desenvolvimento requer que sejam confrontadas as formas atuais de atividade produtiva, sustentadas por pesados interesses econômicos.

Outro desafio refere-se aos diversos níveis nos quais a política ambiental se faz: local, estadual, nacional, continental e mundial. Cada nível tem seus problemas ambientais próprios e, portanto, atores sociais específicos para atendê-los. Assim, as políticas sociais precisam ser moldadas para responder à especificidade de cada nível. Deve ser uma política voltada para o ecomunitarismo, à ética da libertação na qual o indivíduo tenha o direito de garantir sua liberdade individual de decisão, preservando e regenerando a natureza que o cerca.

Acreditamos que, por meio da adoção de uma ética global, do resgate e criação de novos valores humanos, possamos criar as condições essenciais para que isto aconteça. Os humanos precisam falar a mesma linguagem da cooperação e somar

esforços, saberes e conquistas. Pode ser um sonho, mas possibilidades existem (DIAS, 2003, p.254).

Nesse sentido, o problema da sociedade não parece ser o de insuficiência de saber acumulado, mas de critérios éticos para usá-lo. Em outras palavras, o conhecimento sobre o mundo, que nas últimas décadas se expandiu de maneira considerável, não foi suficiente para garantir melhores condições de vida para amplos setores da sociedade, e isso é consequência da pobreza do marco ético no qual nos movemos, ou melhor, de uma ética instrumental, pragmática, neoliberal.

Tal ética deve ser centrada no respeito à vida em toda sua dimensão, comprometendo-se em proteger a existência de todos os componentes que tecem a teia da vida. Além do mais, deve nos permitir respeitar e apreciar, em toda sua dimensão, as múltiplas diversidades e construir, através do diálogo horizontal, uma relação de convivência mais harmoniosa entre os diferentes setores e atores sociais.

Essa dimensão ética desemboca na intenção de criar um impulso cultural de amplas dimensões sociais que consiga desarmar o andaime dos comportamentos individualistas e instrumentais e construir uma ampla participação dos setores sociais, até agora excluídos, uma sólida proposta ética de libertação que permite transformar a sociedade, partindo de vivências equilibradas entre sujeitos capazes de dialogar e lutar para o desenvolvimento da auto-estima e da felicidade. Para tal, mostra-se imprescindível transformar o marco ético da sociedade contemporânea, propondo a construção de novos saberes, libertadores e produtivos, permitindo aos setores sociais mais desfavorecidos superar sua situação de submissão.

Para construir tais saberes, é preciso partir do princípio de que os participantes nos processos formativos partem de múltiplos conhecimentos prévios, fundamentalmente empíricos. Nesse contexto, os programas educativos implicam ajudar o ordenamento do saber prévio dos educandos. Isto não somente é um princípio metodológico, mas implica o reconhecimento e a valoração do tipo de interpretação do mundo que possuem os setores envolvidos em processos educativos.

A crise ambiental enquanto planetária fez surgir à consciência da espécie, os tratados alternativos da sociedade civil da Carta da Terra, particularmente o de educação, têm sido

explícitos ao indicar a importância de uma reeducação da população mundial, para transitar para um desenvolvimento sustentável.

É neste contexto que deve ser fortalecida a oferta educativa dirigida a coletivos cidadãos, marginalizados até agora dos processos de tomada de decisões, mas com a intenção de incidir nas esferas públicas para defender interesses próprios e da natureza. É indispensável que cresçam os programas formativos, sob uma perspectiva ambiental que estejam vinculados aos processos de corrupção do poder cidadão no âmbito local, e buscar intencionalmente a criação ou consolidação de grupos civis ou organizações de base que abram ou ampliem suas possibilidades de contribuir para a solução de problemas de caráter social e ecológico.

Isso significa que, sem assumir posições excludentes, mostra-se inadiável, para construirmos o desenvolvimento sustentável, a ampliação de programas educativos que priorizem a atenção pelos setores sociais que se definem por sua posição subordinada, marginal, de submissão diante das esferas dominantes.

A transformação sócio-ambiental requer um processo educativo que recupere a prática dos sujeitos, aprofunde-a com contribuições teóricas e renove suas formas de atuação. Trata-se de um processo integral, no qual a investigação e a organização social, a socialização dos conhecimentos e a transformação da realidade são indissolúveis.

A construção de um novo saber ambiental requer métodos estruturados mais flexíveis que permitam responder aos problemas com a recuperação, análise, aprofundamento e síntese de conhecimento e saberes que permitam que os sujeitos se apropriem e superem o conhecimento inicial. É necessário reconhecermos que cada participante se envolve em um processo educativo com um tipo de saber distinto dos outros.

O saber que se constrói de maneira progressiva, marcando um processo no qual cada um de seus componentes interatua com todos os demais. Os novos conhecimentos se interagem no saber, provocando a necessidade de uma reorganização deste, de acordo com categorias que lhe são familiares. Nesse sentido, as pessoas que se educam ambientalmente não somam conhecimentos, elas reorganizam seu saber para compreender melhor a realidade.

Ressaltamos que a aprendizagem ambiental coletiva se propõe como primordial e reconhece que a conscientização dos sujeitos no processo educativo avança da explicação do imediato ao imediato, mas uma consciência crítica dos modelos de desenvolvimento. Paralelamente, propõem novas alternativas de sociedade, levando os sujeitos a se perceberem construtores de seu destino, conquistando sua autonomia por pensar por si mesmos.

Os programas de formação ambiental que atendam aos setores excluídos devem priorizar as atividades educativas demonstrativas e concretas, em detrimento de um tratamento verbalista e abstrato de conteúdos.

A Educação Popular Ambiental não se caracteriza em termos restritos por uma metodologia específica; propõe, sobretudo, a exigência de que os procedimentos metodológicos que sejam empregados em um programa educativo, não percam a coerência política que os impulsiona; ou seja, o processo de ensino aprendizagem deve contribuir para o desenvolvimento de conhecimentos que promovam a transformação social, em favor dos sujeitos que dele participam.

3.2 Educação Ambiental e o Socialismo

Não podemos falar de Educação Ambiental sem compreendermos o meio ambiente a partir da concepção de que homem e natureza fazem parte de um mesmo processo. Ocorre que, no mundo moderno e contemporâneo, o homem consagra sua capacidade de dominar a natureza, esquecendo-se de que é parte integrante dela.

Nessa perspectiva, questões sociais, políticas e éticas apontam para a necessidade de pensarmos novas formas de sentir e agir, sobre as ações do homem sobre a natureza. Determinados comportamentos irresponsáveis e criminosos têm sido motivo de preocupações, por provocarem a degradação do meio natural e social.

Em decorrência disso, a Educação Ambiental surge como o despertar de uma consciência solidária, em que o indivíduo e a coletividade não apenas constroem valores político-sociais, mas ainda adquirem conhecimentos, bem como atitudes voltadas para a manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Repensando nos princípios recomendados na Conferência de Tbilisi, devemos ver o ambiente como um todo, nos aspectos naturais, sociais, políticos, ecológicos, econômicos, científicos, filosóficos e éticos. A Educação Ambiental deve acontecer de modo permanente, dentro e fora da escola, isto é, não pode ser vista como uma atividade pontual a ser desenvolvida em determinados momentos do ano, mas como um projeto contínuo, seja na unidade escolar, ou em qualquer espaço da vida social. Deve, ainda, estar sempre aberta à comunidade e buscar inserir-se no ambiente escolar, pois ao se abrirem às portas da escola, abrem-se também possibilidades de parcerias, colaborações, visando aos benefícios do ambiente social.

Enfatizamos, ainda, ser relevante haver a promoção da cooperação local, nacional e global, para prevenirem-se os problemas ambientais, considerando explicitamente as questões ambientais nos planos de desenvolvimento e crescimento. Nesse contexto, devemos utilizar diversos ambientes com a finalidade educativa e uma ampla gama de métodos para construirmos e adquirimos conhecimentos sobre o meio ambiente, ressaltando principalmente as atividades práticas e as experiências pessoais. Promovermos a participação dos alunos na organização de todas as suas experiências de aprendizagem, dando-lhes a oportunidade de tomar decisões e aceitar suas conseqüências, mostra-se pertinente.

Proporcionaremos, assim, uma Educação Ambiental que tem como sujeito o cidadão atuante na comunidade onde está inserido, qualificando-o para o pleno exercício da cidadania. Mostra-se inadiável que o indivíduo compreenda as questões ambientais para além de suas dimensões naturais, isto é, enquanto questões sócio-políticas.

Além do mais, a Educação Ambiental deve integrar conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações; converter cada oportunidade em experiências educativas de sociedades sustentáveis. Urge, também, ser individual e coletiva, tendo o propósito de formar cidadãos com consciência local e planetária que permitam a autodeterminação dos povos e a soberania das nações.

Por outro lado, os efeitos planetários da produção se agravam, ameaçando a destruição do meio e da própria espécie humana. Assim, a questão do meio ambiente tornou-se um componente de cidadania, pois é a prática política e social do ser humano, no sentido de sua

sobrevivência, dentro de um todo articulado do qual ele faz parte, dele depende e com ele interage.

Uma coisa é lermos sobre o meio ambiente e ficarmos informados sobre ele; outra é observarmos diretamente o ambiente, entrando em contato com os diferentes grupos sociais e as relações estabelecidas. Também precisamos perceber como essas relações interferem neste meio, coletando informações de como aqueles vivem e se relacionam; enfim, como a sociedade lida com o ambiente, qual a reação dele a essa atuação.

Neste sentido, pretendemos busca do equilíbrio do meio, através de ações educativas que desenvolvam laços de cooperação e solidariedade que permitam preparar o cidadão para o complexo mundo atual e futuro.

A partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Eco 92, a Educação Ambiental conquistou legitimidade, visibilidade e espaço público. O que aconteceu, desde então, foi à solidificação e ampliação da perspectiva filosófica e política da educação ambiental comprometida com a sustentabilidade, justiça social, ética, empenhada com a autonomia, responsabilidade, liberdade, persistência e radicalidade, visando à formação e participação de todo cidadão.

Nascida dos movimentos sociais, a Educação Ambiental discute o modelo de desenvolvimento antropocêntrico, dominador e predador do ambiente, e opressor das classes sociais. Questionar esse modelo, libertando os sujeitos de uma vida reprodutora das estruturas deste, ampliando a percepção de que podem construir com relação à sua realidade, é o papel que a política de Educação Ambiental desempenha na construção da Escola Democrática, Popular e Emancipatória. Construir novas atitudes na sociedade de consumo e tecnológica, como conseqüências de construções individuais e coletivas mais responsáveis com relação ao meio social e natural, articuladas a um projeto de desenvolvimento sustentável é compromisso assumido pelos educadores ambientais.

Cabe destacarmos que a ciência moderna introduziu novos paradigmas sobre as maneiras de conhecer e de intervir na natureza que transformaram o mundo em objeto externo de conhecimento, calcados na racionalidade e na fragmentação.

Essa visão reducionista que coloca o homem acima da natureza, dominando-a, acaba levando a sujeição e dominação de alguns homens sobre outros.

Não são as necessidades humanas que colidem com a busca do equilíbrio natural, mas apenas a estruturação das necessidades humanas como vem se desenvolvendo segundo as exigências ou as pressões exercidas pelo capital.

A Educação Ambiental, ao problematizar o modelo de desenvolvimento, considera não apenas a degradação ambiental, mas também as vítimas dos seus efeitos.

Na verdade, as relações entre os homens e a natureza são frutos da construção histórica, estando inseridas num contexto cultural que cria, elabora, recria e reelabora permanentemente suas significações nas quais a natureza não é mais natura. Torna-se, então, um produto criado pelo homem como um produto cultural e, assim, fazendo parte de uma construção da Educação Ambiental.

O desenvolvimento do debate e da consciência ambiental tem sido um fato marcante nos últimos anos e tem-se constituído uma nova visão e concepção homem-natureza. No entanto, esse movimento ainda não alcançou maior impacto.

Nesse contexto, a Educação Ambiental, dentro das diversas vertentes do ecologismo, deve trabalhar a pluralidade e a diversidade do envolvimento sócio-político, buscando alternativas que sejam ambientalmente sadias e socialmente justas.

Por outro lado, faz-se necessário um aprofundamento das questões políticas, mobilizadas pelos mais diversos movimentos: de cunho ecológico, negros, índios, mulheres e outros. Isso pode gerar ações coletivas com maior potencial na organização da Educação Ambiental por esses atores sociais marginalizados.

Vale ainda lembrarmos que a Educação Ambiental deve construir as mais variadas formas de organizações e concepções, nos diversos campos de disputa, pois além de tratar de questões mais diversas, tem como pano de fundo a discussão e conscientização de um novo reordenamento do social.

A Educação Ambiental é fundamental na construção de um novo tipo de sociedade sustentável, onde se busca a construção da cidadania mediante projetos de transformações sociais e ambientais, espelhadas nas diversas culturas e suas respectivas identidades. É preciso educar e acreditar que a educação ética faz a diferença, para a capacidade de escolher e fazer opções de valores. Para a liberdade, autonomia, responsabilidade, para a queda dos mecanismos de alienação social que impedem que o homem possa optar pelo que é melhor para si e para a sua comunidade.

Educar para a percepção dos mecanismos gerados na sociedade que impedem que o homem tenha clareza de quais valores quer para fundamentar a construção de si mesmo, descobrir quais os jogos de forças existentes e quais os instrumentos usados pelos diversos segmentos sociais para legitimar ou manter determinada ordem social.

A educação, em sentido mais amplo, cumprirá, necessariamente, um papel vital, para impor as profundas mudanças necessárias. A Educação Ambiental deve proporcionar aos indivíduos e aos grupos sociais a oportunidade de participarem responsável e eficazmente na prevenção e na solução de problemas ambientais e na gestão da qualidade do ambiente.

A partir do momento que nos vemos como sujeitos históricos e sociais, percebemos que temos responsabilidades, a cumprir. Não conseguimos mais nos omitir. Ao cumprirmos esta tarefa, ou seja, ao tomarmos uma posição, comprometemo-nos com a ação e com a nossa ideologia.

Por sua vez, a atual crise ambiental provocou uma crítica ao modelo de desenvolvimento e também ao modelo epistemológico. O desafio está em repensar a educação em sua totalidade, enfrentando a fragmentação do conhecimento. Educar ambientalmente pressupõe investigar as complexas relações sócio-ambientais existentes e refletir sobre ações possíveis, à luz da realidade concreta e presente.

A Educação Ambiental evidencia-se como elemento articulador, assumindo um papel político, podendo colaborar no processo de mobilização crítica da sociedade em relação, às questões propostas pela Agenda 21 e, na busca por um modelo de desenvolvimento que seja mais compatível com as necessidades locais.

Além disso, tem como propósito, sinalizar conflitos, questionar modelos e reorientar caminhos, criando possibilidades, discutindo conhecimentos, apontar distorções, denunciar processos de exclusão, ressaltar direitos.

Enfim, lutar por uma sociedade menos excludente e mais igualitária consiste em sua meta prioritária.

4 AGENDA 21

4.1 Agenda 21 Global

A Agenda 21 constitui-se num plano de ação estratégico, resultando na mais ousada e abrangente tentativa já realizada de promover, em escala planetária, novo padrão de desenvolvimento. Inclusive, concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.

Trata-se de decisão consensual extraída de documento de quarenta capítulos para o qual contribuíram governos e instituições da sociedade civil de 179 países, envolvidos por dois anos em um processo preparatório, que culminou com a realização da conferência das Nações Unidas, sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), em 1992, no Rio de Janeiro, conhecida como ECO-92.

Apesar de ser um ato internacional, sem caráter mandatário, a ampla adesão aos seus princípios tem favorecido a inserção de novas posturas não apenas frente aos usos dos recursos naturais, mas também na alteração de padrões de consumo bem como na adoção de tecnologias mais brandas e limpas. Representa uma tomada de posição ante a premente necessidade de assegurar a manutenção da qualidade do ambiente natural e os complexos ciclos da biosfera.

Além da Agenda 21, resultaram desse processo quatro outros acordos: Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; Declaração de Princípios sobre o Uso das Florestas; Conservação das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica; Conservação das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas.

Vale enfatizarmos que Agenda 21 Global indica as estratégias para o alcance do desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, identifica atores e parceiros, metodologias para

obtenção de consensos e os mecanismos institucionais necessários para a implementação e monitoramento desta.

4.2 Agenda 21 Nacional

Em 1994 e 1995, foram realizados, em São Paulo, por iniciativa do Instituto Vitae Civilis, e com o apoio do MMA (Ministério do Meio Ambiente), do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), e Secretarias Estaduais de Saúde e do Meio Ambiente, dois seminários nacionais que envolveram lideranças de diferentes segmentos e de três esferas de governo para, a partir da análise de programas específicos da Agenda 21 global, propor adequadas ações e estratégias para sua implementação no Brasil, através da formulação de uma Agenda 21 nacional. Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para Meio Ambiente e Desenvolvimento, também em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, deram seqüência, em 1996, a tais iniciativas e buscaram pressionar a concretização da CIDES (Comissão Interministerial de Desenvolvimento Sustentável), criada em 1994 pelo ex-presidente Itamar Franco.

Como a CIDES jamais foi efetivada e a realização de eventos sobre os cinco anos da Rio-92 inicialmente, uma sociedade civil internacional no Rio de Janeiro, em março de 1997, e depois, a Sessão Especial da assembléia Geral da ONU sobre os Rio-92 (Rio+5) no mesmo ano, foi criado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, por um decreto, a CPDS, (Comissão de Política de desenvolvimento sustentável e Agenda 21 brasileira). Esse órgão tinha, com o objetivo central, coordenar a elaboração e implementação de uma Agenda 21 Nacional.

A primeira etapa do trabalho centrou-se na definição da metodologia da elaboração da Agenda, que incluiu a definição de seis temas básicos de trabalho: agricultura sustentável, gestão de recursos naturais, cidades sustentáveis, infra-estrutura e integração regional, redução das desigualdades sociais e, finalmente, ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável. No final de 1998, após duas licitações, os estudos foram contratados e preparados por consórcios, em duas etapas de workshops, com especialistas e lideranças nos temas. Tais documentos subsidiaram a versão preliminar da Agenda 21, denominada Agenda 21 Brasileira: bases para discussão, propostas de estratégias e ações que constituíram a parte programática do texto aprovado pela CPDS em dezembro de 1999. Vale salientarmos que,

para a composição dessa versão preliminar, a CPDS contou com um consultor o qual, com base nos diagnósticos temáticos e nas discussões políticas da Comissão, indicou os desafios e os entraves ao desenvolvimento sustentável no Brasil.

Em meados de 2000, após a apresentação pública ao presidente da República, da “Agenda 21 Brasileira: bases para discussão”, procedeu-se à etapa de recebimento de emendas e sugestões, tendo sido realizados 26 debates nos 27 Estados. A fase seguinte, de junho a outubro de 2001, tratou de consolidar os consensos e explicitar as prioridades, as propostas específicas e eventuais dissensos em cada uma das cinco regiões do país, a partir da perspectiva regional, com base nas emendas apresentadas na etapa anterior.

Concluídas as etapas dos debates estaduais e regionais da Agenda 21 brasileira, uma certeza havia sido estabelecida por todos os membros da CPDS: o processo da Agenda Brasileira, até então, destacava-se não somente no âmbito internacional, mas também como um singular processo nacional de elaboração participativa de programa ou de política pública.

Naquela etapa dos debates estaduais, foram enviadas 5.839 emendas, propostas por organizações de todos os segmentos, em cujos eventos participaram quase 4.000 pessoas. Os debates regionais envolveram também centenas de participantes e diversas organizações de fomento, engajados no processo de discussão pública da Agenda 21. Estima-se que pelo menos 40.000 pessoas não somente leram o documento, mas, sobretudo, envolveram-se nas ações que marcaram essa etapa; ou seja, a discussão das propostas nas suas respectivas organizações e comunidades, a exposição pública de suas sugestões e emendas, o exercício do diálogo e da negociação com vistas a um país sustentável e impulsionado pelas demandas e interesses específicos de cada segmento.

Nesse sentido, a Agenda 21 Brasileira fruto de singular processo participativo pôde desenhar linhas do cenário futuro, desejado pelos indivíduos que acreditam ter direito e oportunidades de empreenderem as ações transformadoras da sociedade brasileira, rumo à sustentabilidade.

Após os debates públicos estaduais e regionais, mais uma vez, a CPDS viu-se frente ao desafio de consolidar a versão final da Agenda 21 Brasileira. No início de 2002, a Comissão iniciou a etapa final, mediante a contratação de consultoria, para a consolidação das ações e

estratégias oriundas daqueles debates, e definiram a realização do seminário nacional com lideranças, formadores de opinião e tomadores de decisões dos principais segmentos da sociedade, com vistas à identificação das ações prioritárias e dos meios de implementação da Agenda 21.

O processo de elaboração de tal Agenda foi concluído em junho de 2002, dez anos após a Rio-92, e seu lançamento oficial ocorreu em 16 de julho, em solenidade que reuniu o presidente da República, seu vice e ministros, além de lideranças do Congresso Nacional e de entidades da sociedade civil brasileira.

No que tange ao conteúdo, a Agenda 21 brasileira também revela os graves conflitos (latentes ou vigentes) de visões e de interesses, subjacentes às expectativas dos vários atores e segmentos da sociedade brasileira. As áreas que mais receberam atenção (ou emendas) na fase de debates públicos foram as de gestão de recursos naturais e de agricultura sustentável; mais um sinal de que os desafios da sustentabilidade ainda são vistos, em geral, como aqueles associados à conservação dos espaços naturais e rurais. Por outro lado, muitas propostas versaram sobre questões de governabilidade (controle social), como, por exemplo, o fortalecimento de instâncias e procedimentos de democracia participativa em todas as áreas.

Por sua vez, a Agenda 21 Brasileira incorporou propostas que revelam a interdependência das várias dimensões: a necessidade de operacionalizar instrumentos e políticas que, a partir do atual padrão de desenvolvimento, possam propiciar as transformações de critérios e práticas econômicas, sociais, culturais, de governo e de governabilidade da sociedade.

Em decorrência disso, CPDS buscou organizar as propostas com base nas diversas dimensões: geo-ambiental, político-institucional, social, econômica e de conhecimento e tecnologias, com vistas à explicitação das estratégias e eixos de ações impulsionadoras do desenvolvimento nacional.

A Agenda 21 Brasileira, portanto, deve ser entendida como um possível agente de transformações. Isso significa ir além das ações exemplares, dos projetos e ações fragmentados, para poder gerar progressivamente a “cultura” e as políticas nacionais integradas da sustentabilidade.

Por sua vez, a metodologia da elaboração da Agenda 21 privilegiou uma abordagem multissetorial da realidade brasileira, procurando focalizar a interdependência das dimensões ambiental, econômica, social e institucional. Além disso, determinou que o processo de elaboração e implementação deve observar o estabelecimento de parcerias, entendendo que a Agenda 21 não é um documento de governo, mas produto de consenso entre os diversos setores da sociedade brasileira.

Os temas da Agenda 21 estão agrupados em quarenta capítulos e em quatro seções que tratam de:

- Aspectos sociais e econômicos; relações entre meio ambiente e pobreza, saúde, dívida externa, consumo e população;
- Conservação e administração de recursos, maneiras de gerenciar recursos físicos como terra, mares, energia e lixo, para garantir o desenvolvimento sustentável;
- Fortalecimento dos grupos sociais; formas de apoio a grupos sociais organizados e minoritários que colaboram para a sustentabilidade;
- Meios de implementação, financiamento e papel das organizações governamentais e não governamentais.

A Agenda 21 começa apontando os graves problemas por que passa a humanidade e faz uma conclamação a todas as nações para se unirem em prol do desenvolvimento sustentável. Além do mais, adverte para o fato de que o êxito da sua execução é da responsabilidade dos governos e, para concretizá-la, são cruciais as estratégias, os planos, as políticas e os processos nacionais, aliados à cooperação internacional.

Ressaltamos que o sistema da ONU e outras organizações internacionais devem desempenhar um papel importante nessa cooperação. A participação pública e o envolvimento das ONGs devem ser estimulados permanentemente.

Sobre as dimensões sociais e econômicas, o capítulo começa conclamando a necessidade de estabelecermos uma nova parceria mundial e reafirma a importância da

economia internacional para alcançar o desenvolvimento sustentável, através da liberalização do comércio, da oferta de recursos financeiros suficientes aos países em desenvolvimento e do estímulo às políticas macroeconômicas internas favoráveis a esse tipo de desenvolvimento. A Agenda recomenda um novo multilateralismo, aberto, não discriminatório e eqüitativo. Segundo a Agenda, cabe à economia internacional oferecer um clima internacional propício à realização das metas relativas ao meio ambiente e desenvolvimento.

A Agenda 21 recomenda que os governos promovam ações a instituições econômicas regionais e internacionais pertinentes para estabelecer os seguintes princípios: evitar o uso de restrições que incidam sobre o comércio, como forma de compensar as diferenças de custos decorrentes da aplicação de normas e regulamentações ambientais distintas; garantir que essas normas e regulamentações não se constituam formas de discriminação arbitrária ou injustificável, ou ainda, uma forma disfarçada de restrição comercial; evitar medidas unilaterais para fazer frente aos problemas ambientais que fujam à jurisdição do país importador.

Constatamos que deposita muitas esperanças nessa cooperação, o que é perfeitamente lógico, pois problemas globais somente serão resolvidos com a participação de todos os países. E isso não é tarefa fácil em tempos de globalização, aqui entendida como um processo de intensificação da intencionalização dos espaços econômicos conduzidos pela lógica dos mercados. A participação dos governos, principalmente dos países mais ricos, tem deixado a desejar, como pudemos verificar pelas suas atuações nas diversas Conferências pós Rio-92. Daí a importância de incrementar a cooperação entre organizações da sociedade civil, em nível mundial.

No que tange ao combate à pobreza, sem dúvida, se evidencia um problema complexo e multidimensional, com origem ao mesmo tempo nas áreas nacional e internacional, não havendo, para isso, soluções uniformes e universalmente aplicáveis.

Qualquer política voltada para a conservação e proteção da natureza deverá levar em conta os que dependem dela para a sua subsistência. Uma estratégia voltada para os problemas do desenvolvimento, da erradicação da pobreza e do meio ambiente, deverá considerar, de imediato e simultaneamente, os recursos, a produção e as pessoas, bem como questões demográficas, bem como os cuidados com a saúde, a educação, os direitos da mulher, o papel dos jovens, dos indígenas e das comunidades locais. Deverão proceder de

acordo com processos democráticos de participação, associados ao aperfeiçoamento da sua gestão. O objetivo básico em longo prazo é o de capacitar todas as pessoas a atingir meios sustentáveis de subsistência. Política de emprego, de geração de renda, acesso à educação básica, respeito à diversidade cultural, delegação de poderes às comunidades locais são algumas recomendações da Agenda.

Sem dúvida, o crescimento da população mundial e da produção, associados ao consumo insustentável impõem pressões cada vez mais intensas sobre o meio ambiente. Diante disso, torna-se inadiável desenvolver estratégias para mitigar esses impactos, pois se prevê uma população superior a oito bilhões de pessoas para o ano 2020; 65% em áreas litorâneas e 60% em cidades com mais de 2,5 milhões de pessoas. Inquestionavelmente, a formulação de políticas nacionais deve levar em conta as tendências e os fatores demográficos, dentro de uma visão abrangente que inclua: diminuição da pobreza, atendimento na área da saúde e da educação, qualidade de vida, melhoria das condições da mulher e o seu acesso à instrução e ao treinamento profissional, bem como a realização de suas aspirações pessoais, além do reconhecimento dos direitos do indivíduo e das comunidades. Essas políticas devem atentar para as migrações e as populações mais pobres em áreas críticas e grupos vulneráveis. As políticas nacionais de controle demográfico devem estar em conformidade com a liberdade, a dignidade e os valores pessoais dos indivíduos.

Cabe ressaltarmos que a saúde e o desenvolvimento estão intimamente relacionados. A pobreza resultante de um desenvolvimento insuficiente e o subconsumo decorrente de um desenvolvimento inadequado, associado à expansão da população mundial, pode causar sérios problemas para a saúde em todos os países, independentemente de seu grau de desenvolvimento. Os vínculos entre saúde e melhoria ambiental e socioeconômica exigem esforços intersetoriais, abrangendo: educação, habitação, obras públicas e a participação de grupos comunitários, inclusive escolas, universidades, empresas, organizações religiosas, cívicas e culturais. Devemos dar especial atenção aos programas preventivos que não se limitem apenas a remediar e tratar doenças.

Paralelamente, prioridade da Agenda é a satisfação das necessidades de atendimento primário da saúde da população mundial, especialmente nas zonas rurais, como parte do esforço integrado de promoção do desenvolvimento sustentável.

Da mesma forma, a Agenda informa que os padrões de consumo das cidades nos países desenvolvidos representam pressões muito sérias sobre o meio ambiente global, enquanto no mundo em desenvolvimento os assentamentos humanos necessitam de mais matérias-primas e energia para superar o seu subdesenvolvimento. E lembra que o direito à habitação adequada está consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos. O objetivo geral dos assentamentos humanos é o de melhorar a qualidade de vida, econômica e ambientalmente, bem como as condições de trabalho de todos, especialmente dos pobres tanto nas áreas rurais, quanto urbanas.

Nesse sentido, é mister buscarmos meios para garantir a coerência entre planos, políticas e instrumentos das políticas setoriais, econômicas, sociais e ambientais; inclusive, as medidas fiscais e o orçamento, nos diversos níveis de atuação.

A idéia é inverter a tendência de tratar o meio ambiente como um bem gratuito, repassando os custos da degradação ambiental para outros setores da sociedade, outros países e outras gerações. Os sistemas contábeis precisam refletir sobre as dimensões sociais, econômicas e ambientais.

Certamente, o compromisso e a participação de todos os grupos sociais terão uma importância decisiva na implementação eficaz dos objetivos, das políticas e dos mecanismos ajustados pelos governos em todas as áreas de programas da Agenda 21.

Um dos pré-requisitos fundamentais para se alcançar um desenvolvimento sustentável é a ampla participação pública nos processos de tomada de decisão. Novas formas de participação mostram-se oportunas no contexto das questões relativas ao desenvolvimento e ao meio-ambiente. Indivíduos, grupos e organizações devem ter acesso a uma educação para lidar com as questões ambientais.

Esse documento prevê ainda a plena participação da mulher no desenvolvimento sustentável e na vida pública. Efetivar, em caráter de urgência, medidas para assegurar que mulheres e homens tenham o mesmo direito de decidir com liberdade e responsabilidade o número e o espaçamento de seus filhos, adotar e reforçar medidas para combater e eliminar todo tipo de violência contra a mulher constituem-se metas desse projeto.

Como muitos dos problemas e soluções tratados na Agenda 21 têm suas raízes nas atividades locais, a participação e a cooperação das autoridades locais serão fatores determinantes para a realização de muitos dos objetivos dessa Agenda. Lembramos que essas autoridades constroem, operam e mantêm as infra-estruturas econômicas, sociais e ambientais; supervisionam os processos de planejamento; estabelecem as políticas e regulamentações ambientais locais e contribuem para implantar as políticas ambientais nacionais, estaduais e municipais. Como segmento de governo mais próximo do povo, desempenham um papel essencial na educação, mobilização e resposta ao público em favor de um desenvolvimento sustentável.

Voltamos a lembrar que o objetivo geral proposto pela Agenda 21 é a mitigação da pobreza e o emprego pleno e sustentável que “contribui” com ambientes seguros, limpos e saudáveis. Para esse fim, mostram-se imprescindíveis as seguintes ações: promover a ratificação das convenções da OIT e a promulgação de legislações em apoio a elas; estabelecer mecanismos bipartites e tripartites sobre segurança, saúde e desenvolvimento sustentável; aumentar o número de acordos ambientais coletivos; reduzir os acidentes, ferimentos e moléstias do trabalho; e aumentar a oferta de educação, treinamento e reciclagem para os trabalhadores, em particular nas áreas de saúde e segurança do trabalho e do meio ambiente. Para que os trabalhadores e seus sindicatos desempenhem um papel pleno no processo de construção do desenvolvimento sustentável, o direito de cada trabalhador à liberdade de associação e o direito de se organizar devem ser promovidos e garantidos, tal como estabelecido pelas convenções da OIT.

Outro objetivo da Agenda 21 é apoiar e aumentar a capacidade legal da mulher e dos grupos vulneráveis em relação ao acesso, uso e posse da terra; promover e estimular práticas e tecnologias agrícolas sustentáveis; introduzir ou fortalecer políticas que estimulem a auto-suficiência em tecnologias de baixo consumo de insumos e de energia, inclusive de práticas autóctones; introduzir mecanismos de formação de preços que incluam os custos ambientais; promover a participação dos agricultores de ambos os sexos, por meio das organizações que os representem, na formulação e implementação de políticas agrícolas eficientes e sustentáveis.

Por sua vez, o ensino, o aumento da consciência pública e o treinamento estão vinculados a todas as áreas e programas da Agenda 21. Tanto os ensinamentos formais, quanto o

informal são indispensáveis para modificar a atitude dos indivíduos e para conferir consciência ambiental, ética, valores, técnicas e comportamentos em consonância com as exigências desse novo padrão de desenvolvimento. Daí a relevância de assegurarmos o acesso universal ao ensino básico para todas as crianças em idade escolar, erradicarmos o analfabetismo, promover a integração dos conceitos de desenvolvimento e meio ambiente em todos os programas de ensino. Da mesma forma, é preciso realizar todo tipo de programa de educação de adultos para incentivar a educação permanente sobre o desenvolvimento e o ambiente, utilizando, como base de operação, as escolas primárias e secundárias e centrando a temática de ensino nos problemas locais. Elaborar programas de Educação Ambiental para profissionais, cujo exercício profissional gera, direta ou indiretamente, impactos significativos no meio ambiente será um procedimento oportuno.

Apesar dos esforços, não logramos êxito na tarefa de colocar a Agenda 21 na pauta política do governo do Fernando Henrique Cardoso; por isso, ela permanece sendo vista como tema da área de meio ambiente, embora toda a estrutura formal sugira uma ação interministerial integrada. O maior desafio do governo tem sido o de aumentar a divulgação do processo de construção da Agenda 21 e garantir participação mínima da sociedade na discussão das propostas.

A Agenda 21 Nacional foi concluída e apresentada à sociedade brasileira, apenas cinco semanas antes do início da Conferência Rio+10 em Johannesburgo, África do Sul.

Ressaltamos que a efetivação da Agenda 21 Nacional depende da incorporação, por governos em todos os níveis, sociedade e setor produtivo, das mudanças que se fazem necessárias na estrutura do país.

Concluimos que, para a Agenda 21, a educação para o desenvolvimento sustentável se resume em dois processos pedagógicos complementares: o primeiro seria o da compreensão das relações entre sociedades humanas e natureza, entre meio ambiente e desenvolvimento, entre os níveis global e local; e o segundo, do “comportamento”, visto como desenvolvimento de atitudes menos predatórias e de habilidades técnicas e científicas orientadas para a sustentabilidade.

4.2.1 Agenda 21 como instrumento de construção de sociedades sustentáveis

Analisando a situação da crise ambiental planetária, constatamos que nos deparamos com um grave e perigoso paradoxo: obtivemos um avanço fantástico no campo da tecnologia, mas a degradação ambiental continua avançando. Os instrumentos definidos no chamado Ciclo Social da ONU e em outros acordos internacionais voltados para a mudança global do modelo de produção e consumo não estão sendo utilizados, ou seja, a proposta de criar condições para uma governabilidade mundial que possa realizar um trânsito para as sociedades sustentáveis, intervendo a lógica predatória do atual modelo, não está sendo posta em prática na urgência em que a dinâmica sócio-ambiental necessita.

Assim, tendo como referência o período desde a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Rio 92 até os dias de hoje, podemos afirmar que as propostas para enfrentar a crise ambiental planetária não se efetivaram no seu sentido mais amplo. Isso acontece em função do modelo capitalista que cada vez mais se apropria indevidamente dos recursos naturais, fomentando uma lógica que não satisfaz as reais necessidades humanas e um modelo de produção e consumo insustentáveis que fortalece as imposições do mercado, notadamente das grandes empresas multinacionais e transnacionais. Cabe também destacar o papel das mídias que cada vez mais desprovidas de sentido ético, funcionam como reforço fundamental do atual sistema.

Essa lógica mercantilista torna-se ainda mais cruel sob a hegemonia do neoliberalismo, que aprofunda a mercantilização da vida, reduzindo a natureza e o ser humano a meros instrumentos do mercado globalizado.

É por isso que os mecanismos de mudanças globais não são efetivados pela maioria dos grandes países capitalistas, pois isso significaria frear a mercantilização da vida, criando uma mudança efetiva no modelo de produção e consumo mundial. Ao invés de efetivarem esses mecanismos, os detentores do poder se apropriam, em certa medida, do discurso ambientalista, esvaziando o seu sentido mais transformador e reduzindo a questão da sustentabilidade a uma visão de desenvolvimento sustentável que não pressupõe ruptura com o atual sistema. Assim, na visão “eco-capitalista”, a Agenda 21 transforma-se em retórica, já que não efetiva sua implementação, ou o faz de forma tardia, como resposta a pressões do movimento ambientalista, tentando sempre dificultar a participação da sociedade. Nessa

mesma lógica, várias das Convenções e Tratados internacionais de proteção ao meio ambiente, como é o caso do Protocolo de Kyoto, sofrem restrições ou não são implementados.

O Brasil se insere dentro da lógica mundial analisada acima, visto que o discurso em nível internacional era o de compromisso com as orientações da Rio-92, mas na prática, o Avança Brasil programa elaborado para o desenvolvimento do país, aumentou a destruição da natureza e agravou os problemas sócio-ambientais.

Nessa conjuntura, a Agenda 21 Brasileira teve dificuldade de ser efetivada. Seu processo de construção foi iniciado em 1997, depois dos reclames dos movimentos ambientalistas, sob a liderança do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento; as iniciativas de Agendas 21 locais foram efetivadas pela sociedade civil, principalmente, em função do Brasil sediar um encontro de balanço da Rio-92, a chamada Rio+5, que dava início ao processo da Agenda 21, como condição de participação dos países.

Pressionado pelo contexto da época, o Governo Fernando Henrique Cardoso criou o Decreto para efetivar o processo de elaboração da Agenda 21 Brasileira, instituindo a CPDS (Comissão de Políticas de Desenvolvimento sustentável e Agenda 21 Nacional), composta de dez membros, sendo cinco governamentais e cinco da sociedade civil. Destes, apenas um foi realmente escolhido pela sociedade, o representante do Fórum Brasileiro.

Não obstante, as limitações da CPDS, foram as principais responsáveis pela formulação da Agenda 21 Nacional, tendo seu documento consolidado em 2002, após um processo de ampla consulta popular. O documento se referenciou na Agenda 21 planetária, mas fazendo uma leitura da realidade nacional. Definiu 21 ações prioritárias que orientam o desenvolvimento do país, são elas:

- produção e consumo sustentáveis contra a cultura do desperdício;
- eficiência e responsabilidade social das empresas;
- retomada do planejamento estratégico, infra-estrutura e integração regional;

- energia renovável e a biomassa;
- informação e conhecimento para o desenvolvimento sustentável, inclusão social para uma sociedade solidária;
- educação permanente para o trabalho e a vida;
- promover a saúde e evitar a doença, democratizando o SUS;
- inclusão social e distribuição de renda;
- universalização saneamento ambiental protegendo o ambiente e a saúde estratégia para a sustentabilidade urbana e rural;
- gestão de espaço urbano e a autoridade metropolitana;
- desenvolvimento sustentável do Brasil rural;
- promoção da agricultura sustentável;
- promoção da Agenda 21 Local e o desenvolvimento integrado e sustentável;
- implementação do transporte de massa e a mobilidade sustentável, recursos naturais estratégicos: água, biodiversidade e florestas;
- preservação a quantidade e melhorar a qualidade da água nas bacias hidrográficas;
- política florestal, controle do desmatamento e corredores de biodiversidade, governabilidade e ética para a promoção da sustentabilidade;
- descentralização e o pacto federativo: parcerias, consórcios e o poder local;
- modernização do Estado: gestão ambiental e instrumentos econômicos;

- relações internacionais e governabilidade global para o desenvolvimento sustentável;
- cultura cívica e novas identidades na sociedade da comunicação;
- pedagogia da sustentabilidade: ética e solidariedade. (BARBIERI, 1997, p. 28)

Nesse contexto, a Agenda 21 Brasileira, apesar de seu processo tardio e de várias lacunas e imprecisões, representa um avanço importante no planejamento do desenvolvimento, já que ela analisa o desenvolvimento, procurando compartilhar o crescimento econômico, o equilíbrio ambiental e a justiça social. Além disso, pela primeira vez na história republicana, motivou a realização de um processo de consulta à sociedade sobre os rumos do desenvolvimento.

Todavia, é importante ressaltarmos que a Agenda 21 Brasileira só poderá realmente se constituir em um instrumento de política pública, se assumida pelo atual governo e pela sociedade. Essa tarefa não é fácil, pois requer uma mudança radical na lógica do pensamento dominante. Por outro lado, só haverá avanço pela sustentabilidade do Brasil com a consolidação de um planejamento participativo que abra o caminho para mudar o modelo de desenvolvimento. Nesse sentido, a Agenda 21 se torna uma importante ferramenta para esse processo, o “abre alas” para iniciar as mudanças para um Brasil sustentável.

Importa ainda enfatizarmos que a Agenda 21 constitui-se num instrumento de planejamento para a sustentabilidade, democrática e participativa que tem como ponto central à inclusão do conjunto da sociedade na sua construção e no controle de sua implementação. Ou seja, a construção da Agenda 21 deve ser temperada pelo debate entre os vários segmentos da sociedade, advindo da lógica direta dos processos sociais concretos. Trata, portanto de assimilar as contribuições dos atores sociais, buscando identificar os consensos e os dissensos, implementando ações acordadas entre os diferentes grupos, mas entendendo sempre que, numa sociedade de classe, o conflito é um elemento inerente e dinâmico dos processos sociais e que é a partir dele que poderemos chegar ao consenso necessário.

Sustentamos que a Agenda 21 Brasileira só terá êxito se estiver inserida na realidade brasileira, com seus contrastes e diversidade. Sabendo-se da estreita relação da degradação

ambiental com a degradação social, a Agenda 21 é também um poderoso instrumento de justiça sócio-ambiental.

Outra ação fundamental atual é construir as Agendas Locais, já que de 1997 a 2002 a diretriz central foi formular a Agenda Brasileira. Essa nova orientação vem no sentido de fortalecer a comunidade local, pois, a partir deste espaço social, é possível pensarmos num planejamento estratégico, adotarmos processo de construção do desenvolvimento sustentável local e avançarmos nas resoluções dos graves problemas sócio-ambientais que afetam a sociedade brasileira.

A Agenda 21 tem o efeito potencial de promover a sensibilização de atores sociais, mobilizando-os para a cidadania, isto é, para a atuação na discussão, formação, gestão e monitoramento de políticas. Ela pode desempenhar função adicional de educação ambiental, ou seja, a sensibilização e promoção de atitudes e práticas pertinentes às mudanças de padrões de consumo e produção, de tecnologias, de posturas perante os processos sociais e ecológicos, de valorização da ética de vida, o respeito à diversidade. Nesse sentido, e complementando o caráter de instrumento de planejamento participativo, pode servir para sensibilizar a população e suas lideranças quanto aos desafios da construção de sociedades plurais, justas e ambientalmente saudáveis. Tal conjuntura contribuirá para fortalecer as responsabilidades individual e corporativa, sinais de cidadania planetária e assentada na base das diversidades biológicas, étnicas, raciais, religiosas, sociais, entre outras.

4.2.2 Desafios para a implantação da Agenda 21 brasileira

Entre os desafios mais relevantes para a otimização da Agenda 21 Brasileira está o de fazer com que as propostas para a construção da sustentabilidade no País passem a ser centrais nos processos de planejamento, formulação e implementação de políticas públicas.

A concretização das propostas da Agenda 21 Brasileira depende também da mobilização de meios, conseqüente à consolidação de vontade política nos diversos segmentos da sociedade, para a viabilização de um país que pretende uma sociedade justa e ambientalmente responsável. As transformações necessárias para a mobilização dos meios vão além daquilo que já está incluído na própria Agenda 21 como, por exemplo, a adoção de impostos verdes, de mecanismos de certificação de produção e consumo. Também está

relacionada com a prática de elaboração e execução orçamentária nos três níveis do Estado, com a responsabilidade social e ambiental das lideranças e instituições produtivas e da mídia; inclusive, com o estabelecimento de parcerias genuínas entre organizações da sociedade e de governo em projetos e programas de interesse público para a melhoria da qualidade de vida.

O período do início da feitura da Agenda 21 Brasileira coincidiu com o início do governo Lula. O desafio é de toda a sociedade, mas também levando em conta o novo desenho organizacional desse governo, um grande desafio coloca-se para o Presidente, seus ministros e partidos que sustentam o governo: tomar as propostas da Agenda 21, emblemáticas e relevantes para a consecução da sustentabilidade, como parte das profundas transformações que o atual governo pretende imprimir no País. Fala-se muito em políticas de governo, assentadas na transversalidade das questões ambientais e sociais; programas como “Fome Zero” e “Sede Zero” terão sua efetividade muito limitada se não considerarem as medidas estruturais do desenvolvimento social e ambientalmente sustentável. A Agenda 21 pode e deve ser processo e documento de referência para a preparação e execução do Plano Plurianual, e das respectivas leis de Diretrizes Orçamentárias e dos orçamentos Anuais. Deve servir de base para processos participativos de conferências nacionais relativas às políticas setoriais de meio ambiente, cidades, entre outras.

A CPDS, além de fomentar a efetivação dos programas já previstos e discutidos na Agenda 21 Brasileira, deverá articular e fomentar a realização de Agendas 21 locais. Além disso, precisa reconhecer as experiências relevantes dos processos de desenvolvimento local integrado e sustentável.

Finalmente, a Agenda 21 Brasileira, embora não se configure, até o momento, um instrumento de consideração central pelos tomadores de decisões do país, revela o potencial social e institucional, nada desprezível, existente para as transformações necessárias em todos os campos da vida nacional. Resta continuarmos a mobilizar meios e atores sociais para tornar realidade o legado da Rio-92 e do Fórum Social Mundial: um mundo sustentável evidencia-se não apenas viável, mas, sobretudo, necessário e urgente .

4.3 Agenda 21 Local

Tal programa constitui-se num guia que procura auxiliar diferentes setores de nossa sociedade a iniciar e, precipuamente, criar as condições necessárias para a continuidade do processo de elaboração de agendas locais.

Deixa claro seu texto a importância da participação de todos os atores sociais, em todas as etapas de preparação de um plano de desenvolvimento sustentável local, desde o diagnóstico, passando pela elaboração; definição de ações prioritárias; meios de execução; responsabilidades comuns e acompanhamento da implantação.

Por sua vez, a Agenda 21 local deve ser um processo participativo, no qual os planos estratégicos locais passam a ser, realmente, planos de desenvolvimento de suporte para uma localidade e não planos para uma única gestão política administrativa.

Além do mais, pode ser excelente instrumento que expresse a visão da sociedade, que procura enxergar além daquilo que nossos olhos permitem, para deixar às futuras gerações possibilidades de conviver em um mundo equilibrado, saudável e com justiça social. Para tal, denota-se de extrema importância à participação efetiva de todos os atores sociais, para que cada um vislumbre, na Agenda, sua visão de futuro, e que entenda que cada desafio, sucesso ou fracasso de percurso, tem parte de sua responsabilidade. Ressaltamos que a elaboração do documento, a condução do processo e a apropriação dos resultados são coletivas, pactuada. Aí está o diferencial que poderá superar o fantasma da descontinuidade administrativa e política e garantir a existência da Agenda 21 como instrumento orientador do desenvolvimento sustentável local, dentro de uma perspectiva global, da convivência amigável com e no meio ambiente.

Diante disso, a Agenda 21 Local representa um processo participativo multisetorial de construção de um programa de ação estratégico, dirigido às questões prioritárias para o desenvolvimento equilibrado local. Como tal deve aglutinar os vários grupos sociais, na promoção de uma série de atividades em nível local. Esses devem implicar mudanças no atual padrão de desenvolvimento, integrando as dimensões socioeconômicas, político-institucionais, culturais e ambientais da sustentabilidade.

A Agenda 21 Local é um processo de desenvolvimento de políticas para o alcance do suporte, cuja implementação depende, diretamente da construção de parcerias entre autoridades e outros setores da sociedade.

Seu objetivo principal é, portanto, a formulação e execução de políticas públicas, com metodologia participativa, que produza um plano de ação para o alcance de um cenário de futuro desejável pela comunidade local. Ademais, precisa levar em consideração a análise das vulnerabilidades e potencialidades de sua base econômica, social, cultural e ambiental.

Com a Agenda local, a comunidade aprende sobre suas deficiências e identifica suas potencialidades e recursos; dessa forma, estará apta a fazer as escolhas que vão torná-la uma comunidade sustentável. É um processo que varia de acordo com as particularidades de cada lugar onde está sendo desenvolvido. Em geral, entende-se que é mais importante manter em vista os princípios do desenvolvimento sustentável do que seguir metodologia determinada.

O documento guia da Agenda Local deverá refletir uma estratégia local para o desenvolvimento sustentável ser claro e concisa; identificar as principais questões e metas a serem alcançadas, com estratégias de ação para cada tema de acordo com os entraves identificados no diagnóstico; relacionar organizações e setores envolvidos; definir as responsabilidades de cada um; estabelecer prazos; definir formas de acompanhamento das ações e avaliação de desempenho. É essencial lembrarmos, sempre, que o documento é um marco no processo e não sua conclusão.

O planejamento implícito num processo de elaboração da Agenda 21 pode ser definido como um híbrido de três tradições de planejamento: estratégico, participativo e ambiental.

A construção e concretização de um plano de ação constitui-se no elemento central do planejamento para o desenvolvimento de suporte.

Na verdade, um plano de ação estratégico propõe metas concretas para se atingir o cenário de futuro desenhado pela comunidade local, tanto a curto, como a longo prazo. Após a determinação das metas estratégicas, é mister, necessariamente, definirmos meios de implementação e vincularmos as propostas a um processo existente de planejamento formal, tais como: orçamento plurianuais e instrumentos fiscais, entre outros.

4.3.1 Parceiros para a construção da Agenda 21 Local

A Agenda Local prevê a criação de uma estrutura formada pela associação dos vários segmentos beneficiários que coordenará e supervisionará a integração dos diferentes interesses do governo local e da sociedade organizada.

Os integrantes desses grupos de planejamento não são participantes eventuais que compartilham ocasionalmente suas opiniões; ao contrário, dividem as responsabilidades relativas ao processo de planejamento e seus resultados. Por isso, consideramos oportuno facilitar sua integração por meio da institucionalização de uma comissão, fórum ou conselho da Agenda 21 local.

Seja qual for à forma escolhida (decreto, projeto de lei do legislativo), a definição de mandato claro para os membros e o apoio do governo local ao processo facilitam o exercício democrático e estabelecem um vínculo estreito com as atividades governamentais de planejamento. Por essa razão, o mandato deve especificar as responsabilidades do conjunto de interessados e a forma como os resultados serão otimizados nos esforços de planejamento formal do governo e das demais instituições envolvidas.

É necessário que o processo de formação de associações de interessados seja liderada por uma instituição considerada legítima por diversas frentes comunitárias. Às vezes, essa instituição é o Poder Executivo local; em outras, pode ser uma instituição universitária, uma organização não governamental, um movimento social ou uma agência de cooperação internacional.

4.3.2 Temas e Elaboração do diagnóstico

Para um planejamento efetivo rumo ao desenvolvimento sustentável, tanto o processo de definição de temas, como a metodologia para a elaboração do diagnóstico a ser utilizado, devem contemplar um detalhamento da natureza sistêmica dos problemas locais, bem como a relação entre os temas prioritários e os entraves ao sustento do desenvolvimento.

A identificação dos temas que irão estruturar, dar forma a um cenário de futuro desejável, será a base para a realização do diagnóstico que deve se caracterizar pelo levantamento dos entraves a sustentabilidade.

O uso combinado de estudos técnicos e de análise de temática local, de forma participativa, também permite à comunidade estabelecer não só os empecilhos, mas também os indicadores, a partir dos quais será possível medirmos os avanços e as mudanças futuras.

O que aconteceu em Pelotas de fato, foi à montagem de um diagnóstico que orientou a definição de estratégias de ação rumo ao sustentáculo do município.

4.3.3 Grupos de trabalho na construção da Agenda 21 Local

Os grupos de trabalho analisaram, conjuntamente, os conhecimentos populares e os resultados da investigação técnica, tratando de estabelecer consenso sobre os problemas locais e seus entraves a sustentabilidade, ou seja, o que estava criando obstáculos para o equilíbrio da região e impossibilitando, por consequência, que se atinjam os cenários desejáveis.

Por sua vez, as atividades desses grupos de trabalho foram desenhadas para identificar as pautas de discussão e facilitar a troca de idéias sobre assuntos e problemas prioritários. Essas discussões, realizadas em reuniões comunitárias, fóruns abertos e audiências públicas versaram sobre os mais diversos e polêmicos temas. Tiveram, como mérito, levantar insumos e propostas de modificação de visões irreais, arraigadas na comunidade. Adicionalmente, essa atividade ajudou a preparar a população para as fases posteriores do processo de planejamento. Inclusive, composição do grupo determinou não só sua legitimidade, mas também sua capacidade de gerar idéias, percepções e um consenso para a ação.

Se o objetivo é desenvolver um processo de planejamento com real participação da comunidade, deve haver uma adaptação de métodos de trabalho essencialmente técnicos, de forma a permitir a maior colaboração dos grupos interessados.

Diante do exposto, constatamos que a participação e a parceria na Agenda 21 Local representam um dos maiores desafios à sua implementação e, juntamente com a formulação

de um cenário de futuro para o desenvolvimento sustentável, são os elementos que a distinguem de outros processos de planejamento.

4.3.4 O Papel da comunidade na implementação da Agenda 21 Local

A Agenda 21 Brasileira compreende por desenvolvimento sustentável o modelo de desenvolvimento fundamentado no uso racional dos recursos naturais (disponíveis para as gerações futuras), que conserva e realimenta sua fonte de recursos (não os esgota), que promove a repartição justa a toda a sociedade dos benefícios alcançados, que se baseia no planejamento de sua trajetória; por isso, é capaz de manter-se no espaço e no tempo. Coloca, como primeiro grande desafio, seu cumprimento, além de saber qual é, e qual deve ser a inserção do país no atual estágio de internacionalização da economia, do conhecimento e das comunicações.

Sem dúvida, alta concentração da riqueza, do conhecimento inovador e da ciência e tecnologia proporcionada pelo sistema capitalista dominante impressiona.

No caso do Brasil, o endividamento, a má distribuição da renda e da riqueza, a dependência do capital financeiro internacional e a falta de uma proposta nacional são os grandes empecilhos para o seu processo de desenvolvimento e da sua auto-sustentabilidade. Observa-se uma verdadeira desconstrução nacional e uma corrida dos países ricos para deter o controle e o monopólio dos nossos recursos naturais.

A concentração de renda no Brasil gerou cinco categorias de grupos sociais, segundo indicadores do desenvolvimento, publicados pelo Banco Mundial: os miseráveis, que correspondem a 24 milhões; os pobres, 30 milhões; os quase pobres, 60 milhões; a classe média, 50 milhões, e os ricos, 2 milhões.

A dramaticidade desta concentração está no fato de que a renda média dos mais ricos é 150 vezes maior que a renda média dos mais pobres. A riqueza privada no Brasil está na ordem de R\$ 2 trilhões. Os ricos controlam 53% deste valor. Não há evidência no mundo de outro país em que isso ocorra.

A desigualdade no Brasil vem sendo agravada pelos ajustes fiscais que sacrificam os programas sociais e geram mais concentração de renda. “Quando se faz ajuste assentado em estrutura tributária regressiva, a concentração aumenta”, garante o economista da UFRJ. “É o que acontece no Brasil com a CPMF”. (Fonte: www.congressonacional.com.br)

Todo esse quadro de pobreza, poluição, degradação e depreciação de recursos são indicadores da crise de esgotamento desse modelo de desenvolvimento capitalista industrial que se tem. Daí a necessidade de revertermos essa situação, o que exige de imediato a assimilação de novos paradigmas.

Julgamos relevante convocarmos toda a sociedade para um debate amplo e aprofundado sobre a construção coletiva da sustentabilidade. A substituição da política neoliberal e das elites do poder político, dominantes responsáveis pela implantação e apoio a essa política, é fundamental para darmos um novo rumo ao país.

Na maioria dos conceitos de “desenvolvimento sustentável” está colocada a necessidade da participação comunitária e do acesso da sociedade civil organizada às instâncias de deliberações; no entanto, os governos autoritários do Brasil têm forjado, a qualquer custo, a implantação do neoliberalismo, mesmo que não represente a vontade de nem 10% da população.

Segundo a Agenda 21 Brasileira, o desafio atual de gestão, principalmente das cidades, está em buscar modelos de políticas que combinem as novas exigências da economia globalizada à regulação pública da produção da cidade e ao enfrentamento do quadro de exclusão social e de deterioração ambiental. Nesse sentido, são propostos: parceria, descentralização, convergência de ações e envolvimento/controlado social por meio de diversas formas de organização da sociedade.

No âmbito municipal, esse documento sugere: a criação de órgãos colegiados de gestão; a co-gestão dos serviços comunitários, o aperfeiçoamento da regulação urbanística; a construção de parcerias urbanas com o setor privado e a comunidade, além de outras. Para dar maior consistência, propõe ainda: a elaboração de orçamentos públicos participativos, a execução de planos estratégicos, planos diretores e de desenvolvimento local, ambiental, Agendas 21 locais, entre outros. No entanto, o controle social e a participação comunitária só serão realmente efetivados com uma outra postura de governo, democrático e popular.

Da mesma forma, é colocada também a necessidade de apontarmos para um modelo de desenvolvimento amparado. As características das políticas de desenvolvimento do País continuam não estabelecendo compromissos com a sustentabilidade e a redução das desigualdades. Os principais fatores geradores das desigualdades não foram modificados e vão continuar existindo, enquanto não elaborarmos um projeto nacional de desenvolvimento, que faça frente e se sobreponha a esta política de sucateamento do país. Será necessário também elegermos um novo governo de reconstrução nacional, democrático, constituído pelas correntes de oposição à política neoliberal, baseada nas forças populares. O ponto de partida está em recompormos e fortalecermos o Estado nacional, democratizando-o, para exercer uma intervenção reestruturadora, abrangente e constante; em proporcionar a democratização da vida nacional e a garantia dos direitos do povo brasileiro.

Segundo a Agenda 21 Brasileira, além da desvinculação das políticas de desenvolvimento econômico, há também problemas de funcionalidade nas próprias políticas sociais, como fragmentação e caráter assistencialista, além do excessivo clientelismo. É marcante o despreparo institucional para efetivar a descentralização de ações que levem à redução das desigualdades sociais e ao desenvolvimento sustentável. A concentração do capital e a má distribuição da renda e da riqueza são alguns dos principais obstáculos. Também falta liderança ao Estado para mover a alavanca do capital social do país.

Sendo assim, a Agenda 21 Nacional propõe:

1. desenvolver políticas sociais específicas de inclusão, com caráter de promoção e não apenas de proteção social;
2. desenvolver políticas efetivas de redução das desigualdades regionais, que estejam em sintonia com o novo paradigma de desenvolvimento sustentável e que possam ir além dos tradicionais mecanismos compensatórios utilizados em políticas regionais;
3. desenvolver políticas públicas de combate à pobreza e à exclusão social no Brasil que sejam, simultânea e fundamentalmente, políticas de desenvolvimento;

4. desenvolver mecanismos que possibilitem a ampliação da ação pública não-estatal;
5. promover, em nível do Estado, a articulação entre as diversas ações empreendidas;
6. promover convergência e integração das ações.

No entanto, a construção de novos paradigmas que levem ao equilíbrio planetário, não apenas ecológico, ambiental e demográfico, mas ainda cultural, social e político, bem como institucional, econômico e espacial só será possível com a assimilação e mudança de valores. Assim, a criação de uma racionalidade ambiental e de uma hegemonia popular que faça frente e se sobreponha à hegemonia do capital industrial e financeiro dominante mostra-se imprescindível.

4.4 Agenda 21 em Pelotas

Na zona urbana de Pelotas, há uma ocupação desordenada de áreas alagadiças e de áreas verdes. Esse foi uma constante nos governos anteriores, deixando um legado que dificilmente se reverterá em curto prazo. Ainda, a ausência de uma política de gerenciamento de resíduos até 2001 transformava Pelotas numa cidade com inúmeros problemas ambientais; atualmente, a cidade dispõe de um aterro controlado; ainda em 2001, encaminhou ao órgão estadual competente a indicação de áreas com os devidos EIA-RIMA, solicitando licenciamento ambiental para implantação do aterro sanitário.

Na seqüência, foi implantado um projeto de coleta residencial, através de Contentores de Lixo Limpo (COLIPOS), nos balneários, e um projeto piloto de coleta seletiva em um número limitado de condomínios da cidade, denominado de “Coleta Solidária”. Também foi reestruturado o projeto já existente denominado de “Projeto Adote Uma Escola”, que trata da coleta seletiva e da educação ambiental. Na política de áreas verdes, há um passivo enorme, visto que a cidade tem menos de 4 m²/hab de cobertura vegetal; portanto, muito abaixo do indicado pela OMS. Assim, a criação da Secretaria Municipal de Qualidade Ambiental, em 6 de fevereiro de 2001, veio para atender a uma luta histórica do movimento ecológico da região, e para implementar políticas sócio-ambientais.

Já na parte cultural, Pelotas possui um acervo de Patrimônio Histórico invejável, tanto que o Programa Monumenta, do governo federal, escolheu Pelotas como uma das cidades a receber financiamento para restauração de seus principais prédios. Tais investimentos propiciarão um decisivo avanço de qualidade na preservação cultural, tão importante para uma efetiva proteção dos interesses múltiplos.

No ano de 2001, foram constituídos o Fórum da Agenda 21 de Pelotas, e a Secretaria Municipal de Qualidade Ambiental - SQA apresentou ao Conselho Municipal de Proteção Ambiental, (COMPAM) uma proposta de resolução com vista à criação de uma Comissão, no âmbito do Conselho, para elaboração de diretrizes de discussão à Agenda 21 de Pelotas. A aprovação dessa proposta e a coordenação do processo pelo COMPAM, justificam-se por entendermos ser o órgão superior da política ambiental do município, paritário, deliberativo, e representativo, tornando mais legítima a construção da Agenda 21 de Pelotas.

Assim, em julho do ano de 2001, o plenário do Conselho aprovou essa resolução, e já, em agosto, a Comissão, formada pela Associação EcoAção, Associação Radiocom, Associação Zoobotânica de Pelotas (AZP), Câmara Municipal de Vereadores, Centro de Indústrias de Pelotas, Centro de Estudos em Toxicologia (CET-RS), Centro Federal de Ensino Tecnológico (CEFET-RS), Cooperativa de Reciclagem (CORRECICLO), Cooperativa Teia Ecológica, Empresa Brasileira de Pesquisa Tecnológica (EMBRAPA), Fundação Tupahue, Centro de Estudos Ambientais (CEA), Grupo Integrado de Turismo Ecológico (GITE), Secretaria Municipal de Educação (SME), Secretaria Municipal de Planejamento Urbano (SEURB), Secretaria Municipal de Qualidade Ambiental (SQA), União Pelotense das Associações Comunitárias e de Bairros (UPACAB), Unidade de Formação e Capacitação Humana e Profissional (AMIZ), Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), reuniu-se para escolher a coordenação dos trabalhos e o relator, sendo escolhidos coordenador e relator: a SQA (Secretaria de Qualidade Ambiental), e CEA (Centro de Estudos Ambientais), Associação EcoAção respectivamente.

A agenda 21 de Pelotas, dirigida por uma comissão especial (Fórum Local) vinculada ao Conselho Municipal de Proteção Ambiental (COMPAM) e coordenada pela Secretaria Municipal de Qualidade Ambiental (SQA) é composta de três fases. A primeira tratou do Fórum Local, do conceito de Agenda 21 de Pelotas e dos temas componentes do documento final. (2001/2002).

Na segunda fase, aconteceu a consulta à comunidade, sobre o que ela deseja para a cidade, por meio de indagações públicas (Aps), quando foi aplicado o Questionário-Guia. Essa fase culminou com a 2ª Conferência de Qualidade Ambiental e a definição dos projetos prioritários (2003). Na terceira fase, ocorreu a implantação dos Núcleos de Educação Ambiental (NEAs), os quais fazem o monitoramento regional das decisões tomadas anteriormente (2004).

Em fevereiro de 2002, na reunião plenária do COMPAM, a coordenação da Comissão e seu relator entregaram o relato final dos trabalhos desenvolvidos. Na reunião plenária de março, foi prorrogado o prazo de funcionamento da Comissão, com objetivo de continuar com o Fórum da Agenda 21. A partir daí, foram elaboradas as propostas referentes a cada temática, seguindo a mesma metodologia da Agenda 21 Brasileira. Da mesma forma, será organizado o documento final da Agenda 21, ou seja, serão trabalhadas as temáticas: Geo-ambiental, Social, Econômica, Político Institucional, Informação e Conhecimento.

A Agenda 21 de Pelotas traz como conceito:

[...] o conjunto de diretrizes que assegura o desenvolvimento sustentável, contemplando ações na esfera econômica, na inclusão social, e na proteção do ambiente próprio ou compartilhado com seus vizinhos imediatos ou remotos. É também um instrumento educativo que garante o debate sócio-ambiental de todas as questões atinentes ao planejamento da cidade, atendendo às necessidades das gerações atuais sem comprometer o futuro (Relatório da Comissão Especial Agenda 21 de Pelotas, Construindo a cidade Ambiental, 2004.p.6)

O projeto de construção da agenda 21 de Pelotas visa consolidar um processo de discussão que iniciou em 2001, procurando, entre outros objetivos, a reforma do Plano Diretor dentro de uma perspectiva sustentável. Assim, pelo compromisso que o Município de Pelotas tem com a educação ambiental, o projeto em questão servirá para agregar um contingente importante da população, organizada ou não, nos debates sobre o modelo de desenvolvimento que Pelotas adotará e, finalmente, a edição do documento Agenda 21 de Pelotas, que norteará os próximos 10 anos de atuação da sociedade pelotense.

Todo projeto da construção da Agenda 21 pressupõe a autogestão, o diálogo que deve ocorrer na construção do compromisso com as decisões coletivas liberdade de expressão,

respeito à diversidade de sentimentos e opiniões. Assim, esta proposta pautará suas ações levando em consideração a autogestão, a leitura da realidade, a problematização, o diálogo, avaliações sistemáticas e planejamentos coletivos.

Desse modo, pretendemos atingir os objetivos de aglutinação popular, para criação de um referencial de desenvolvimento. A Agenda 21 de Pelotas edição e publicação, foi planejada em 3 metas:

- debate permanente, construindo a Agenda 21 Local; realização de audiências públicas em todos os segmentos da sociedade, com aplicação de questionário para o levantamento de prioridades para a produção de um relatório final, a ser apresentado como documento base na 2ª Conferência Municipal para Qualidade Ambiental;
- construção da Agenda 21 de Pelotas, na 2ª Conferência Municipal para Qualidade Ambiental, onde foram discutidos e deliberados os projetos e diretrizes do relatório final que compõe o documento final da Agenda 21 Local, com base nas cinco áreas temáticas; apresentação de projeto-de-lei na Câmara de Vereadores consolidando a Agenda 21 de Pelotas, relator, edição e publicação da Agenda 21 de Pelotas;
- criação e fortalecimento de núcleos de educação ambiental, distribuídos pelas diversas regiões do município, com o objetivo de acompanhar e cobrar a implantação das ações da Agenda 21 Local e as deliberações da 2ª Conferência.

O processo de construção da Agenda 21 Local de Pelotas teve início em 2001, com a escolha do Fórum Local uma comissão especial criada pela Resolução 001/2001 do COMPAM (em anexo), com 20 instituições. Esse fórum elaborou o conceito da Agenda 21 de Pelotas e definiu a metodologia de trabalho (1ª Fase), na forma de Audiências Públicas (AP's). Realizou-se uma consulta sobre os temas da Agenda 21 Brasileira, através de um questionário-guia (em anexo) onde as pessoas apontaram as ações prioritárias presentes no documento final da Agenda 21 (2ª Fase).

A 2ª fase teve início no ano de 2003, com a realização das Audiências Públicas (AP's) nos bairros e distritos da zona rural, buscando envolver todos os segmentos da sociedade no

debate de construção da Agenda 21 Local, no período de maio a dezembro. Nessa altura do processo, já tinham sido realizadas em torno de 70 AP's, das quais participaram cerca de 1200 pessoas. Essa fase se encerrou com a realização da 2ª Conferência Municipal de Qualidade Ambiental, quando foi aprovada a Agenda 21 de Pelotas, definindo projetos a serem realizados, acompanhados por diversas instituições.

A 3ª fase foi o momento de acompanhamento dos projetos definidos na 2ª Conferência. O debate, realizado na fase anterior, serviu também para iniciar a formação dos Núcleos de Educação Ambiental (NEA's), apoiados por ONG's. Os NEA's. Estes ficaram responsáveis pelo monitoramento do que foi decidido na fase 2, fazendo parte do Fórum Permanente Agenda 21 de Pelotas. Criaram uma grande rede de educação ambiental, garantindo a implementação da Agenda 21.

A partir da Agenda 21 de Pelotas, a sociedade não só tem buscado caminhos para superação dos problemas sócio-ambientais, como também tem apontado meios e sugestões para garantir a preservação ambiental, assim como acesso à informação e direito à participação nos fóruns de decisão da cidade, como forma de exercer sua cidadania. Com isso, induz a construção de uma cidade com igualdade social e respeito ao ambiente, correspondendo à expectativa de uma sociedade democrática, participativa, justa, solidária e ecológica.

4.4.1 Fórum da Agenda 21 em Pelotas

Por mais que as discussões e reflexões teóricas sejam importantes na construção da consciência humana, faz-se necessário, também, uma prática dialógica construtora de conhecimentos e observadora de saberes do mundo. Nesta perspectiva, julgamos necessária a participação de toda a comunidade envolvida para a construção de ações e práticas sociais que problematizem outros sistemas organizacionais, e que sejam produtores e transformadores de um mundo social desejável. Tudo numa perspectiva de que cada um dos envolvidos seja capaz de ser co-criador, com outros, de um espaço humano de convivência social desejável.

Um trabalho de conexão entre o poder público e a sociedade civil, bem como planejamentos coletivos, aliados a uma rede de comunicação, de organização e

potencialização dos conhecimentos produzidos nas relações de poder saber estabelecidas e a estabelecer, são componentes necessários para que se construam e se articulem ações afirmativas comuns, capazes de estabelecer efetivamente redes/teias de relações, comprometendo toda a comunidade envolvida . Desse modo, poderemos construir um projeto capaz de garantir a reflexão do nosso fazer no mundo. Urge, portanto, desencadearmos ações afirmativas que funcionem na instauração de ligações laterais, sistemas de redes de colaboração solidária, propiciarmos espaços de participação direta nas tomadas de decisões, por todos aqueles que agem e se relacionam no cotidiano das comunidades e, principalmente os envolvidos na AGENDA 21 Construir políticas sociais que potencializem o cuidado com o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável, bem como a organização, a geração de trabalho e renda coletiva, lazer, cultura, e por conseguinte, produzir e transformar a realidade competitiva socioeconômica local/global são desafios dos quais não podemos nos afastar.

O Fórum teve como objetivos:

- Preservação do Meio-ambiente e o Desenvolvimento Sustentável;
- Construção da AGENDA 21 LOCAL, por meio de cinco temáticas:
 - Geo-ambiental
 - Social
 - Econômica
 - Político-institucional
 - Acesso à Informação e Conhecimento
- Trabalho conjuntamente com outras organizações

Por sua vez, os princípios propostos são a autogestão, construída com e a partir dos conhecimentos dos envolvidos, problematizando-os e construindo intervenções efetivas, socializando-as no coletivo/grupo (interna e externamente). Propõe, portanto, construção permanente de novos conhecimentos, princípios humanos e de trabalho.

Todo o projeto pressupõe não apenas a autogestão, mas também o diálogo que deve ocorrer na construção do compromisso com as decisões coletivas, bem como a liberdade de expressão, o respeito à diversidade de sentimentos e de opiniões. Nesse sentido, tal proposta pauta suas ações levando em consideração a autogestão, a leitura da realidade, a problematização, o diálogo, avaliações sistemáticas e planejamentos coletivos.

4.4.2 Criação dos Núcleos de Educação Ambiental

Os Núcleos de Educação Ambiental tem como proposta trabalhar os problemas socioambientais locais, bem como formar lideranças nas comunidades através de um processo permanente de formação e informação, possibilitando que estes envolvam habilidades e atitudes voltadas à preservação ambiental.

Através da Educação Ambiental, dinamizar a participação da comunidade a partir de uma nova postura, contribuindo para a formação e qualificação dos cidadãos. Entendendo que uma das formas possíveis de transformação social é aquela onde a sociedade age de forma organizada, coletiva, crítica e reflexiva.

A construção e organização dos núcleos ambientais são um instrumento facilitador neste caminho de construção de uma nova condição de vida. Acredita-se, que a EA é fundamental neste processo porque é uma educação política que proporciona a sustentabilidade sócio-ambiental e desenvolvimento de habilidades, comprometidas com princípios éticos de justiça social e ecológica, sendo socialmente traduzida na construção do novo modelo de relação da coletividade com o ambiente.

Desta forma, a participação popular é gestadora de alternativas que estabelecem novas relações sociais, culturais, político-econômicas, físicas e biológicas, garantindo um novo relacionamento entre as pessoas e destas com a sociedade e o ambiente.

A Prefeitura Municipal de Pelotas através do Departamento de Educação Ambiental organizou e colocou em funcionamento, 06 Núcleos de Educação Ambiental (NEAs) até o final do ano de 2004.

Este projeto destina-se a trabalhar com todos os segmentos das comunidades que estiverem interessados em ser os multiplicadores de novas atitudes referentes à problemática sócio-ambiental conforme diretrizes elencadas a partir da Agenda 21.

O projeto da Agenda 21 local tem como objetivo geral a construção de NEAs, nos bairros e distritos de Pelotas. A proposta é trabalhar os problemas ambientais locais e formar

lideranças na comunidade, através de um processo permanente de formação e informação, possibilitando assim que estes desenvolvam habilidades e atitudes voltadas à conservação e manejo do meio ambiente através da Educação Ambiental não formal. Esta dinamiza a participação da comunidade a partir de uma nova postura, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e críticos em suas tomadas de decisões, pressuposto básico para a construção de uma sociedade sustentável.

A coordenadoria de EA, através de parceria com UFPEL, associações comunitárias, sindicatos, escolas e comunidades em geral desenvolve atividades como palestras, debates, mostras culturais, cursos de capacitação, oficinas ecopedagógicas e confecção de material didático, articulando-se com instituições públicas e privadas.

É neste sentido que a EA deve atuar, como um instrumento de processo de transformação, contribuindo para a formação permanente de cidadãos conscientes de seu papel, tornando-os aptos a decidir as questões sócio-ambientais locais e globais necessárias para a construção de uma sociedade sustentável, e como tal, tem por objetivo ampliar e qualificar a participação de toda a sociedade.

O departamento, objetiva investigar e retratar a realidade sócio-ambiental da comunidade, estabelecer um intercâmbio de informações científico-culturais entre escolas, universidades, ONGs, poder público, empresas e a comunidade em geral, o que possibilitará o engajamento na busca de soluções para os problemas ambientais: a preservação, proteção, recuperação e conservação do meio ambiente, essencial à qualidade de vida e sua manutenção. Incentivar ainda a participação da comunidade no conselho de meio ambiente e fóruns de tomada de decisão, a partir de um processo de conscientização integrado aos programas de Educação Ambiental.

Os resultados esperados da Agenda 21 local são:

- Formação de núcleos de EA que possibilitem um diálogo entre os segmentos de cada comunidade e o poder público tendo como objetivo as questões ambientais;
- Participação consciente das comunidades nas decisões referentes a questões sócio-ambientais: Conselho Municipal de Proteção Ambiental, OP, Fóruns da Agenda 21 Local.

- Desenvolvimento de postura quanto às formas de interação entre seres humanos e ambiente, buscando uma melhor qualidade de vida;
- O engajamento da comunidade na construção de uma cidade sustentável;
- Formação de uma consciência coletiva quanto à necessidade de conservação do meio ambiente, direcionado ao desenvolvimento sustentável;
- Promoção à defesa de bens e direitos sociais, coletivos e relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural e aos direitos humanos.

Este trabalho está sendo executado pelo Departamento de EA, estagiários e 180 pessoas da comunidade, denominados de multiplicadores, que terão papel de dar fluxo as políticas públicas sócio-ambientais e as demandas populares por um ambiente equilibrado nos locais de moradia, sempre a partir das prioridades propostas pela Agenda 21.

A metodologia e organização do trabalho foram através:

- Encontros com a comunidade para esclarecimentos sobre o projeto, os objetivos e finalidades da formação dos núcleos comunitários. Esta tarefa foi realizada pela equipe de EA da SQA.
- Identificação de lideranças pela própria comunidade;
- Diagnóstico sócio-ambiental da comunidade, com o objetivo de conhecer as características externas dos agentes, seus conhecimentos sobre as questões ambientais, realização de oficinas de sensibilização e autoconhecimento para traçar paralelos entre os dados obtidos nos questionários e os conhecimentos trazidos pelos envolvidos sobre comportamento ambiental e social, de forma que cada participante exerça sua cidadania na construção de uma sociedade democrática, participativa, justa, solidária e ecológica;
- Pesquisar os locais críticos da comunidade e trazê-los em forma de imagem para que a comunidade discuta e reflita sobre eles.

4.4.3 Proposta de trabalho da Agenda 21, na comunidade da Colônia.

Propõe-se uma síntese de elementos que caracterizam a Educação Popular Ambiental que a segura ser desenvolvida na comunidade da Colônia através do NEA.

Solidariedade com os grupos mais desfavorecidos da comunidade, com particular ênfase nas mulheres e diferentes minorias, apresentar propostas includentes para que os excluídos melhorem suas perspectivas de gestão sócio-ambiental e de qualidade de vida.

- Metas de auto-realização social coletiva.
- Participação social, entendida como um processo de aprendizagem cuja meta é elevar a capacidade da população para a gestão ambiental responsável e crítica.
- A auto-gestão, definida com a capacidade de comunidades e organizações para o planejamento, execução e controle de programas de desenvolvimento sustentável, de acordo com seus interesses, necessidades e limitações, fazendo uso de recursos humanos e materiais, internos e externos.
- A ação local articulando o global, tratando-se de descobrir o global no local, partir deste mundo imediato para buscar transformações, pela via do trabalho local, nas organizações e populações, e no global, com a participação nos movimentos sociais.
- Desenvolvimento educativo, econômico e social, ajudando no autocrescimento do indivíduo e os grupos sociais.

A Agenda 21 é de fundamental importância por tudo que já foi descrito acima e por dar oportunidade de formar cidadãos conscientes e aptos para transformar as realidades locais, criando condições ambientais favoráveis para uma melhor qualidade de vida.

Na ação individual, não fazer nada, porque não se pode mudar tudo o que está mal, é uma atitude irresponsável. Quando uma coisa muda, o todo também começa a mudar. Por isso a importância do trabalho coletivo, cooperativo dentro das comunidades, onde possa se desenvolver processos de libertação, orientado pela solidariedade mútua.

A Educação Ambiental deve envolver toda a comunidade de forma que as pessoas participem ativamente para solucionar os problemas que estejam próximos delas. Como cidadãos do mundo, devem observar e identificar problemas ambientais mundiais, mas atuar na comunidade. Pois, se cada um conseguir resolver o que está próximo de si, influenciará decisivamente também no contexto maior, este é a missão da Agenda 21 junto a comunidade da Colônia.

5 PREMISSAS TEÓRICAS PARA UMA NOVA FORMA DE AÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Não podemos falar em Educação Ambiental sem refletir sobre o próprio homem. Para isso precisamos fazer um estudo filosófico-antropológico, sobre nós mesmos, para encontrarmos na natureza do homem, algo que possa construir o fundamento onde se sustenta o processo de educação.

Acredita-se na educação de acordo com a perspectiva Freireana que dialogam no campo crítico e dialético, emancipatório exercendo ativamente a cidadania, construindo democraticamente as alternativas possíveis e desejáveis. Para isso Paulo Freire nos indica a forma quando nos diz: (FREIRE, 1988, p.67).

O que nos parece indiscutível é que, se pretendemos a libertação dos homens não podemos começar por aliená-los ou mantê-los alienados. As libertações autênticas, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis, que implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo.

Seu conceito de educação, compatível com o de Educação Ambiental, refere-se precisamente à ação reflexiva e dialógica mediadora. Educar é transformar pela teoria em confronto com a prática e vice-versa (práxis), com consciência adquirida na relação entre o eu e o outro, sociedade e o mundo. É, portanto, exercer a autonomia para uma vida plena, modificando-nos individualmente pela ação conjunta que nos conduz às transformações estruturais, nos vinculando às práticas coletivas, cotidianas e comunitárias que nos dão sentido de pertencimento à sociedade.

Paulo FREIRE (1983, p. 27-28), ainda nos diz que:

A educação é uma resposta da infinitude. A educação é possível para o homem, porque este é inacabado e sabe-se inacabado. Isto leva-o à sua perfeição. A educação, portanto, implica uma busca realizada por um sujeito que é o homem. O homem deve ser o sujeito de sua própria educação. Não pode ser o objeto dela. Por isso, ninguém educa ninguém.

Temos que nos educarmos em comunhão, para transformar a realidade, sendo sujeitos de transformação, agindo conscientemente sobre a realidade, com um aprofundamento da sua tomada de consciência da realidade.

Segundo, LOUREIRO (2004, p. 29)

A Educação Ambiental promove a conscientização e esta se dá na relação entre o “eu” e o “outro”, pela prática social reflexiva e fundamentada teoricamente. A ação conscientizadora é mútua, envolve capacidade crítica, diálogo, assimilação de diferentes saberes, e a transformação ativa da realidade e das condições de vida.

O autor quer dizer que a Educação Ambiental deve ser uma educação emancipatória, popular, crítica, inserida em processos participativos, transformando as atividades em ações políticas para uma sociedade sustentável.

Segundo RUSCHEINSKY apud ZAKRZEVSKI; BARCELOS. (2004, p.289)

A dialética da Educação Ambiental tem por finalidade, construir uma sociedade sustentável, democraticamente definida e construída pelos agentes sociais no exercício da cidadania e da liberdade transformação societária e revolucionária (2004).

Através deste pensamento, temos que nos organizarmos, para construirmos uma sociedade que se baseie na sustentabilidade social, econômica, cultural, ambiental e ecológica, oferecendo qualidade de vida, equidade social. Uma proposta de Educação Ambiental com democracia social, dando condições dignas aos cidadãos de viver a sua cidadania, juntando esforços coletivo, preocupando-se com novos valores éticos para um comportamento sócio-ambiental.

Precisamos de políticas sérias comprometidas com os problemas sociais, precisamos de cidadãos com ideologias populares, capazes de ouvirem a voz dos oprimidos que gritam por justiça social para as desigualdades sociais. É preciso reestruturar a produção e o consumo para satisfazer melhor a necessidade básica de todos, de forma ecologicamente responsável. É necessário reduzir as disparidades atuais entre ricos e pobres; é preciso moderar o crescimento demográfico e, eliminar práticas que deterioram o meio ambiente. Essas medidas não apenas exigem uma ação prática, mas também mudanças fundamentais na percepção e nos valores

éticos, isto é, uma renovação da cultura que permite as sociedades enfrentarem o enorme desafio do século XXI: a busca do desenvolvimento sustentável com igualdade social.

Partindo de uma economia solidária que poderá vir ajudar os cidadãos a se organizarem para criar sua própria fonte de trabalho, tendo assim acesso a bens e serviços de qualidade com mais baixo custo, numa dinâmica solidária e de reciprocidade que articula os interesses individuais aos coletivos. Tendo como reciprocidade, as pessoas se associam numa base voluntária com o objetivo de satisfazer necessidades sociais e culturais, onde o retorno sobre o investimento individual, e sim coletivos de produção e/ou serviços, obtendo trabalho e renda mantendo postos de trabalho para a auto-sustentação, de uma forma autogestionável

Temos de ser cidadãos éticos comprometidos com a vida em todas as suas dimensões, para isso podemos nos valer do pensamento de VELASCO, quando nos fala das três normas ética. (2003, p.17, 18, 19,20).

[...] as três normas ética, partindo da pergunta "que devo fazer? Devo garantir minha liberdade de decisão, para garantir a minha felicidade? Devo buscar, a minha felicidade? Devo conservar uma natureza saudável do ponto de vista produtivo, para uma vida feliz? Resumidamente, a primeira e a segunda me obrigam a reduzir consensualmente minha liberdade de decisão e a terceira exige que isto seja feito respeitando, ou seja, preservando-regenerando, a natureza que me cerca.

O autor explora a ética argumentativa partindo de Austin recuperando o instrumental da lógica formal e fazendo uso especial do operador “condicional”, mostrando que é possível deduzir por via estritamente argumentativa da própria gramática, da pergunta que instaura o universo da ética saber o que devo fazer, normas (QRC) de validade subjetiva universal, sustentando uma ética argumentativa da libertação, que permite confrontar e chegar a conclusões.

Trabalha com as três normas da ética, onde a primeira refere-se à liberdade de decisão, condição referente a posição do sujeito que realiza o ato da fala, sendo que a felicidade da pergunta o que devo fazer está condicionada pela escolha entre as alternativas de ação. Devo garantir minha liberdade de decisão porque eu garanto minha liberdade de decisão é condição de eu faço a pergunta que devo fazer? Esta norma é a crítica a toda falta de liberdade de decisão, principalmente quando esta falta resulta de relações alienadas com os outros e comigo mesmo.

A segunda norma da ética propõe que a gramática do ato de perguntar inclua como condição da sua felicidade os princípios de que o indivíduo que formula uma pergunta acredita que o seu interlocutor responderá à mesma dizendo o que acredita ser verdadeiro ou correto e que ao formular uma pergunta assume como ato uma atitude de busca coletiva e consensual do verdadeiro ou do correto. Esta regra diz que devo buscar consensualmente uma resposta para cada instância da pergunta que devo fazer?, Porque eu busco consensualmente uma resposta para cada instância da pergunta que devo fazer?, É condição da pergunta que devo fazer é feliz.

A terceira norma da ética explora questões relacionadas ao trabalho, pois ele pressupõe a natureza do sujeito, do objeto e do instrumento, pois o trabalho é a interação entre a parte da natureza que é o ser humano e o restante da natureza, por meio da qual o ser humano está em situação de permanente autoprodução. A terceira norma afirma que devemos preservar uma natureza saudável do ponto de vista produtivo, porque eu preservo a natureza saudável do ponto de vista produtivo é condição da pergunta que devo fazer?

Ecomunitarismo é o regime comunitário pós-capitalista capaz de organizar as relações produtivas inter-humanas, entre os seres humanos em geral e entre estes e a natureza, conforme as normas da ética que deduzimos transcendentalmente a partir da pergunta o que devo/devemos fazer?

É a ordem sócio-ambiental utópica, capaz de se articular com base nas três normas da ética e de manter-se pela postura de seres humanos em atitude de libertação, é uma idéia guia que dá o norte para onde caminhar.

Pode ser considerado um “movimento” que irá atuar em todas as esferas, desde a família até organizações mundiais, e combina a pesquisa acadêmica e a ação educativa comunitária, participação sindical e partidária, parlamentar e jurídica. A tarefa em prol do ecomunitarismo, racionalmente orientada, encarnando a figura de um “terapeuta social”, não estará condenada ao fracasso se souber propiciar e amparar os prazeres que não são incompatíveis com as três normas éticas que a guiam. Também não fracassará se souber ser convincente o suficiente para mostrar no seu discurso e sua prática que os seres humanos

chegam ao desfrute maduro dos prazeres, precisamente numa ordem fundada nas referidas normas.

Falamos num processo de libertação guiado pelo ecomunitarismo que se supõe uma ação de lideranças individuais e coletivas, com ações recíprocas dos líderes e a destes com relação ao restante dos indivíduos, sempre construído através de diálogo crítico sobre a realidade, antes, durante e depois dos atos que serão compartilhados. Onde as lideranças ou cargos devem ser rotativos, reinando o direito desigual que estipula “cada um segundo suas capacidades e necessidades”, para que se expressem as vocações e talentos mais variados em ações que não contradigam as três normas éticas.

Os valores éticos são o fator principal de coesão social e, ao mesmo tempo, o agente mais eficaz para a mudança e a transformação. O êxito da sustentabilidade dependerá, em última instância, de que se modifiquem comportamentos e estilos de vida, o que exigirá o incentivo de uma mudança de valores, de preceitos culturais e morais arraigados, nos quais a conduta se fundamenta. Sem uma mudança nesse sentido, até a legislação mais clara, a tecnologia mais limpa e a pesquisa mais sofisticada não conseguirão conduzir a sociedade a sustentabilidade no longo prazo. A educação, em sentido mais amplo, cumprirá, necessariamente, um papel vital, para impor as profundas mudanças necessárias.

6 METODOLOGIA DE PESQUISA

A metodologia utilizada nesta pesquisa é a metodologia da pesquisa-ação, houve uma avaliação dos resultados e uma tentativa de resolução dos problemas da comunidade somado ao objetivo de transformação. Além disso, ocorreu uma participação de ação planejada de caráter comunitário, social e cooperativo. Do ponto de vista sociológico, a proposta de pesquisa-ação dá ênfase à análise das diferentes formas de pensar, se comportar, sentir e agir, aliando conhecimento e mudança.

A pesquisa-ação, enquanto linha de pesquisa associada a diversas formas de ação coletiva é orientada em função da resolução de problemas ou de objetivos de transformação. Para THIOLENT (2003, p.14).

[...] a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Ao nível das definições, uma questão freqüentemente discutida é a de saber se existe uma diferença entre pesquisa-ação e pesquisa participante.

THIOLENT (2003, p.15):

Isto é uma questão de terminologia acerca da qual não há unanimidade. Nossa posição consiste em dizer que toda pesquisa é do tipo participativo: a participação das pessoas implicadas nos problemas investigados é absolutamente necessária. No entanto, tudo o que é chamado pesquisa participante não é pesquisa-ação.

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi através da pesquisa-ação participante, houve uma participação e ao mesmo tempo uma ação durante todo o processo e por todos envolvidos na pesquisa, tanto pesquisador como pesquisados. Dando suporte para ambos se tornarem capazes de responderem com maior eficiência aos problemas da situação em que

vivem, em particular sob forma de diretrizes de ação transformadora, facilitando-me a busca de possíveis soluções dos problemas reais para os quais o procedimento convencional não contribuiria.

Enquanto (DEMO, 1995), não faz distinção entre pesquisa participante e pesquisa-ação.

Não fazemos aqui distinção entre pesquisa participante e pesquisa-ação, porque nos parece que o compromisso com a prática é o mesmo em ambas, ainda que pudéssemos inventar filigranas, do tipo: nem toda ação precisa ser diretamente política, o que levaria a aceitar que participação é apenas um tipo de ação social. Ainda, na intenção original da pesquisa-ação não está a colocação genérica e dispersa de qualquer ação social, mas ação conscientemente política, no sentido de aliar conhecimento e mudança. (1995, p.231)

A pesquisa participante também pode ser conceituada como um conjunto de estratégias de investigação que, com a participação efetiva da população busca uma nova práxis que preconize mudanças na situação de opressão das subalternas. Portanto, a metodologia de pesquisa participante é um importante mecanismo de transformação da realidade, no que tange ao enfrentamento de problemas que afetam a maior parte das comunidades.

As técnicas para a coleta de dados e desenvolvimento da pesquisa foram, entrevistas semi-estruturadas gravadas, questionário escrito, observação, diário de campo e fotografias.

A pesquisa começou acontecer desde o primeiro encontro com o Núcleo em abril de 2004, na localidade da Vila Nova no 7º distrito, onde houve uma reunião com o grupo componente do NEA, ou seja, os dois distritos 7º e 8º. Neste encontro eu representava o poder público (SQA), mais três integrantes da ONG Teia Ecológica e os componentes do NEA Rural. A reunião começou com a exposição sobre o curso de formação de coordenadores e multiplicadores de Educação Ambiental. O curso teve duração de 80h, as quais foram divididas em 4 módulos de 20h, cada módulo foi composto por cinco encontros mensais, com duração de 4h. Apresentou os seguintes temas geradores de cada módulo.

Módulo I - Fundamentação Teórica "Sociedade e Meio Ambiente"

Encontro I: Agenda 21

Encontro II: Modelos de desenvolvimento

Encontro III: Valores

Encontro IV: Ecossistemas

Encontro V: Recursos naturais e efeitos da globalização

Módulo II - Diagnóstico Socioambiental "A Identidade Local".

Encontro I: Meio Ambiente Natural e Construído

Encontro II: Saída de campo para estudo do meio

Encontro III: Identidade da comunidade

Encontro IV: Finalização do diagnóstico

Encontro V: Reunião com os semeadores e a comunidade para apresentação do diagnóstico

Módulo III – Bases para a ação local, “Visão de futuro”.

Encontro I: Palestra sobre instrumentos de planejamento

Encontro II: Pesquisa sobre legislação Federal, estadual e municipal sobre meio ambiente.

Encontro III: Identificação e definição das ações estratégicas incorporadas pela comunidade;

Encontro IV: Sistematizar os resultados obtidos e construir os cenários socioambientais;

Encontro V: Reunião para discutir e avaliar os cenários socioambientais.

Módulo IV – Desenvolvimento das ações locais, “Construindo a Agenda 21 de Pelotas”.

Encontro I: Elaboração de Projetos

Encontro II: Montagem e desenvolvimento do projeto

Encontro III: Finalização dos projetos

Encontro IV: Discussão e avaliação dos projetos

Encontro V: Apresentação dos projetos

Neste encontro e em todos os outros que vieram posteriormente, foram feitos registros no caderno de campo e muitas observações, avaliando o grupo a partir dos objetivos da Educação Ambiental, comportamentos, as habilidades, os conhecimentos, e os valores ambientais.

As perguntas do questionário-entrevista foram elaboradas de acordo com os objetivos da EA, para avaliar as possíveis mudanças sócio-ambientais na comunidade. Foram escolhidas 25 pessoas do 7º e 25 pessoas do 8º distritos, cada um foi entrevistado duas vezes,

uma entrevista antes da atuação do núcleo e outra após um ano de atuação do núcleo, fazendo assim a comparação entre as duas respostas, a escolha dos entrevistados foi feita aleatoriamente, por uma integrante da comunidade de cada distrito, sendo ela a responsável por realizar as entrevistas, portanto foram duas colaboradoras no processo de avaliação. Preferi a neutralidade, na hora da entrevista, para que a comunidade ficasse a vontade nas respostas, já que pertencem a uma Secretaria Municipal, poderia desta forma influenciar nas respostas.

Durante o ano de 2004 aconteceu à implantação do Núcleo, neste período houve 24 encontros, sendo 12 no 7º e 12 no 8º distritos, em todos os encontros estive presente como coordenadora representando a SQA, motorista da Kombi que levava e buscava os integrantes do NEA para se reunirem e como pesquisadora. No final de 2004 o Núcleo já estava formado (sensibilizado) para desenvolverem suas funções, com o diagnóstico sócio-ambiental pronto, com os projetos determinados, a partir daí atuarem como agentes multiplicadores de EA.

Nesse período então foi realizada a primeira entrevista, com a população dos dois distritos simultaneamente, a metodologia para esta primeira entrevista foi, através de entrevista gravada, uma pessoa da comunidade se dispôs a fazer as gravações com os moradores de seu distrito, o mesmo aconteceu nos dois distritos. A escolha dos entrevistados foi aleatório, havendo algumas considerações, como disponibilidade de tempo do entrevistado, se gostaria de fazer parte da pesquisa, se não tivesse ninguém na casa escolhida automaticamente, seguiria para a próxima casa. Foram escolhidas 25 casas em cada distrito, a critério do entrevistador, as questões foram elaboradas junto com o orientador da pesquisadora, não houve meu envolvimento na aplicação das entrevistas por entender, que as pessoas, poderiam sofrer alguma influência nos resultados, sendo eu representante da prefeitura, deixando-os sem liberdade, receosos ou com dificuldade para responder.

Durante todo o ano de 2005, após a 1ª entrevista o núcleo se reunia quinzenalmente para a elaboração dos projetos e programarem ações de EA nas comunidades (7º e 8º), finais de semana participavam nas atividades da comunidade aproveitando para disseminarem os conhecimentos adquiridos durante a formação, entregar materiais divulgando o que é EA, Agenda 21, qual o objetivo e importância para a comunidade, além disso, praticando ações como; implantação de viveiros com mudas de árvores nativas, incentivando toda a comunidade da importância do mesmo, trazendo inclusive pessoas qualificadas para falar

sobre como produzir, porque produzir e quais as vantagens da produção de árvores nativas, a partir de viveiros. Adotaram uma praça no 7º distrito, deram nome para ela e arborizaram com a participação da escola, cada um adotando a árvore plantada, trabalharam através de palestras, cartazes e lixeiras conscientizando a comunidade em um dia de festa comunitária, sobre a importância da separação do lixo.

Idealizei algumas ações junto ao Núcleo, como escolha e transporte de palestrante para falarem sobre os temas escolhidos por eles, pedido na Câmara dos vereadores para entrarem com um projeto para dar nome a praça e para adoção junto a SQA, assim como em todos os encontros eu estava presente. No final de 2005, foi realizada a 2ª entrevista com as mesmas pessoas e as mesmas perguntas da primeira, possibilitando assim a comparação, análise e conclusão do que realmente aconteceu durante um ano de atuação do núcleo. A partir da análise da tabulação separadamente das duas entrevistas, dos dois distritos, pode-se chegar a uma conclusão da pesquisa realizada e responder se os objetivos da EA foram desenvolvidos na comunidade ou não.

A coleta dos dados e as questões foram analisadas, com as seguintes divisões:

- análise dos dados gerais;
- análise dos valores;
- análise dos conhecimentos;
- análise dos comportamentos;
- análise das habilidades.

Os resultados das entrevistas de 2004 e 2005 de cada distrito foram comparados através de gráficos de pizza com percentagens.

7 RESULTADOS E DISCUSSÕES

7.1 Análise dos dados do 8º distrito

De acordo com o IBGE 2005, o oitavo distrito da colônia de Pelotas, denominado Rincão da Cruz, possui 2.414 habitantes sendo que para esta pesquisa, foram entrevistadas 25 pessoas deste distrito. A idade dos entrevistados varia entre 11 a 61 anos, sendo que a maioria possui idade entre 30 a 37 anos. Quanto à escolaridade, possuem desde o ensino fundamental incompleto até o ensino superior completo, com maior percentual de pessoas com o ensino médio completo, não aparecendo nenhum caso de analfabetismo, certamente por possuir uma escola de ensino médio completo, dentro da comunidade.

Quanto à profissão, observa-se duas ocupações com maior incidência: a de estudante e a de agricultor. Verifica-se através dos resultados que os pais preferem trabalhar como agricultores na lavoura, deixando seus filhos estudarem para apenas ajudarem nos afazeres domésticos.

O maior índice dos entrevistados é do sexo feminino, devido a maior permanência do tempo nas lidas domésticas, cuidando da horta, na limpeza dos jardins e do terreiro. Quanto à posição ocupada na casa, a de maior número é a de mãe, aparecendo em segundo lugar, a posição de filho. Observa-se que as mulheres cuidam dos afazeres domésticos e as pequenas coisas relacionadas à família. A maioria das famílias possui casa própria e uma pequena parcela respondeu não possuir, isto se deve aos casais que moram com os pais, utilizando apenas dependências dentro da casa, como um quarto privativo para o casal. Na zona rural, este costume é comum, pois quando a filha casa, o genro vem morar com o sogro para trabalhar em conjunto nas atividades da família da esposa.

A água que eles bebem é de cacimba, mas alguns possuem poços artesianos, sabe-se que não existe água encanada na colônia. Todos os moradores possuem luz elétrica, não tem

saneamento básico, o esgoto é lançado no fundo da propriedade ou para a estrada. Nesta localidade não possui coleta de lixo, alguns utilizam seu lixo orgânico como nas hortas domésticas e jardins e o limpo armazenam nos galpões para ser vendido na cidade.

A maioria possui banheiro dentro de casa, possibilitando um banho quente e com maior higiene. O número de moradores das casas está entre três e cinco pessoas, percebendo que as famílias não são muito grandes, mas trabalham unidas para o seu bem comum. A maioria ganha até dois salários mínimos, visto que para a realidade rural é considerada boa, pois as famílias plantam e colhem seus próprios alimentos.

Os maiores problemas enfrentados por esta comunidade, relacionam-se a monocultura e o uso de agrotóxicos, devido ao grande número de agricultores que estão trocando todas as outras culturas pelo plantio do fumo, atividade está, que requer uma maior utilização de agrotóxicos sem nenhuma orientação da agroecologia somente dos fumageiros.

Em função da falta de instrução, informações, orientação sobre novas técnicas de plantio, assistência dos governos e a falta de incentivo, todos esses fatores interferem nas condições de trabalho, decorrendo a prática da agricultura caseira artesanal com os conhecimentos passados de pais para filhos.

O problema do lixo preocupa a população, pois não recebem orientação e não sabem o destino correto que vão dar para o seu lixo. A coleta é inexistente e os problemas são grandes, principalmente o do plástico, devido a grande contida estão sendo enterrados ou queimados, solução esta através de coleta ou então uma usina de reciclagem na Colônia para atender a comunidade rural.

A comunicação com a cidade é precária, ficando muitas vezes isolados, sem telefonia pública, as estradas são péssimas e o valor das passagens é muito alto, para o custo de vida dos moradores, ficando inviável sua locomoção, dificultando até o atendimento na área da saúde. Falta mais investimento na saúde, há falta de medicamentos e profissionais especializados, um local para atendimentos e internações nos casos mais graves.

A água é um dos grandes e sérios problemas, as cacimbas estão praticamente secas com a estiagem do verão, ficando a água para consumo com cor turva e com alto índice de

ferro, ficando quase que impossível de ser consumida, precisa-se investir em poços artesianos comunitários, melhorando assim a saúde dos moradores.

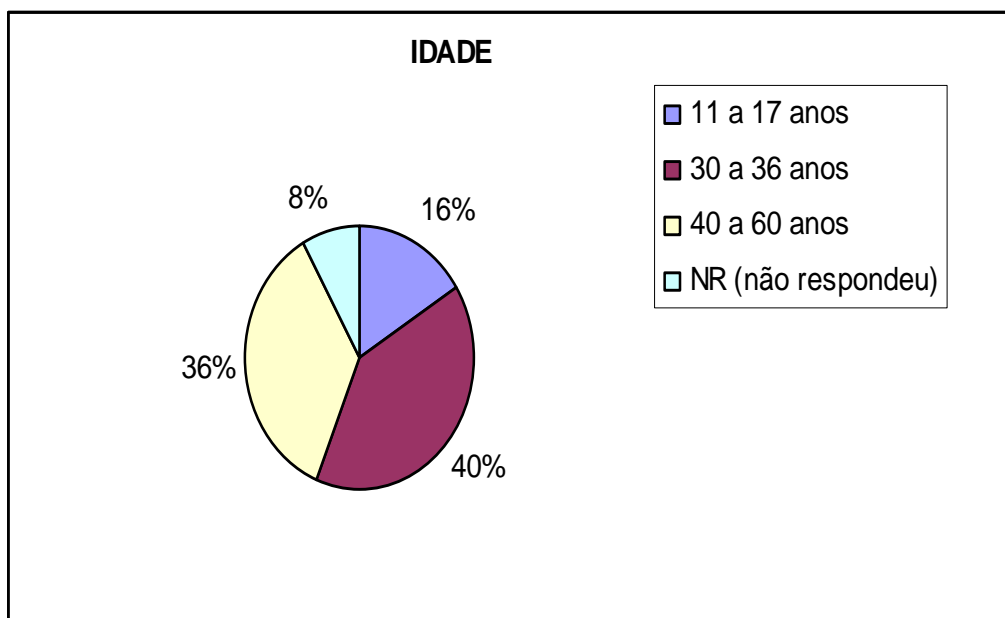
Há também o problema dos assoreamentos dos rios, com a retirada da mata ciliar para realizar o plantio das lavouras as bordas dos rios ficam desprotegidas e com as enxurradas, ficam com uma grande quantidade de areia perdendo a profundidade e corroendo também as laterais, necessitam de um trabalho intenso de Educação Ambiental, desenvolvendo uma consciência de seus problemas ambientais e possíveis soluções.

O agricultor está se tornando pobre, pela falta de incentivos bancários e governamentais, suas terras estão cada vez mais necessitadas de uso de produtos químicos, para uma boa produção, e isso, exonera, resultando em lucros menores e mais trabalho, fazendo com que o este produtor deixe de produzir e venda sua propriedade, e indo morar na periferia da cidade, sem emprego e sem qualificação para enfrentar os pré-requisitos necessários para possíveis vagas em empresas. Precisam e clamam geração de renda, cursos e cooperativas de produção, para que este proprietário tenha um complemento a mais na sua renda mensal, ajudando na sua permanência em suas propriedades, evitando o êxodo rural.

7.2 Análise dos dados gerais

Gráfico 1: Idade

2004



2005

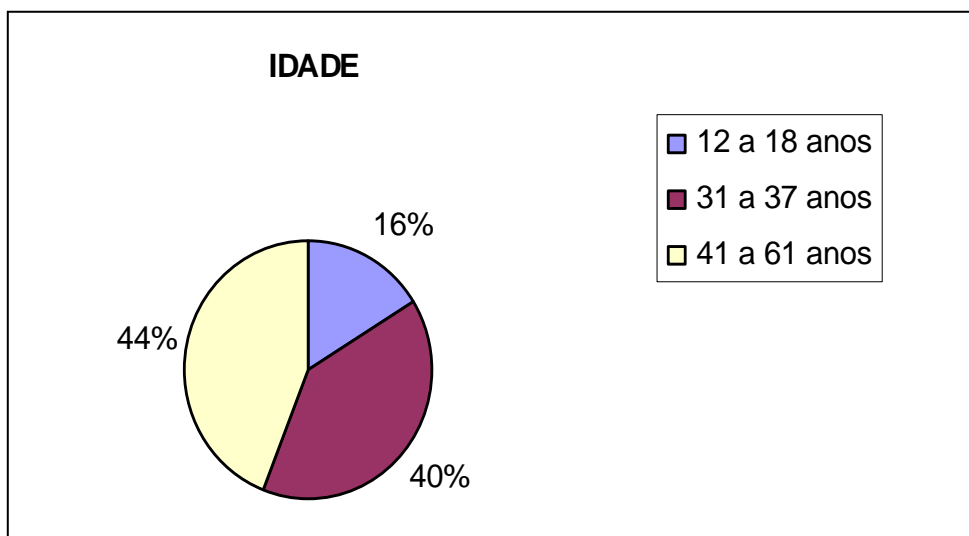
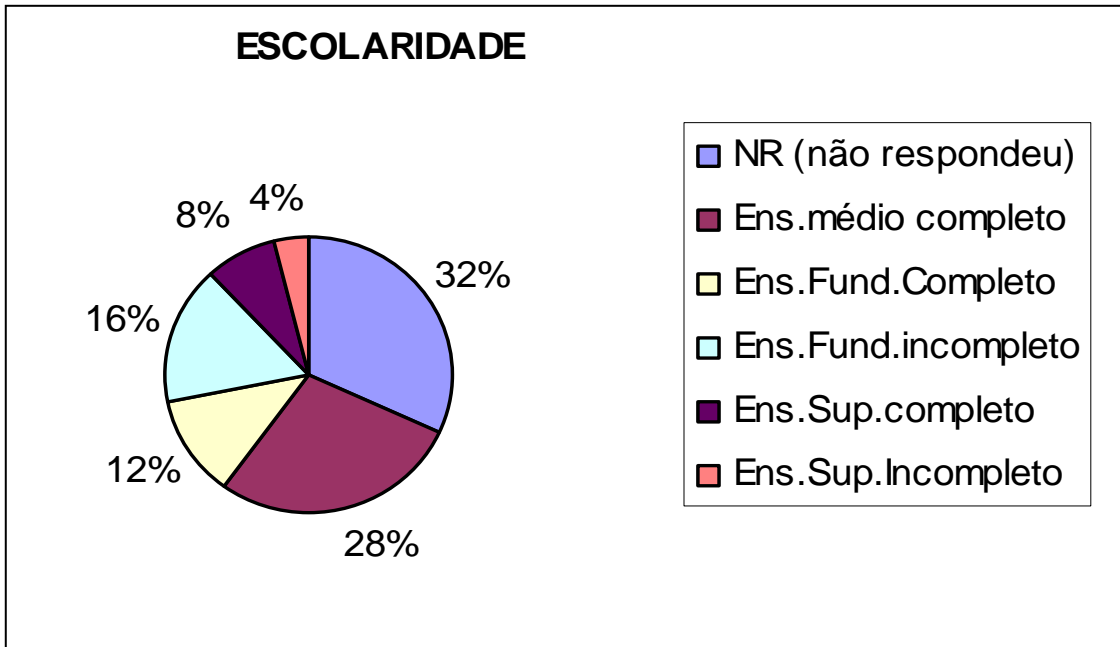


Gráfico 2: Escolaridade

2004



2005

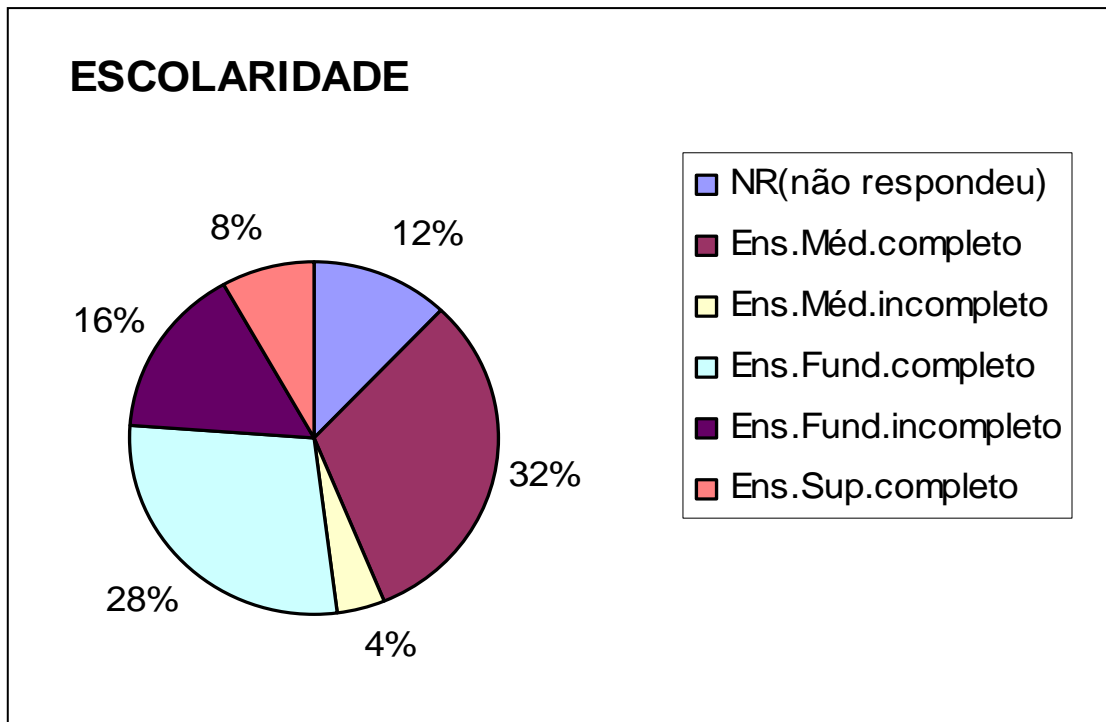
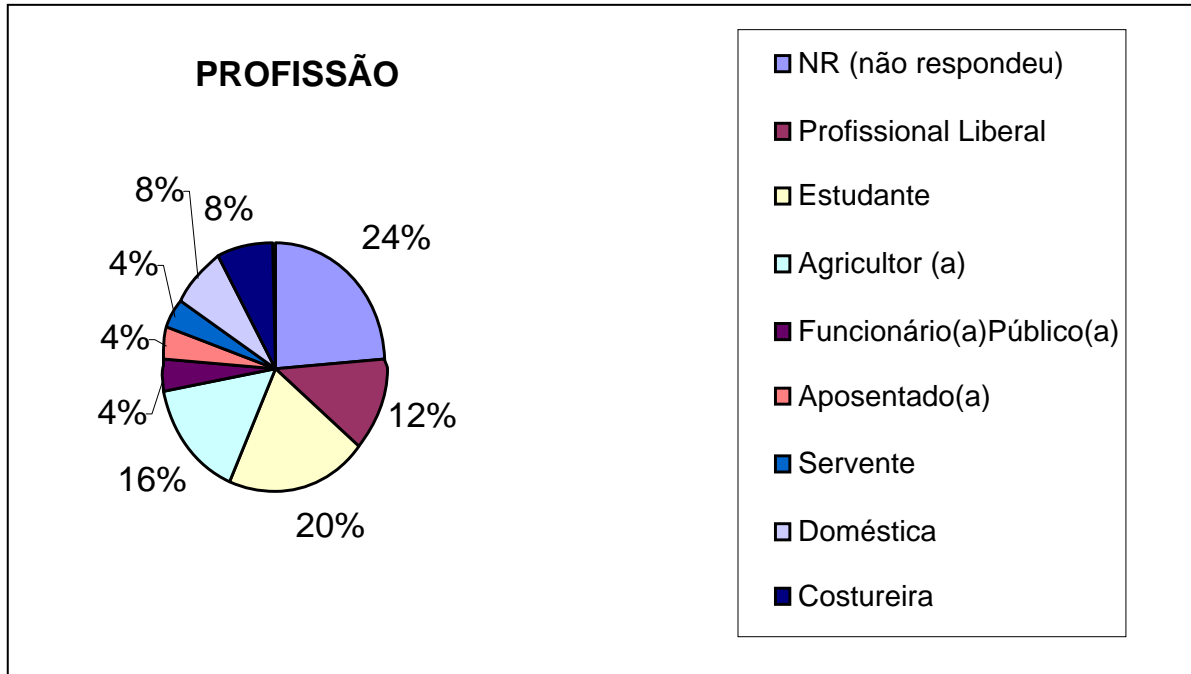


Gráfico 3: Profissão

2004



2005

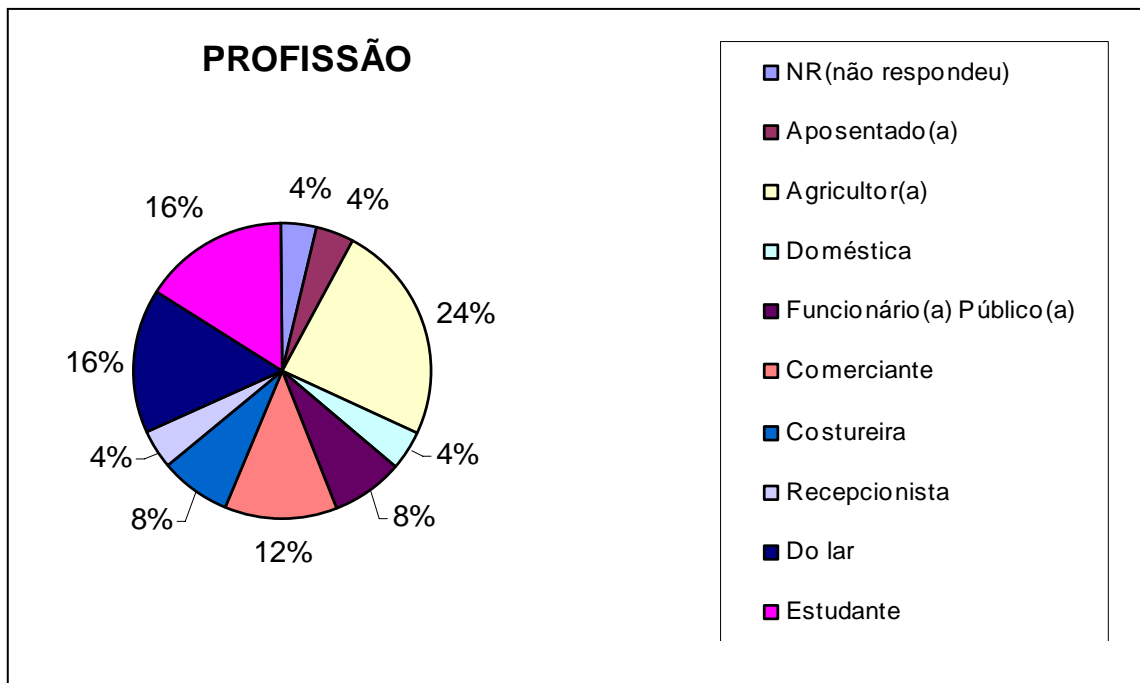
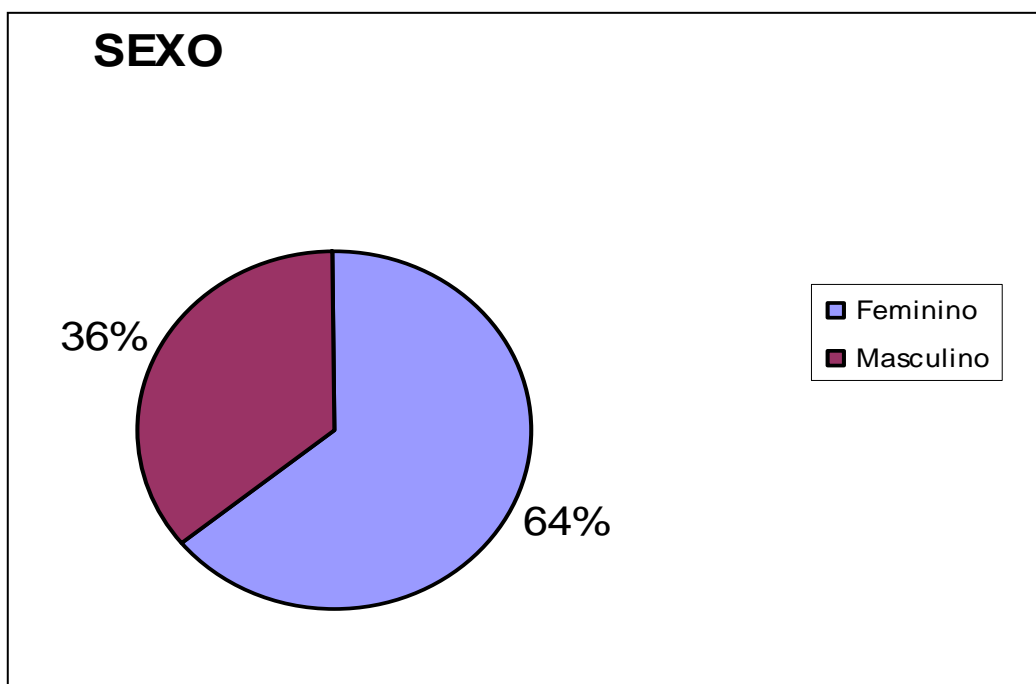


Gráfico 4: Sexo

2004



2005

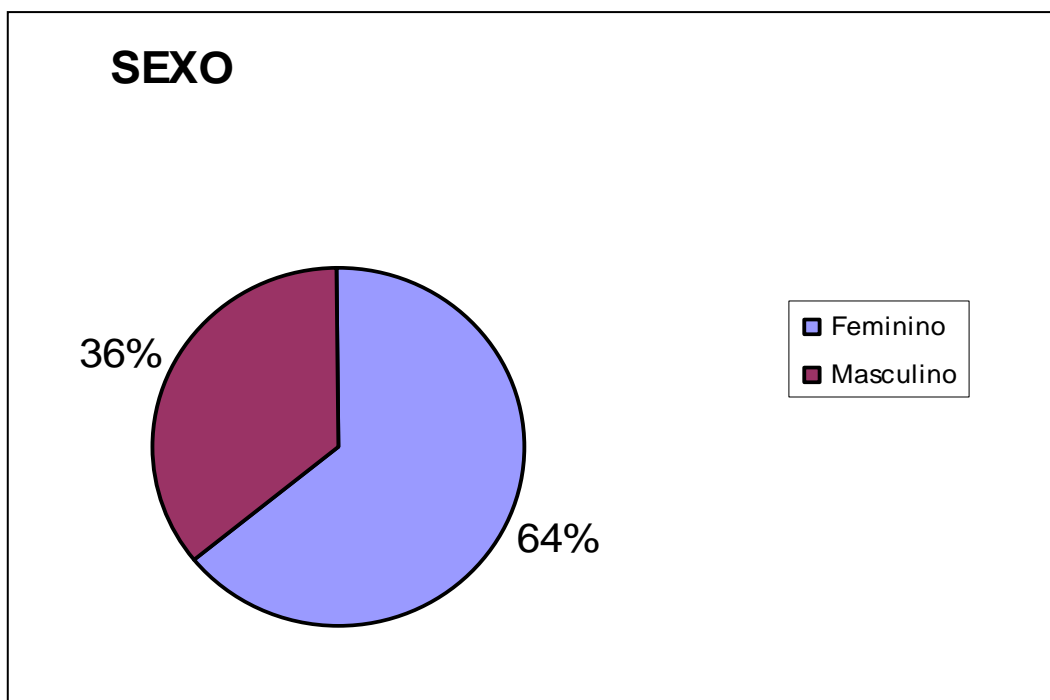
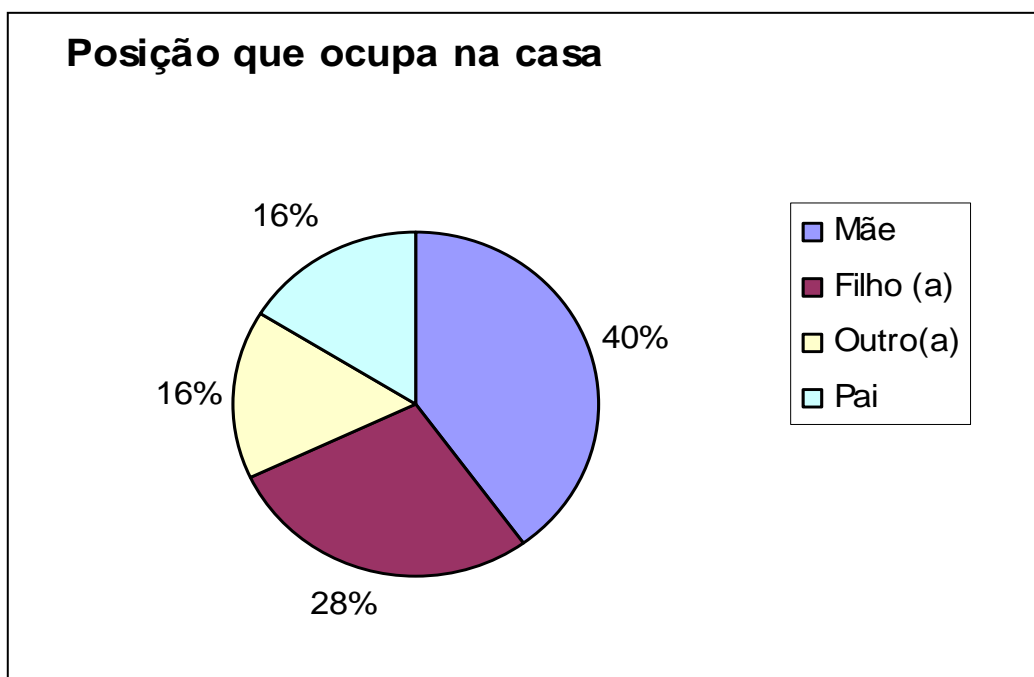


Gráfico 5: Posição que ocupa na casa

2004



2005

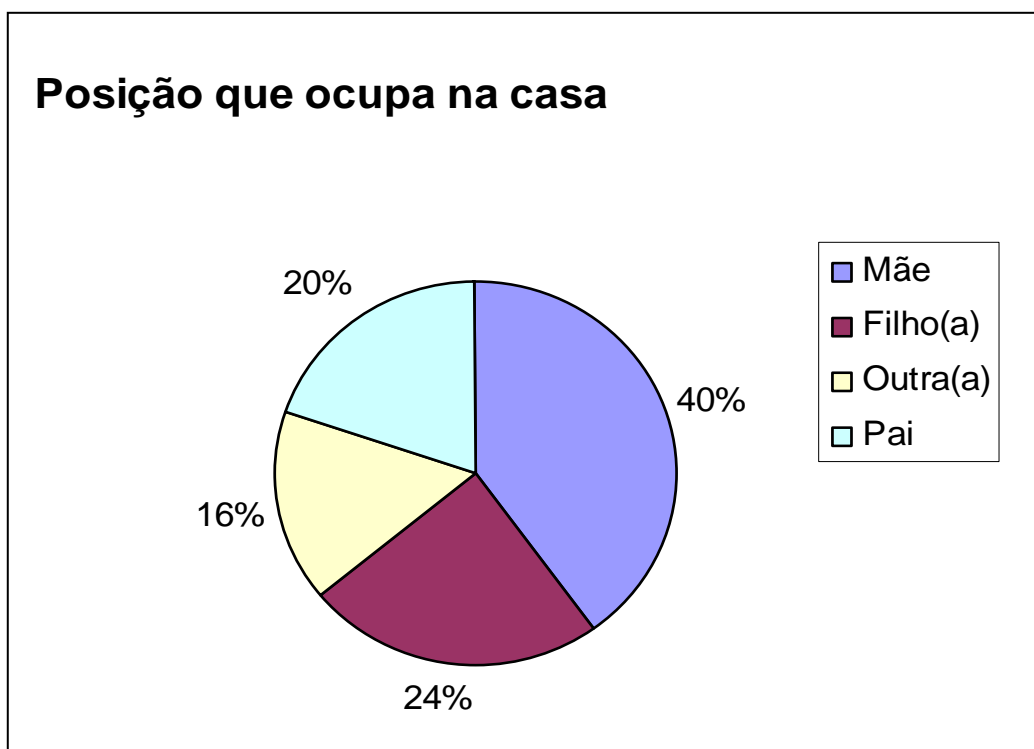
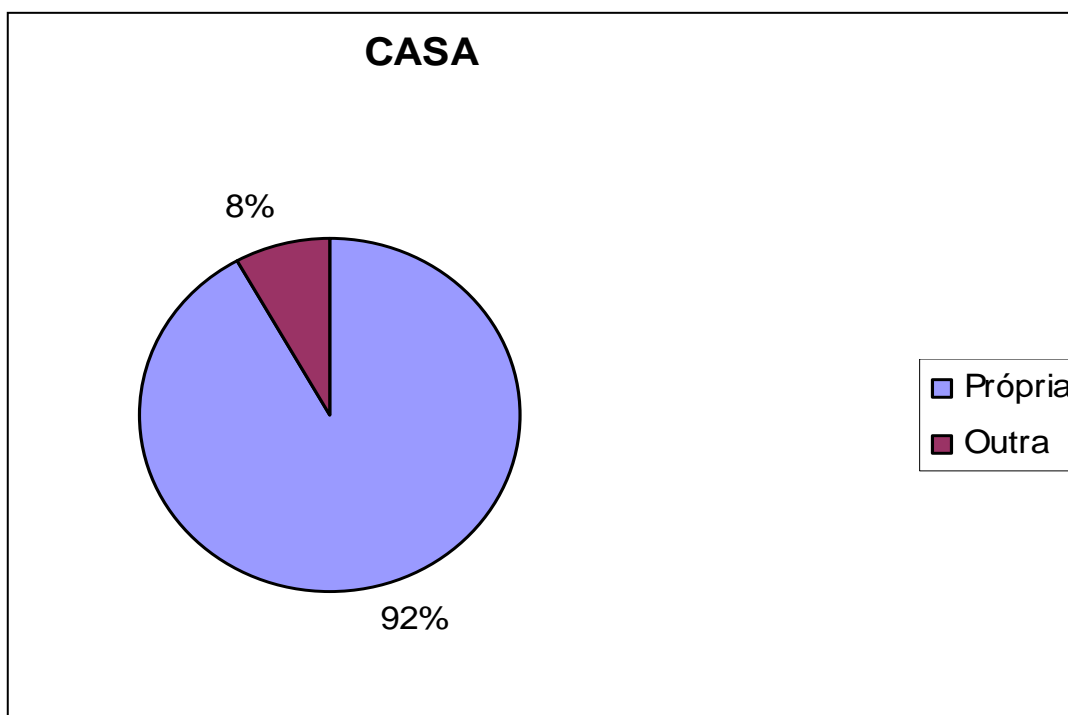


Gráfico 6: Casa

2004



2005

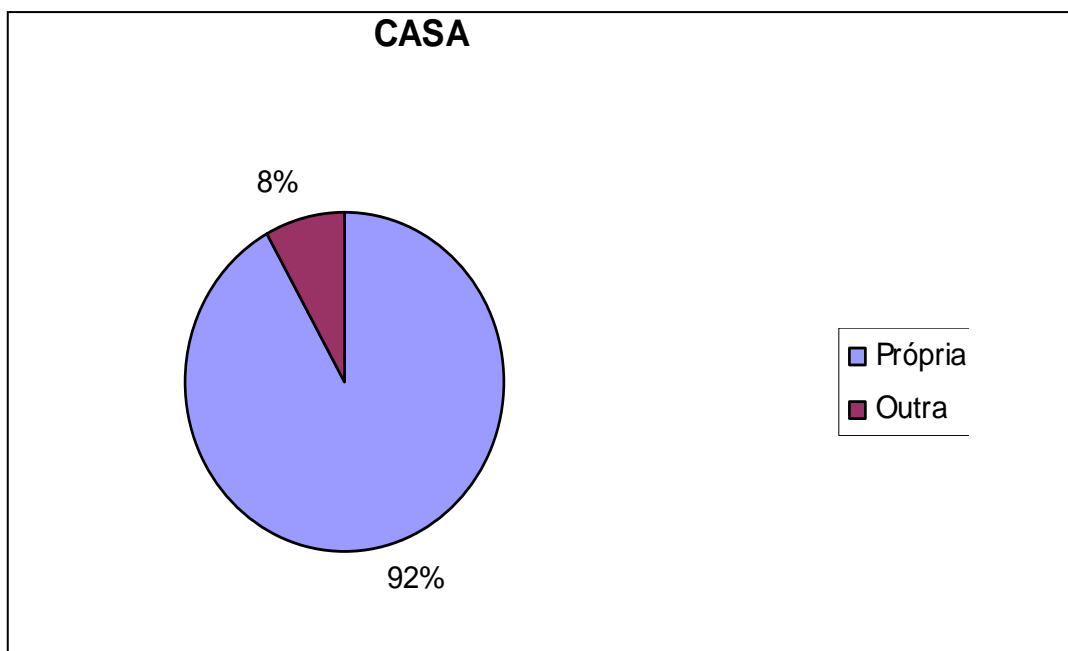
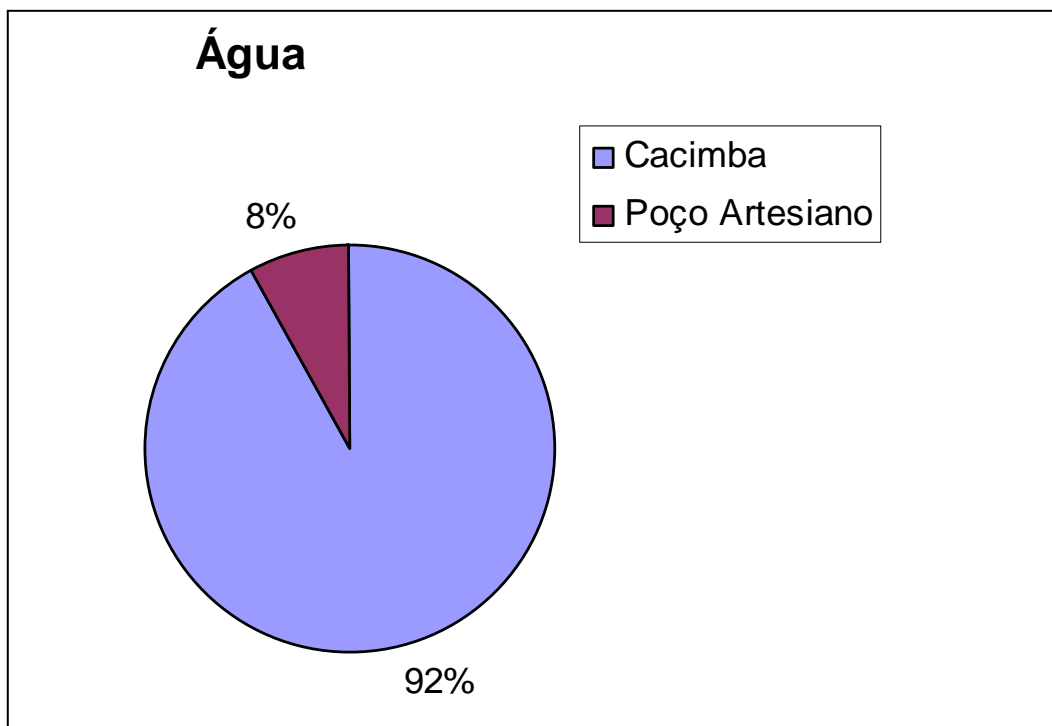


Gráfico 7: Água

2004



2005

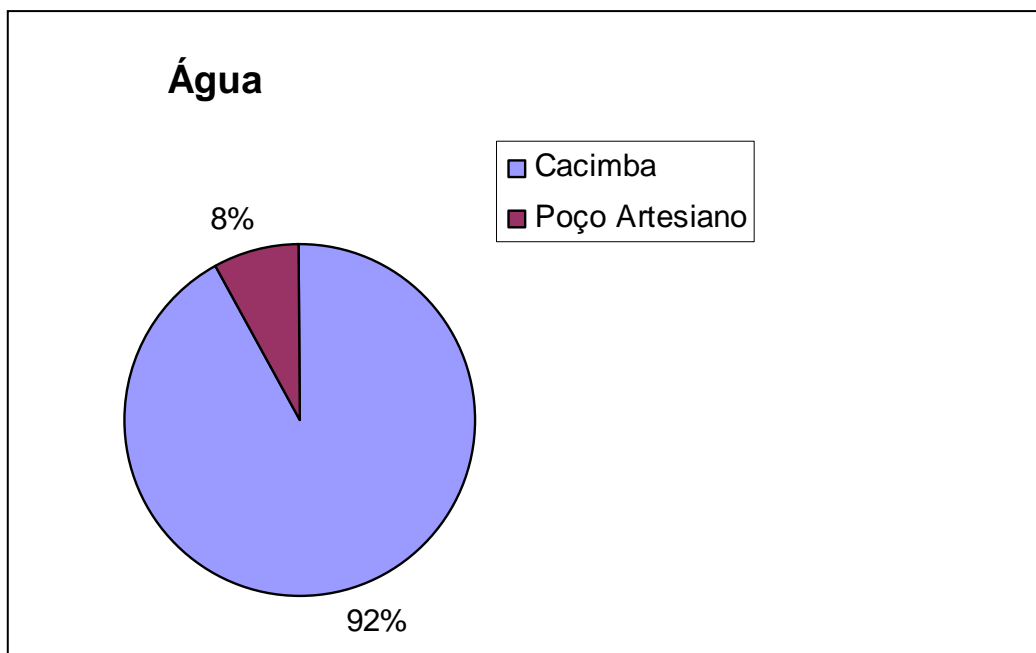
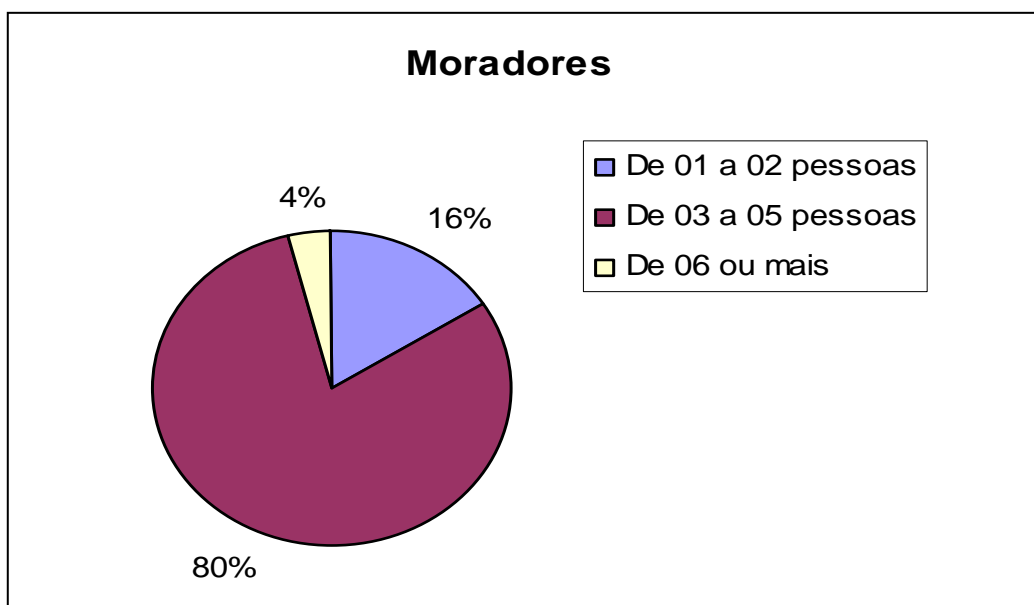


Gráfico 8: Moradores

2004



2005

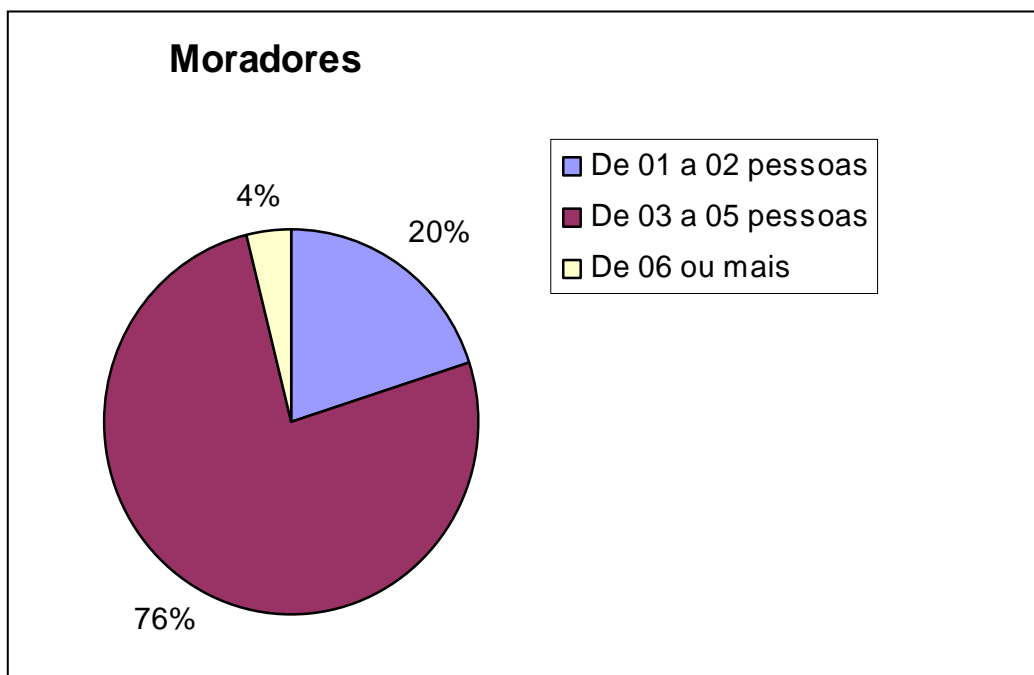
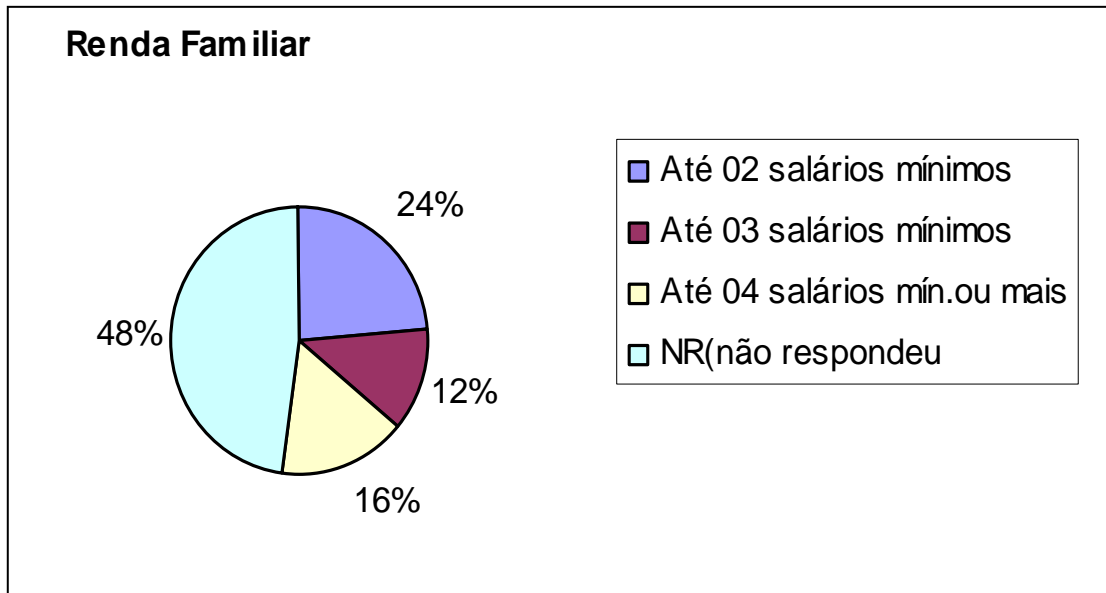


Gráfico 9: Renda Familiar

2004



2005

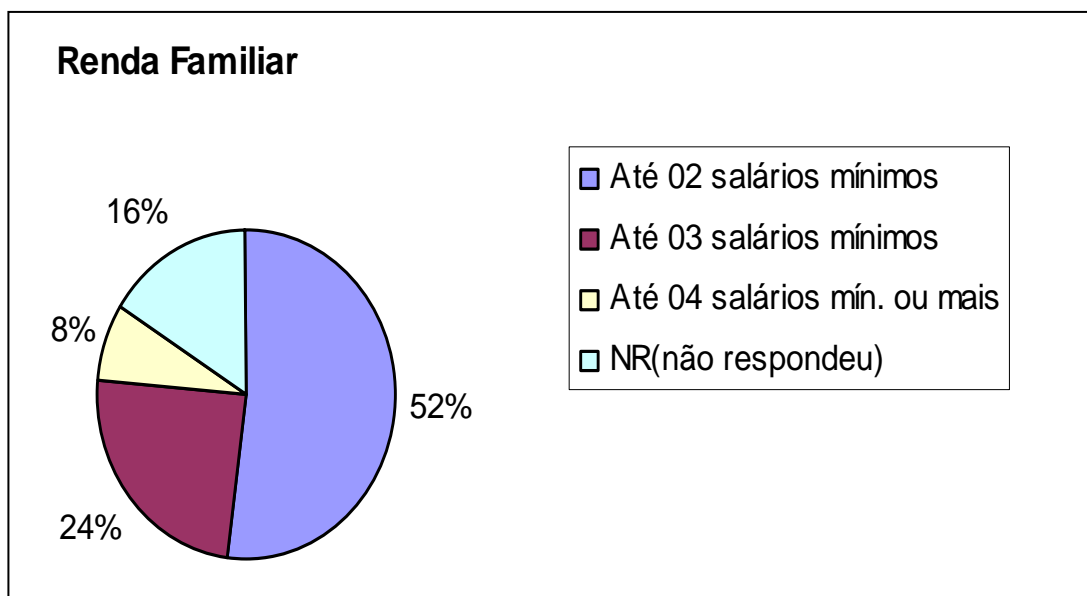
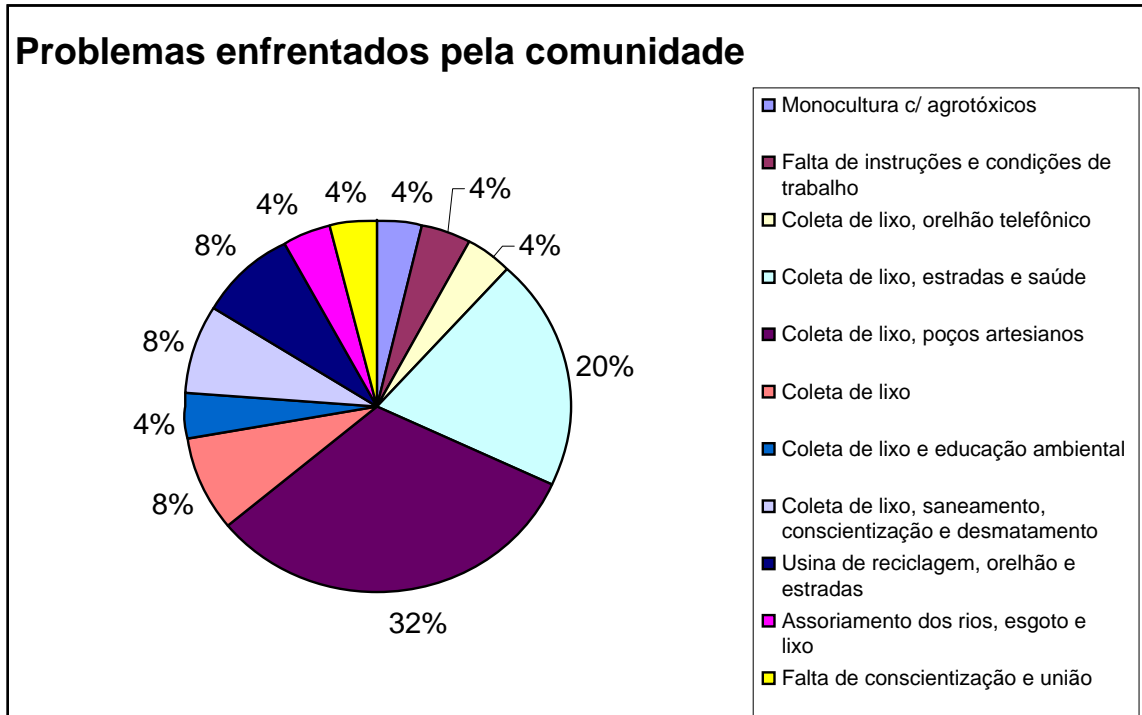
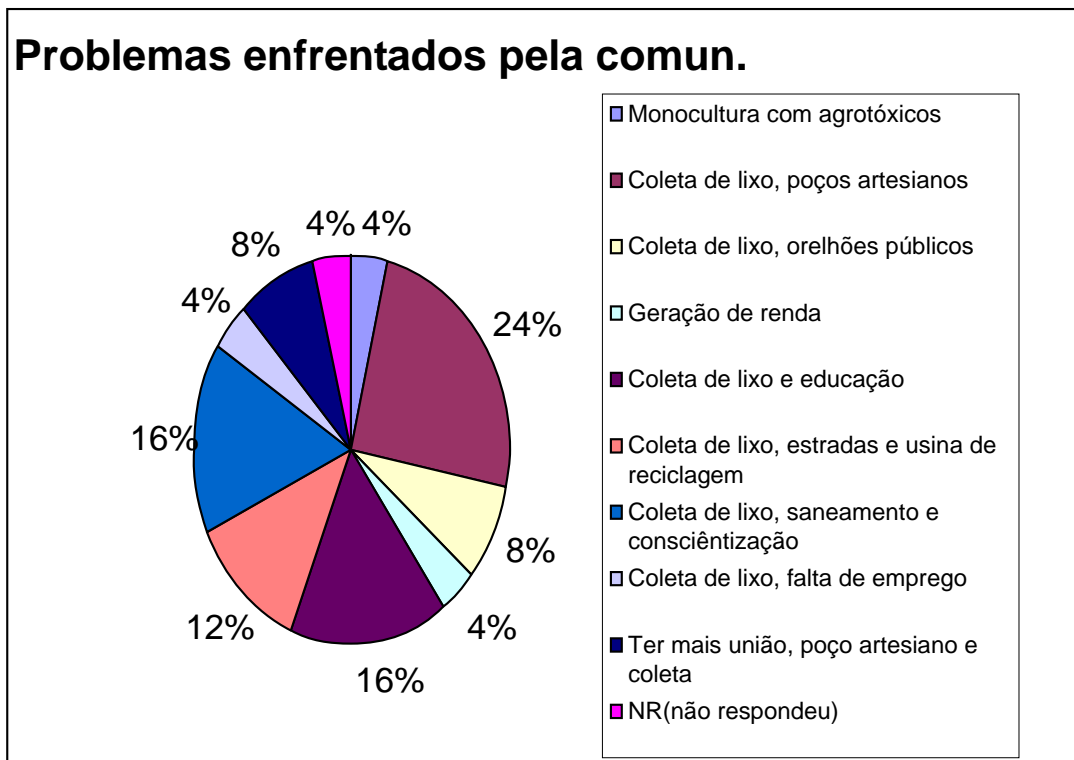


Gráfico 10: Problemas enfrentados pela comunidade

2004



2005



Mais da metade dos moradores desta localidade, dizem que não há falta de trabalho, entendendo que esta é uma atividade que praticam todos os dias, uma atividade prazerosa, proporciona satisfação pessoal, um meio de sobrevivência e, portanto necessário.

Entendimento por trabalho, (primeira entrevista em 2004), Sr. Paulo Ricardo Grupelli, diz:

É à busca do seu sustento.

Entendimento por emprego, (primeira entrevista em 2004) diz:

É o sustento com atividade, estipuladas pelo empregador.

A maioria, ou seja, 60% dos entrevistados dizem que há falta de emprego no distrito, por que entendem que emprego não é um trabalho, mas uma atividade remunerada, onde se possa ter um salário fixo no final do mês, dando estabilidade à família.

A avaliação sobre o entendimento por miséria, é a falta de recursos, onde falta tudo, péssimas condições de sobrevivência, acham que há problema de miséria e desigualdade social, em relação à ajuda, na medida do possível prestam auxílio aos necessitados, mas a maioria não gosta de falar sobre o problema, e não tem opinião formada quanto a resolução dos mesmos.

Entendimento por miséria para a o jovem Demiom L. Gotinarri, (primeira entrevista,2004).

É a falta de comida, amor, paz, viver em precariedade.

Para Maria Silva Dias, (segunda entrevista em 2005)

É o resultado do descontrole sócio-econômico.

A grande maioria gostaria de participar de cursos que gerassem renda ou que capacitassem para outras atividades, trazendo conhecimento, informação, distração, oportunidade, aperfeiçoamento e principalmente geração de renda.

Os problemas do distrito acham que cabe resolvê-los o poder público, isso devido os grandes problemas sociais e de responsabilidade do governo municipal, como estradas, saúde, orientação, incentivo, saneamento básico, água e coleta de lixo são problemas que a comunidade identifica, mas que não podem solucionar sozinhos sem a ajuda do poder público.

A responsabilidade de prevenir filhos, aparecem como sendo tanto do homem como da mulher, tendo assim a consciência de ambos as responsabilidades, quanto à formação da família.

Preferem ter um emprego familiar onde todos possam ganhar, o trabalho que realizam é familiar, tendo cada um suas responsabilidades pré-determinadas. Ajudam-se mutuamente, dentro das condições existentes, vivem em comunidade, a religião para eles é muito importante, o batismo, a primeira comunhão e o casamento são grandes eventos e o local destes acontecimentos é o salão paroquial da igreja, onde também acontecem quase todas as festas comemorativas do ano.

Existem na maioria dos moradores um espírito cooperativo, comunitário, participativo, assim sendo organizada pela comunidade a maior parte das atividades através de mutirões. Na questão do trabalho na lavoura com maior autonomia e liberdade, ganhando menos e ou um trabalho assalariado com menos autonomia e liberdade, ganhando mais, a maioria preferem um emprego onde tenha estabilidade, a lavoura sem tecnologia e equipamentos está muito difícil, as mudanças climáticas também é um dos fatores que influenciam a negatividade dos agricultores, já estão cansados de trabalhar muito e ganhar pouco, querem mais segurança, mesmo com menos liberdade.

A maioria participa de alguma cooperativa, associação, sindicato, uma das alternativas que está surgindo na região é o turismo rural, havendo já grupos organizados, trabalhando cooperativamente nesta área, alguns participam como sócios contribuintes, tesoureiros e etc.

A igreja ainda é o local onde há maior congregação entre os moradores. Na opinião dos moradores, não é certa a derrubada de matas ou a prática de queimadas, acham importante a preservação do meio ambiente, porque precisam dele para suas sobrevivências, garantindo um futuro melhor. Acham muito importante respeitar a natureza e a vida, mas ainda é preciso investir mais na educação para preservação, portanto todos os entrevistados acham importante a preservação do ambiente e para preservá-lo, estão procurando separar o lixo, não os jogando na natureza, fazer reflorestamento, não destruir e não poluir, cuidar das plantas, o meio ambiente para eles é a própria sobrevivência, se sentem integrantes e integrados neste meio.

7.3 Análise dos Conhecimentos

Em relação aos cursos de capacitação e geração de renda se existem ou não, a maioria diz não existir, somente alguns sabem que acontecem alguns cursos como, o de tratorista, floricultura, jardinagem e eletricista, a maioria destes são oferecidos pela comunidade religiosa no salão paroquial. Planejamento familiar é planejar o número de filhos, é o controle de natalidade, mesmo não possuindo um trabalho de orientação neste sentido, são conscientes de que é preciso planejar a família.

Existem algumas orientações para utilização dos agrotóxicos, pela EMATER, escola, fumageiros e posto de saúde. A manutenção das estradas são de regular a péssima, muitos buracos, costeletas, facilitando a acumulação de barro nos dias de chuva, havendo dificuldade de acesso e destruindo os carros e ônibus, tendo um custo alto de manutenção, tornando assim, as passagens muito caras.

Alegam que a escola não tem grande participação, na resolução dos problemas locais e que o espaço existente com maior participação é a igreja, tendo como local principal de reuniões o salão da mesma, não há participação de todos. A Educação Ambiental é vista como uma educação para as questões ambientais, conscientização das pessoas e o respeito que temos que ter com a natureza. A forma que a Educação Ambiental pode mudar a realidade do distrito é trabalhando na conscientização das pessoas, através de palestras, cursos, orientação e com educação de modo geral. A maioria sabe o que é, como se pratica uma agricultura ecológica, mesmo sem orientação, apenas na prática, mas acham que ainda existem muitas ações que precisa ser mudadas a respeito do uso do agrotóxico.

No ano de 2004, no total de entrevistados havia, 52% que não sabiam o que é Agenda 21, em 2005, baixou para 24%, isto significa que o trabalho de divulgação do Núcleo de Educação Ambiental, sobre Agenda 21, nesta localidade, teve um aproveitamento de 28%. Na primeira entrevista, 44%, não souberam responder o que esperavam da Agenda 21, mas os que responderam disseram que esperam novas mentalidades, iniciativas concretas, mais ação, que resolva os problemas, que traga melhorias para a região, conscientização, já na segunda entrevista 28%, não sabem e ou não responderam, entre os que responderam, querem mais ação. Podemos observar que houve uma melhora, em relação do que esperam da Agenda 21 na sua comunidade de 16%, entendê-se que o trabalho do Núcleo se efetivou.

O que espera da Agenda 21 local, (primeira entrevista, 2004), Sra. Leda Fischer respondeu:

Que faça algo.

Na segunda entrevista, (2005) diz:

Espera uma ação e continuidade.

7.4 Análise das Habilidades

O método mais utilizado para prevenir o número de filhos é o de anticoncepcional, pela praticidade e de fácil acesso. A maioria das pessoas faz a separação do lixo, colocando o orgânico na horta ou jardim e o reciclável para a venda, mas ainda tem alguns que queimam, enterram e ou jogam no fundo da propriedade. Aplica-se agricultura ecológica, na horta e árvores frutíferas, utilizando os adubos orgânicos, plantando adequadamente, sem o uso de agrotóxico.

Conclui-se através destes resultados que a comunidade deste distrito, através do trabalho do Núcleo e da implantação da Agenda 21 local, tiveram oportunidades de adquirir

conhecimentos, refletir, discutir e avaliar sobre as questões ambientais e os problemas locais e suas possíveis soluções.

7.5 Análise do Comportamento

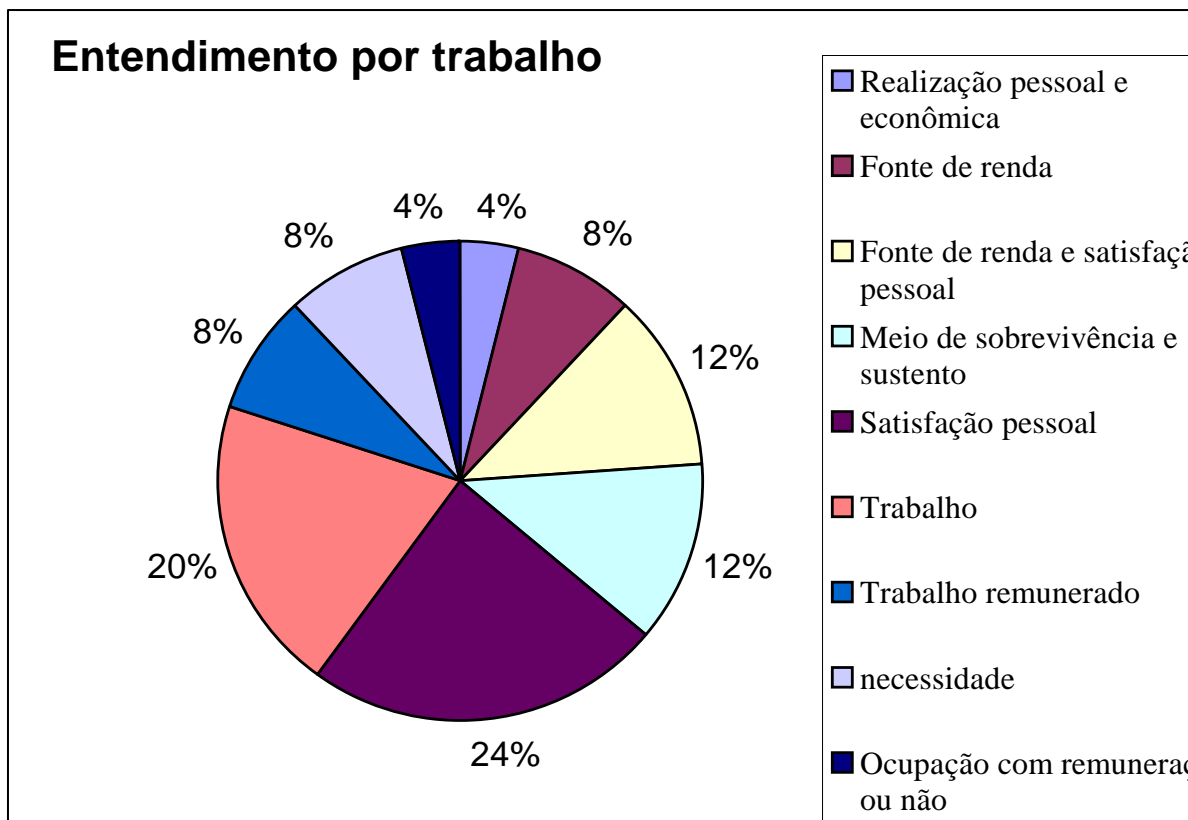
Através da pesquisa percebe-se que os comportamentos de alguns mudaram com o trabalho do NEA, damos como exemplo a questão que questiona sobre o combate a miséria, na primeira entrevista 16% responderam que ajudam na medida do possível, 60% não responderam, na segunda entrevista, 48% responderam que ajudam na medida do possível e 44% não responderam, com isso mostra-se que se desenvolveu um espírito de solidariedade e cooperativismo na comunidade pesquisada.

Demonstram-se algumas mudanças no comportamento, através das respostas sobre a separação do lixo, apenas 4% disseram na primeira entrevista que separavam o lixo enquanto que na segunda 28%, havendo um ganho de 24%, na questão da separação do lixo, considera-se um grande significado para o meio ambiente.

Através da pesquisa se comprova que houve mudanças de comportamento em várias questões, provando assim a validade do trabalho neste distrito da colônia.

Gráfico 11: Entendimento por trabalho

2004



2005

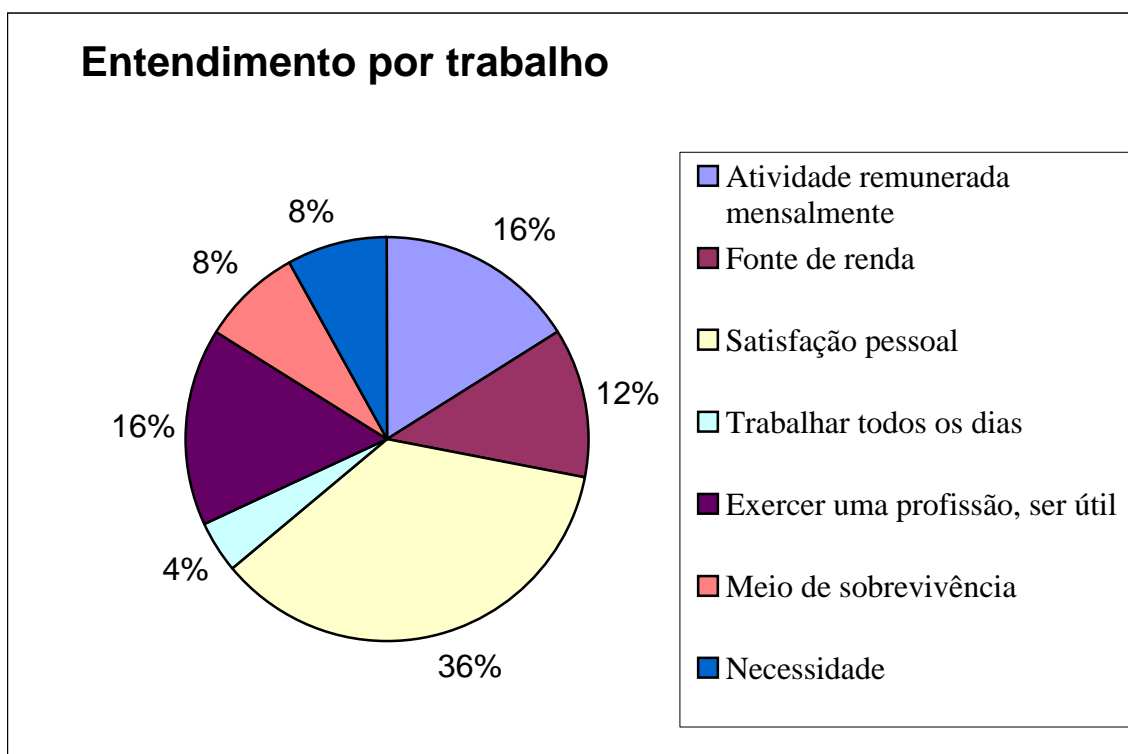
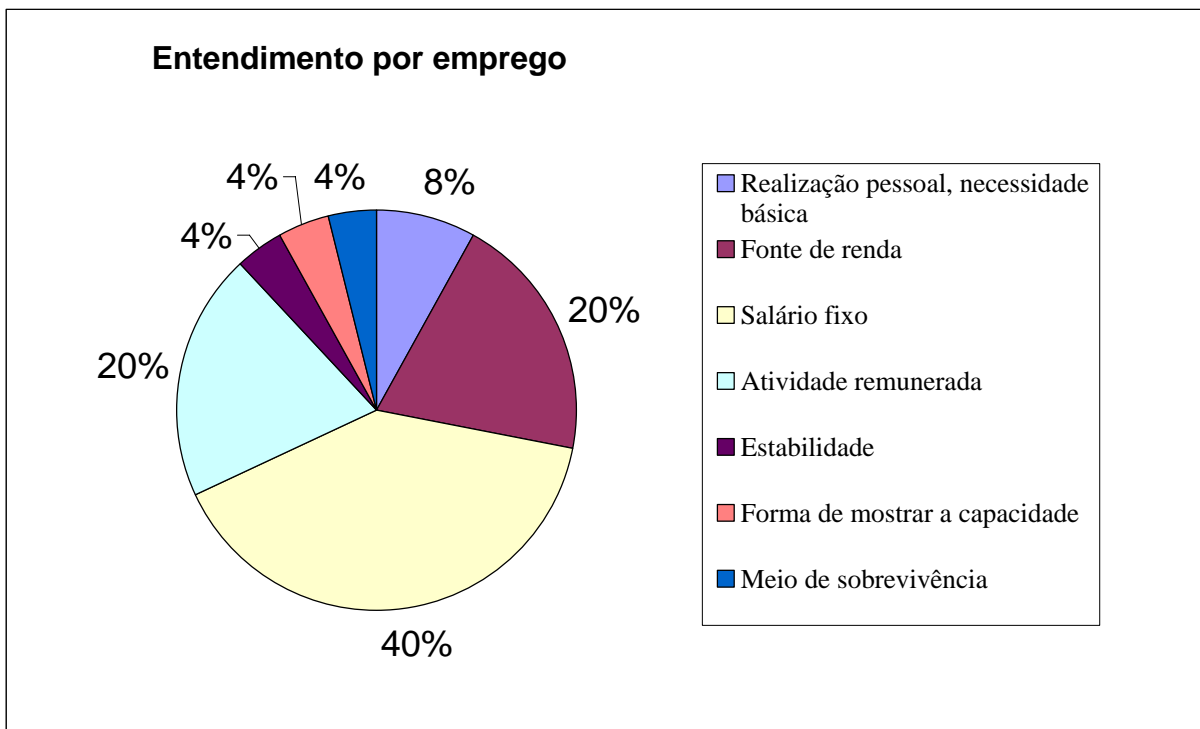


Gráfico 12: Entendimento por emprego

2004



2005

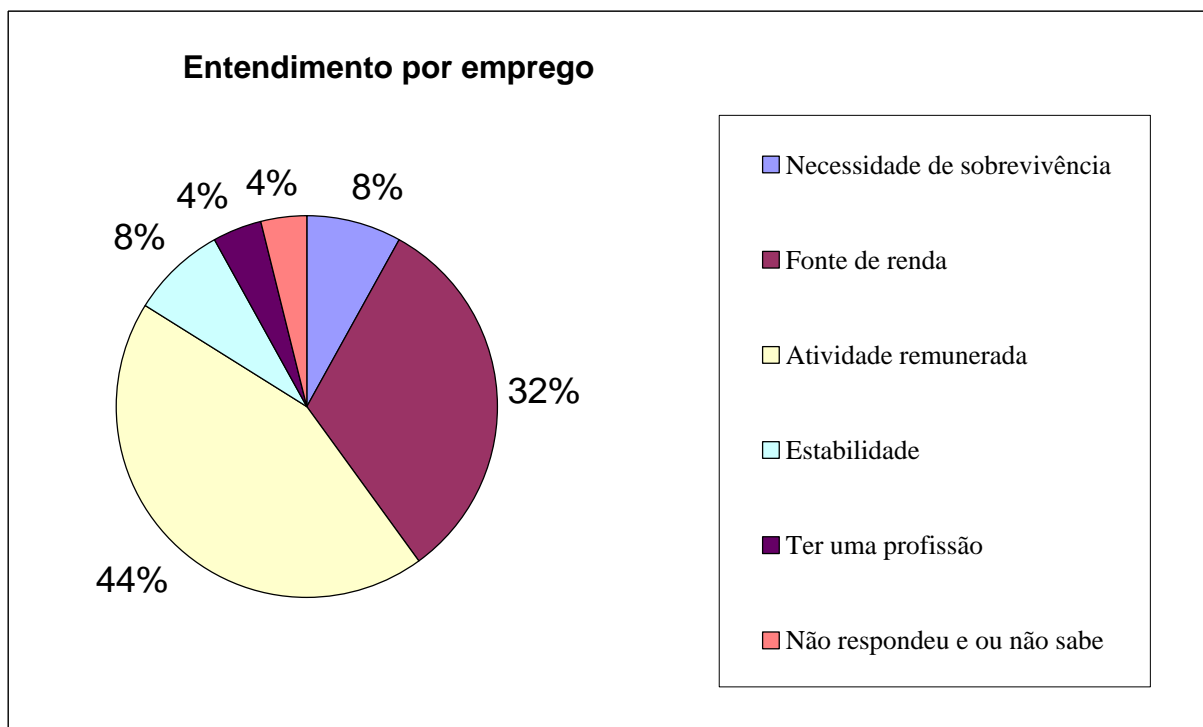
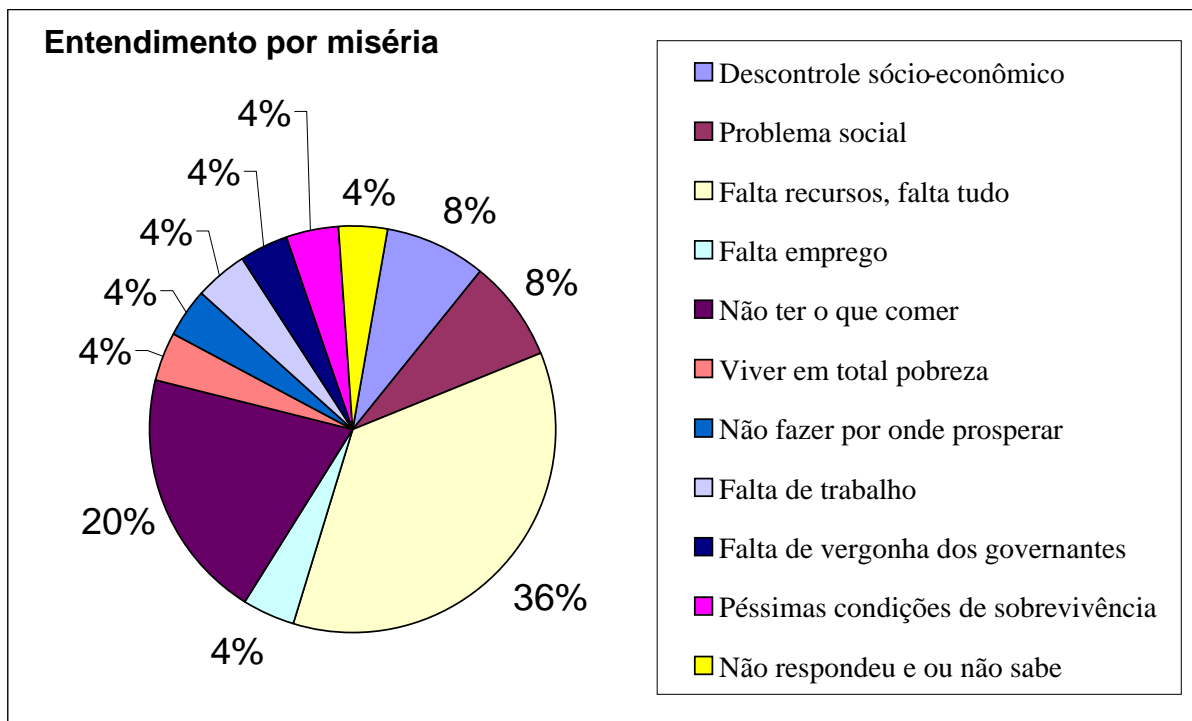


Gráfico 13: Entendimento por miséria

2004



2005

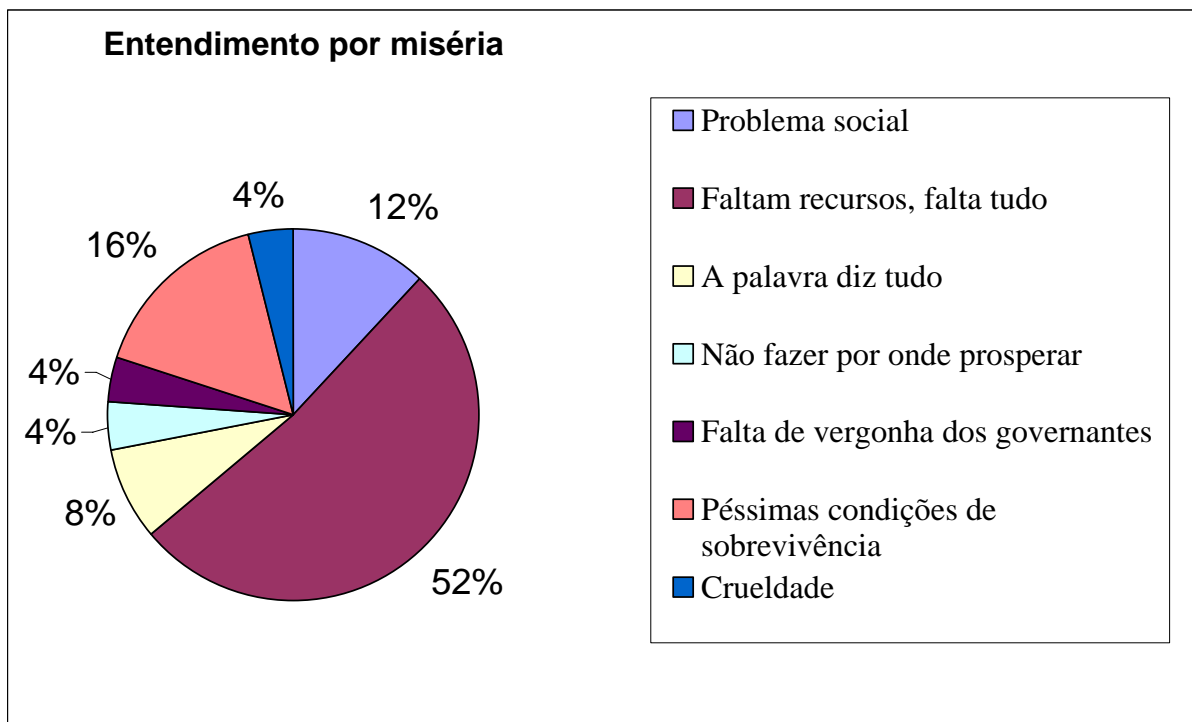
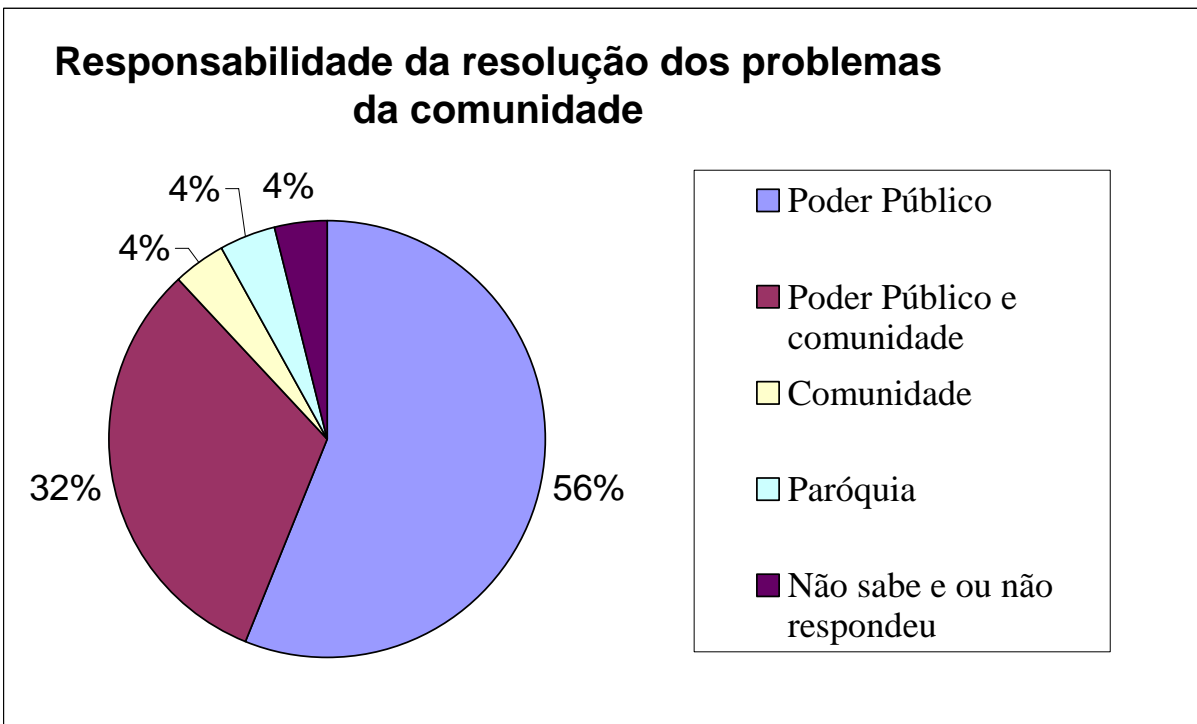


Gráfico 14: Responsabilidade da resolução dos problemas da comunidade

2004



2005

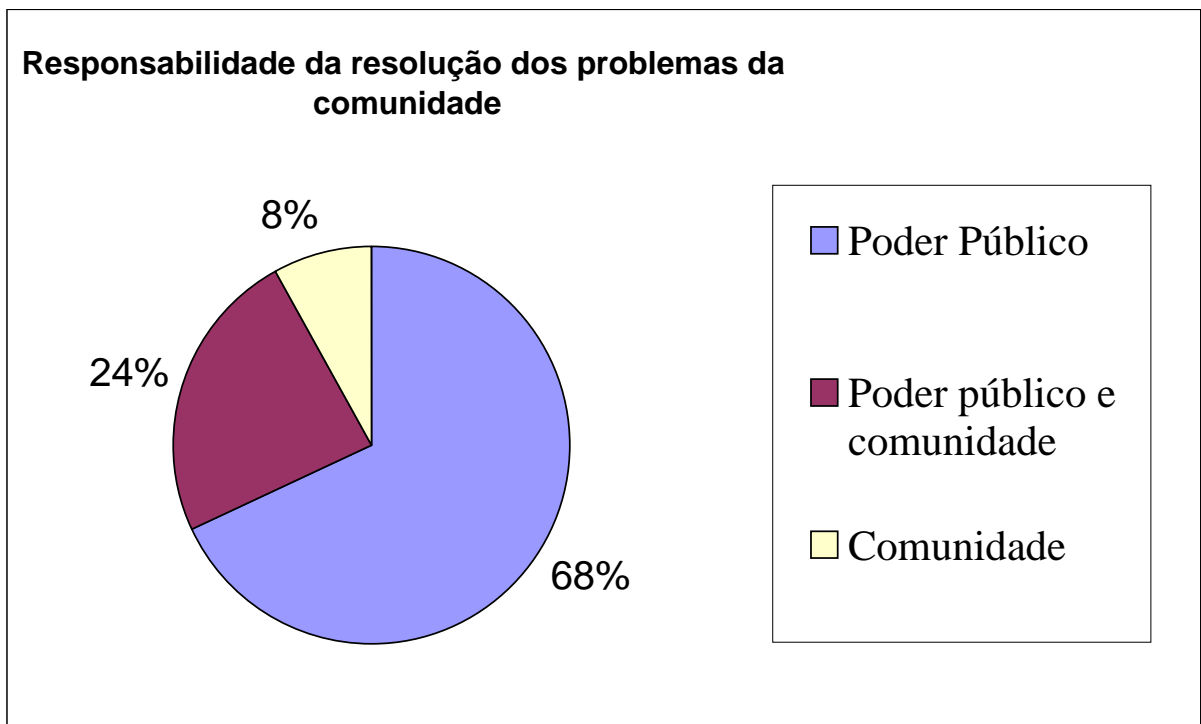
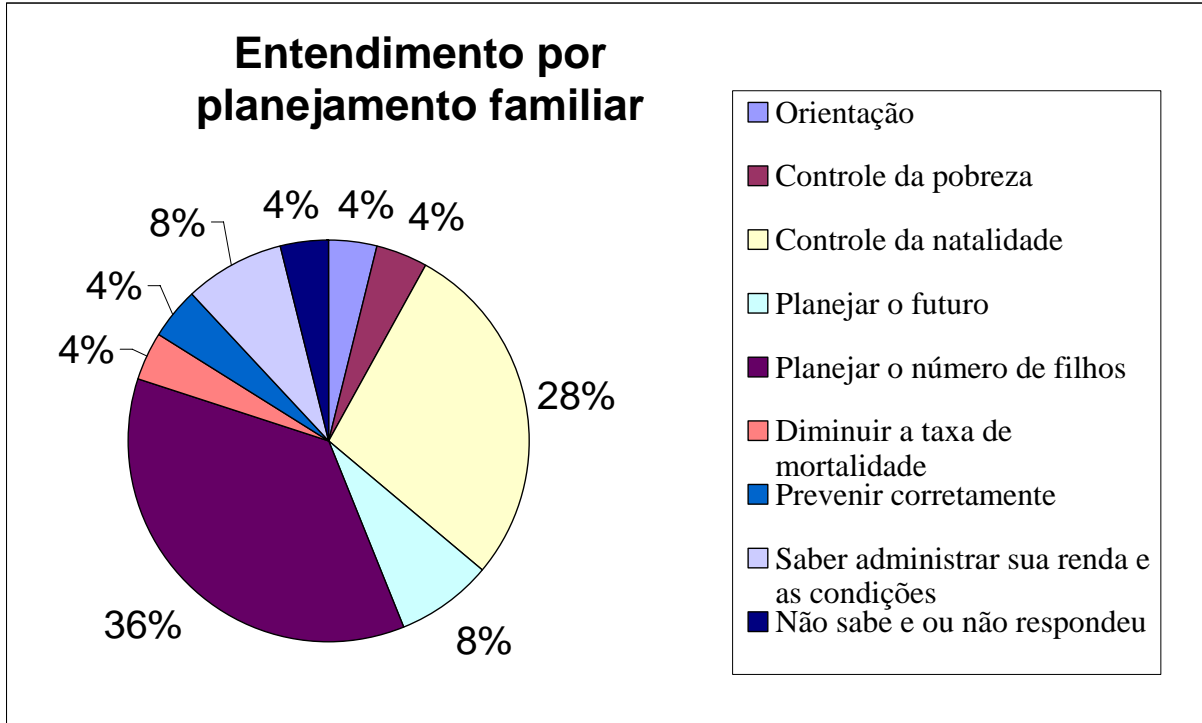


Gráfico 15: Entendimento por planejamento familiar

2004



2005

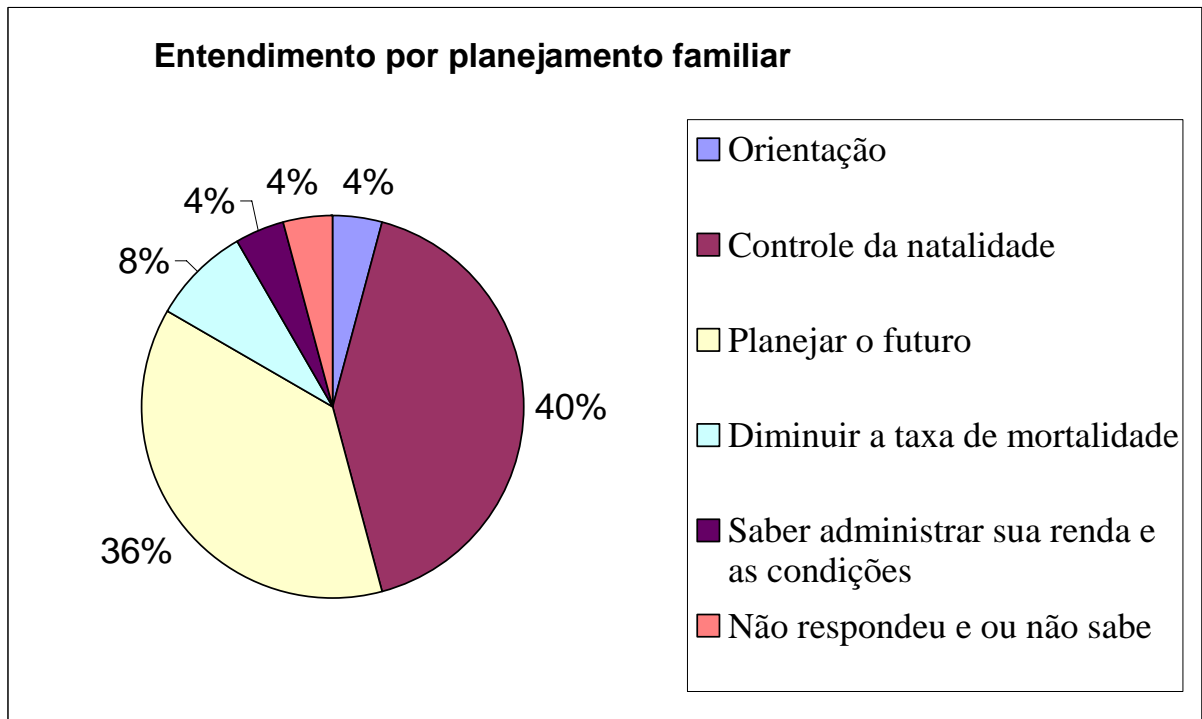
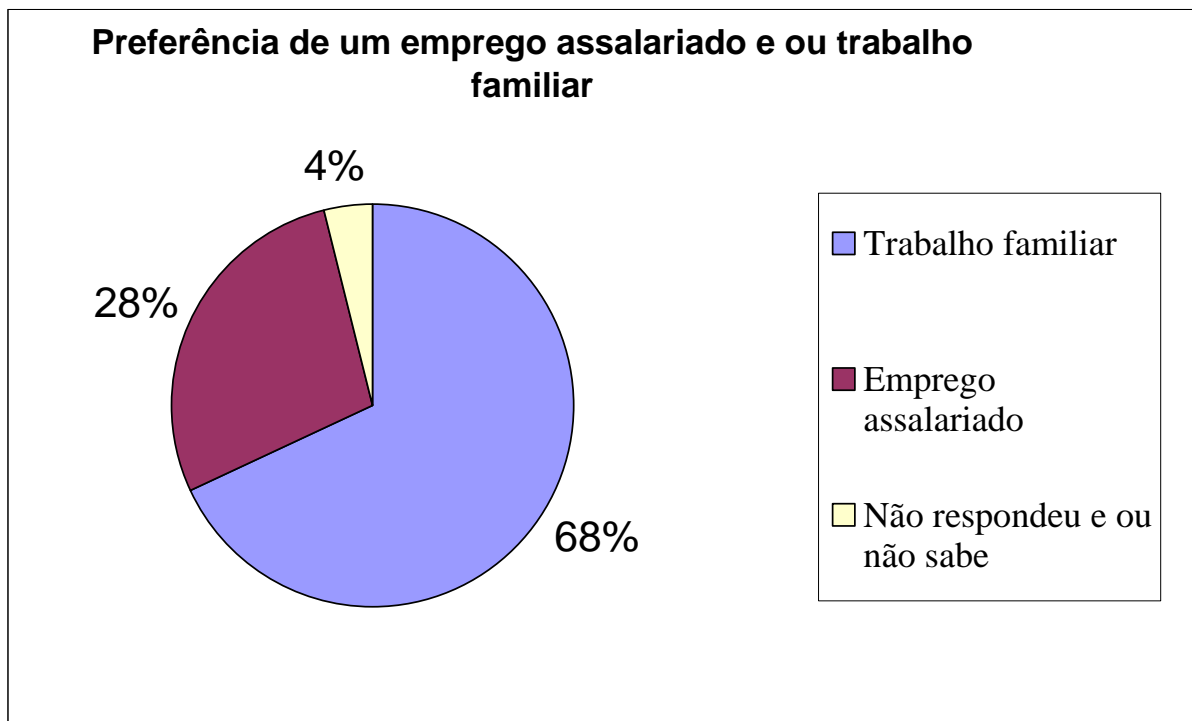


Gráfico 16: Preferência de um emprego assalariado e ou trabalho familiar

2004



2005

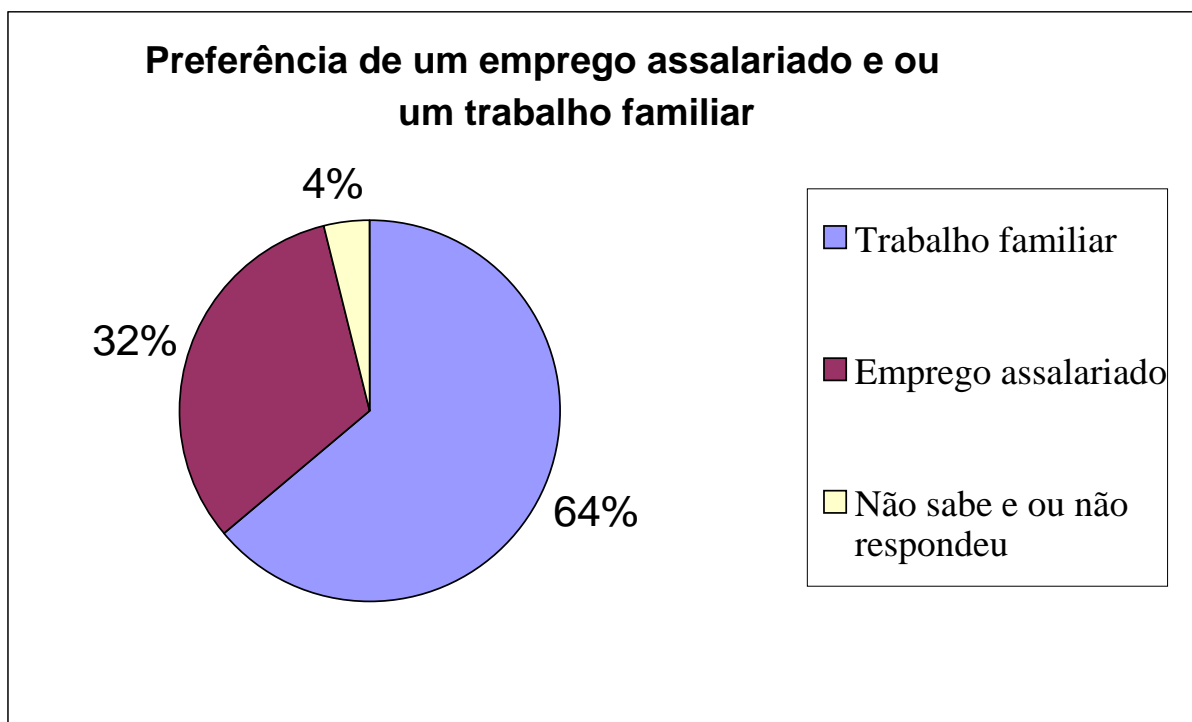
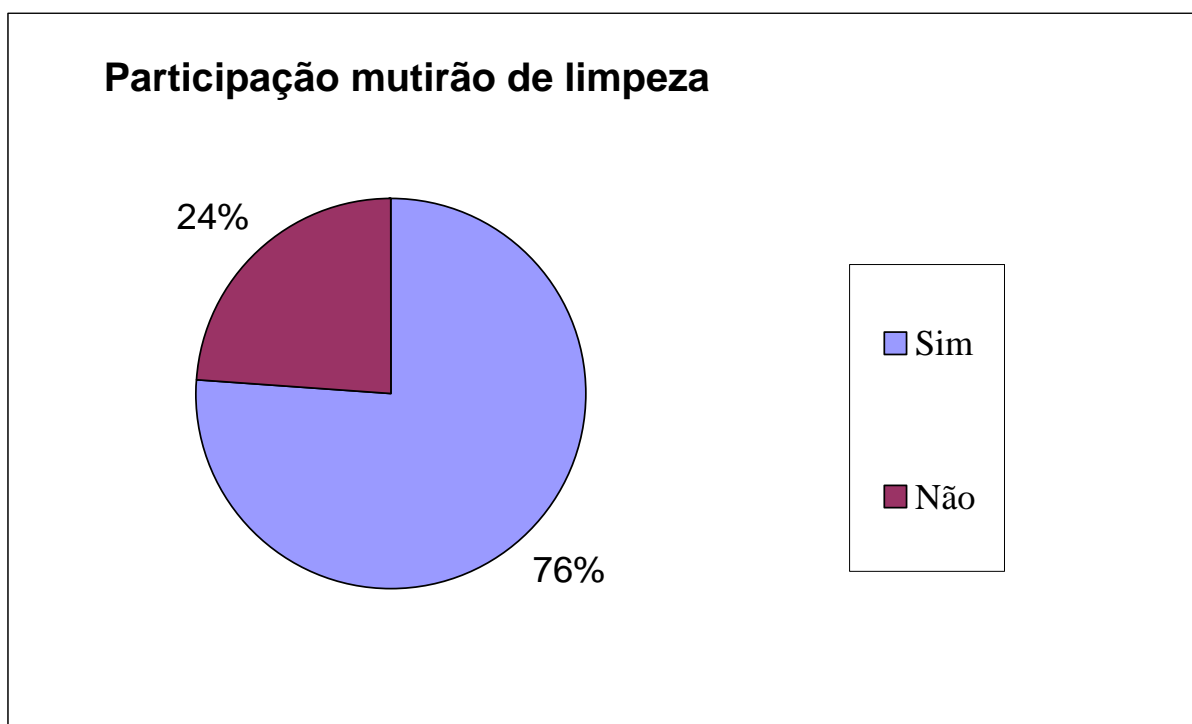


Gráfico 17: Participação mutirão de limpeza

2004



2005

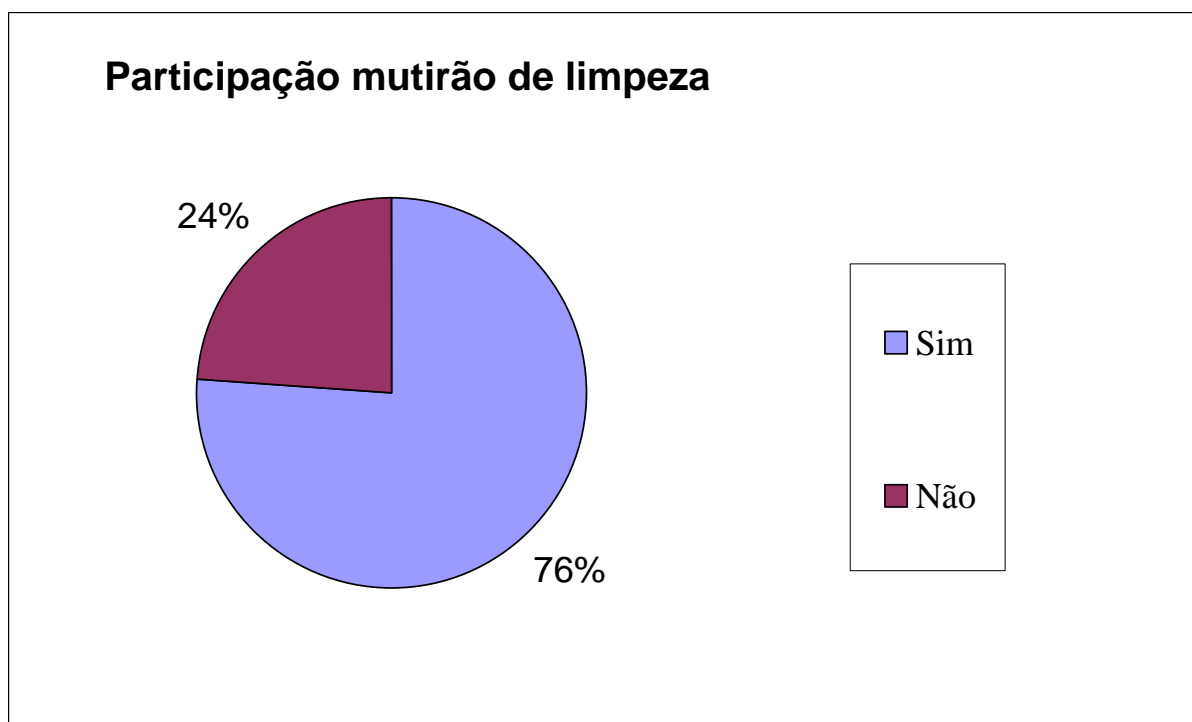
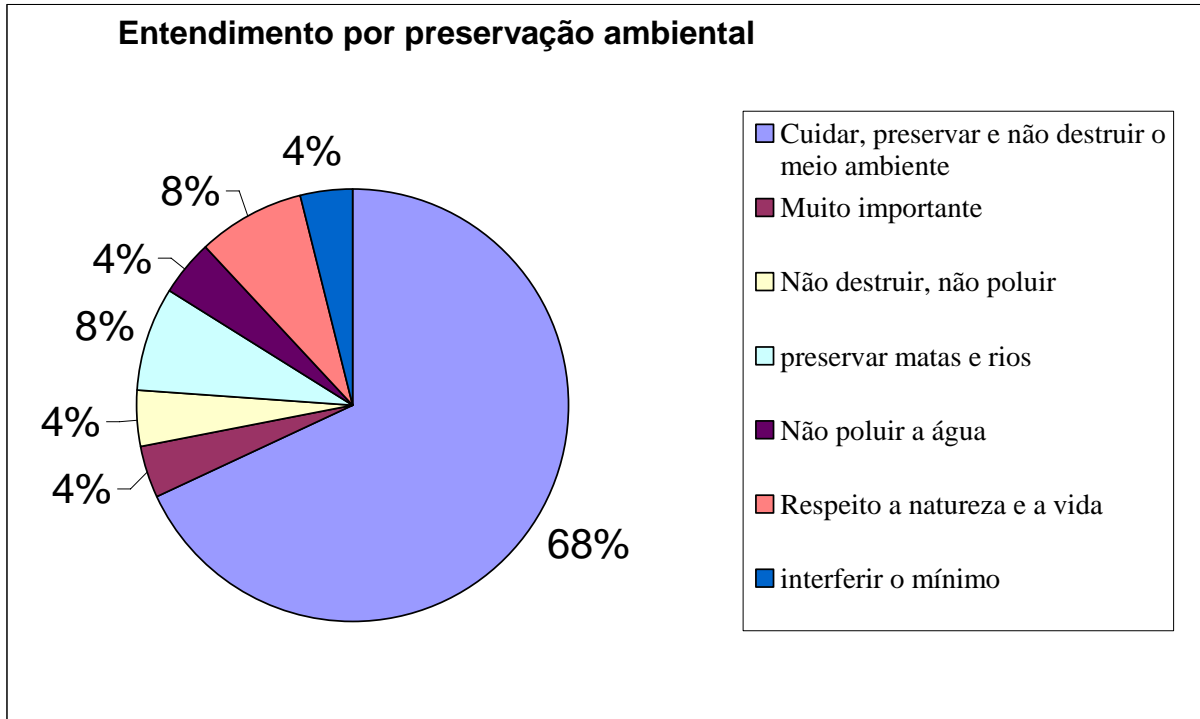


Gráfico 18: Entendimento por preservação ambiental

2004



2005

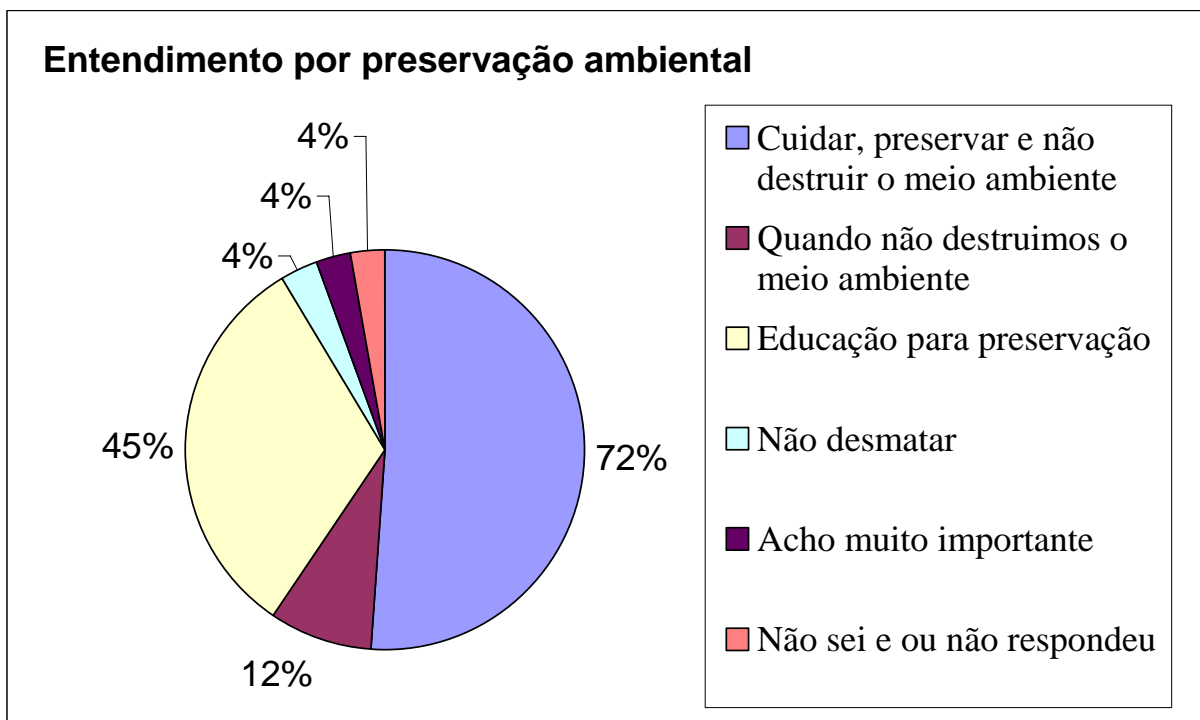
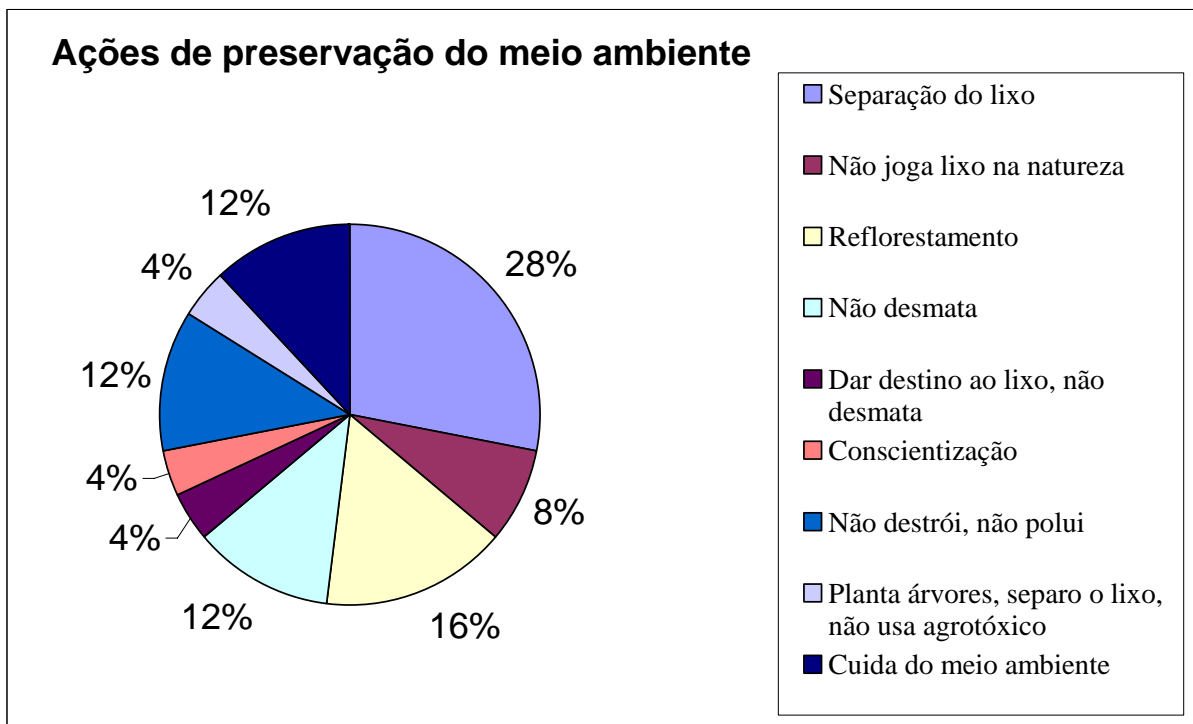


Gráfico 19: Ações de preservação do meio ambiente

2004



2005

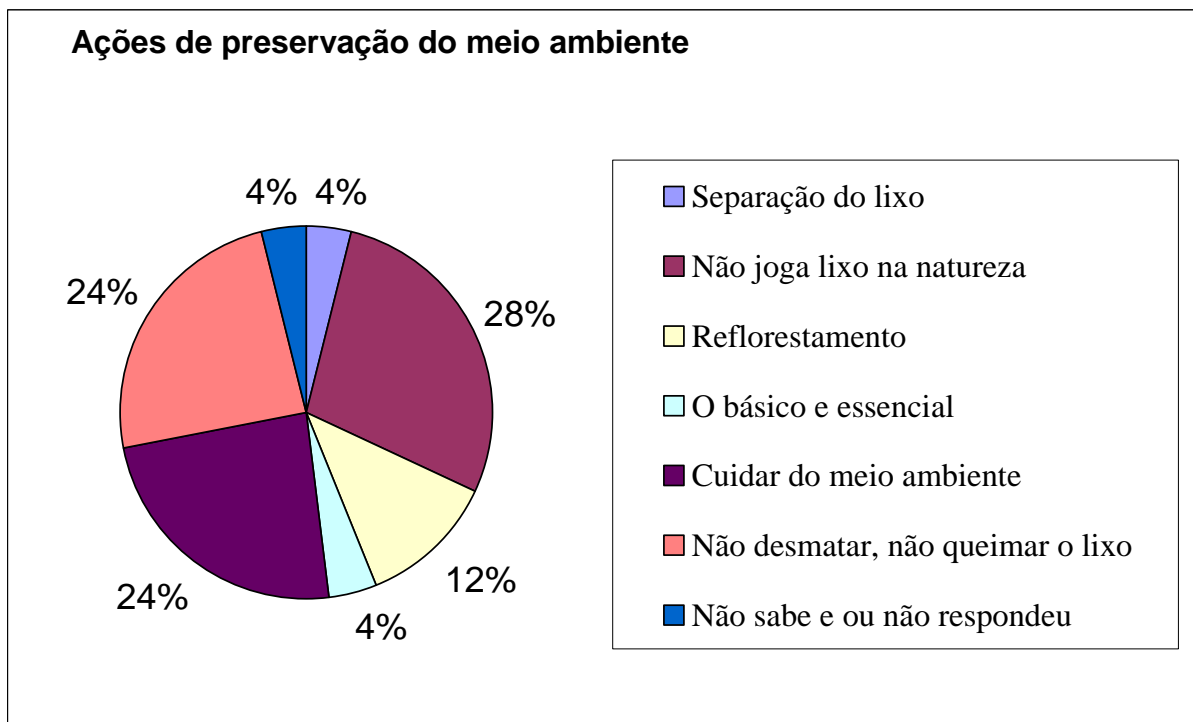
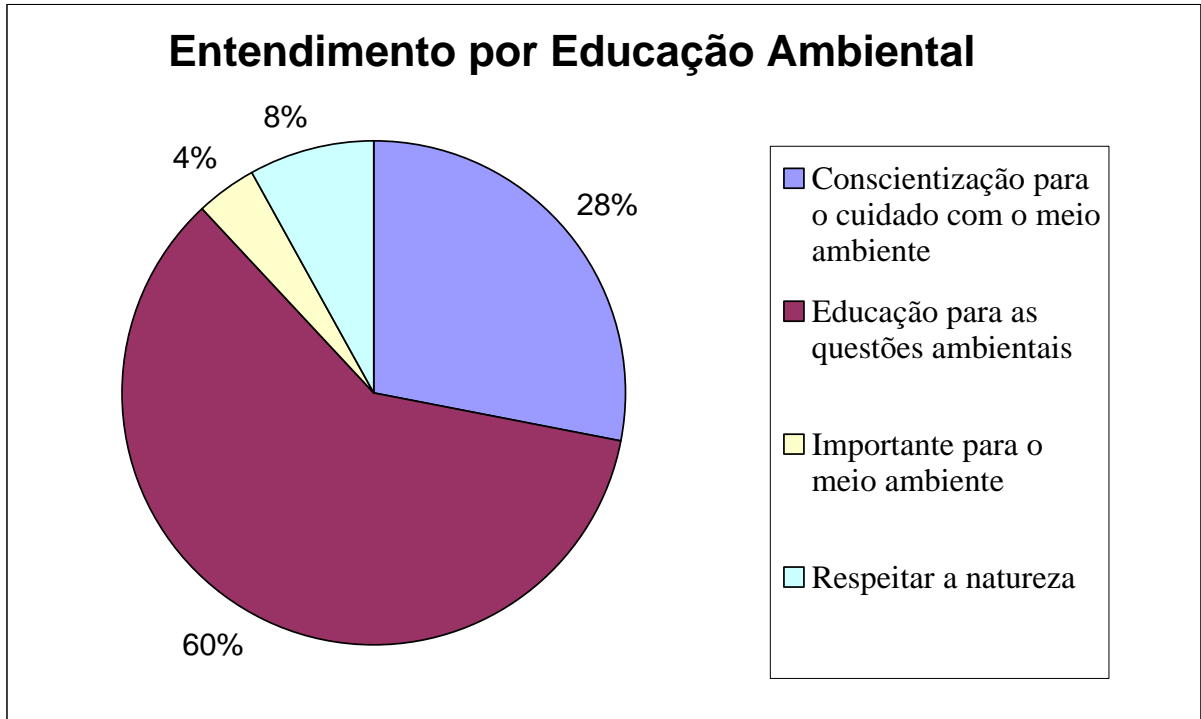


Gráfico 20: Entendimento por Educação Ambiental

2004



2005

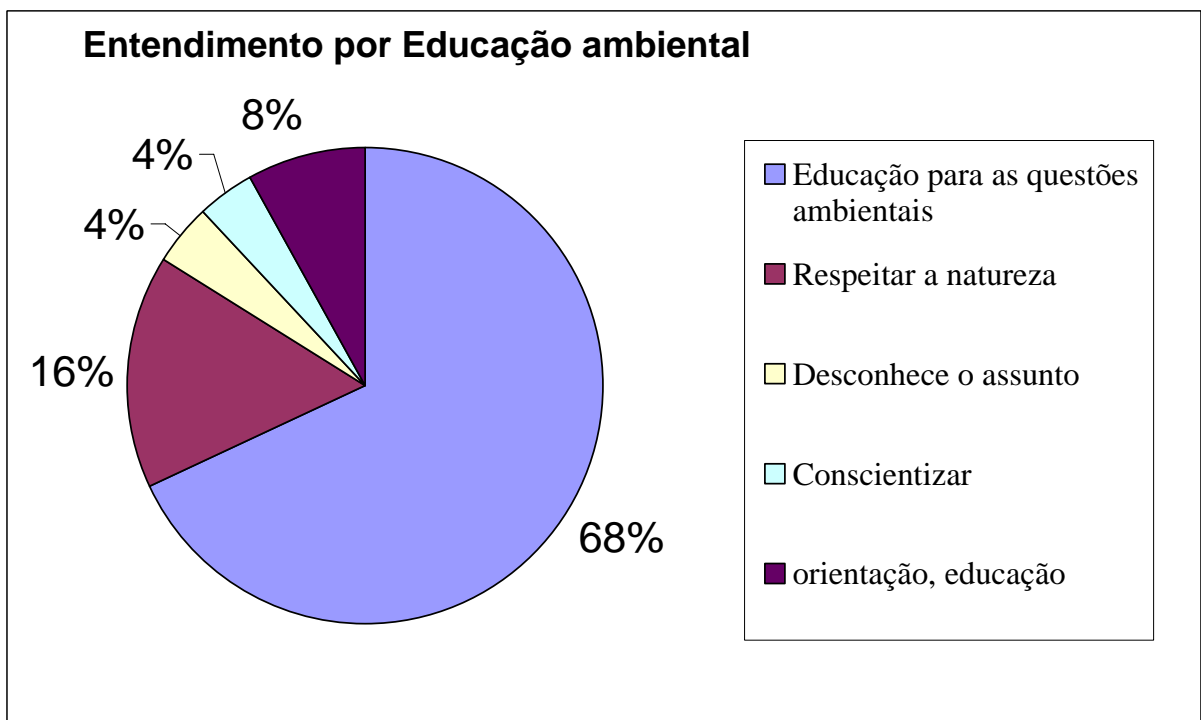
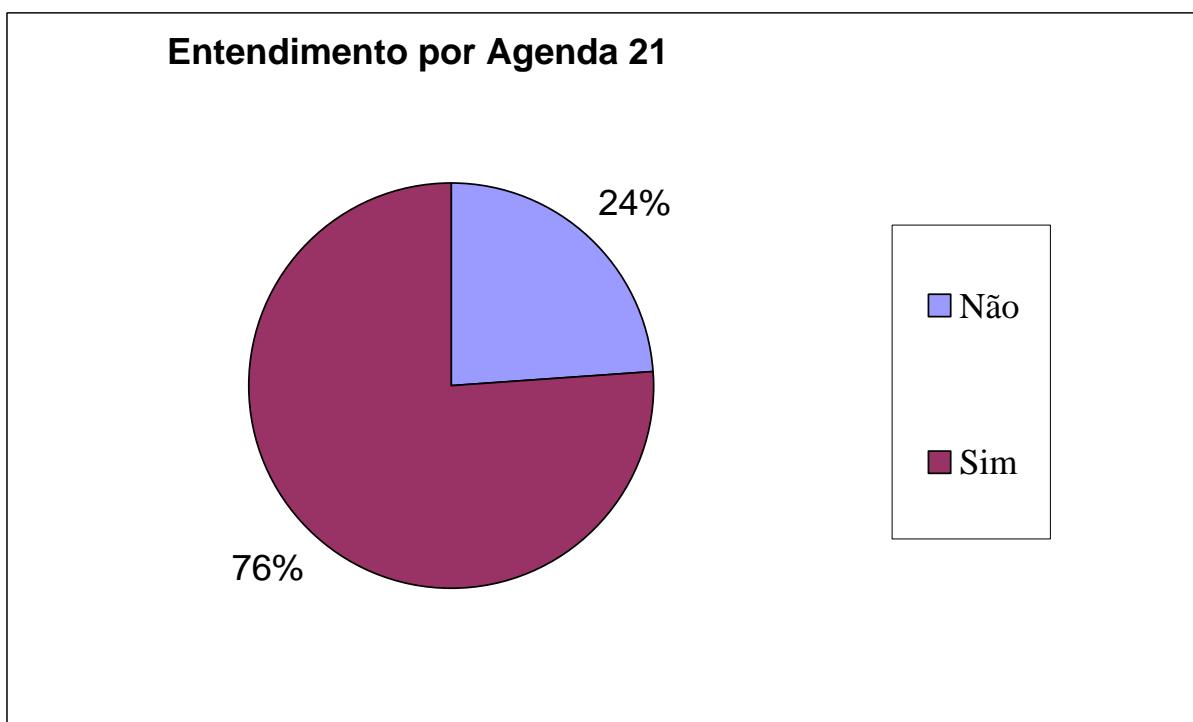


Gráfico 21: Entendimento por Agenda 21

2004



2005



7.6 Análise dos dados do 7º Distrito

O sétimo distrito da colônia de Pelotas, denominado Quilombo, possui 2.854 habitantes, de acordo com o IBGE 2005, sendo que para pesquisa foram entrevistadas 25 pessoas, com faixa etária variada entre 15 a 64 anos, com escolaridade de ensino fundamental incompleto a ensino superior completo, destacando-se pessoas com o ensino médio completo.

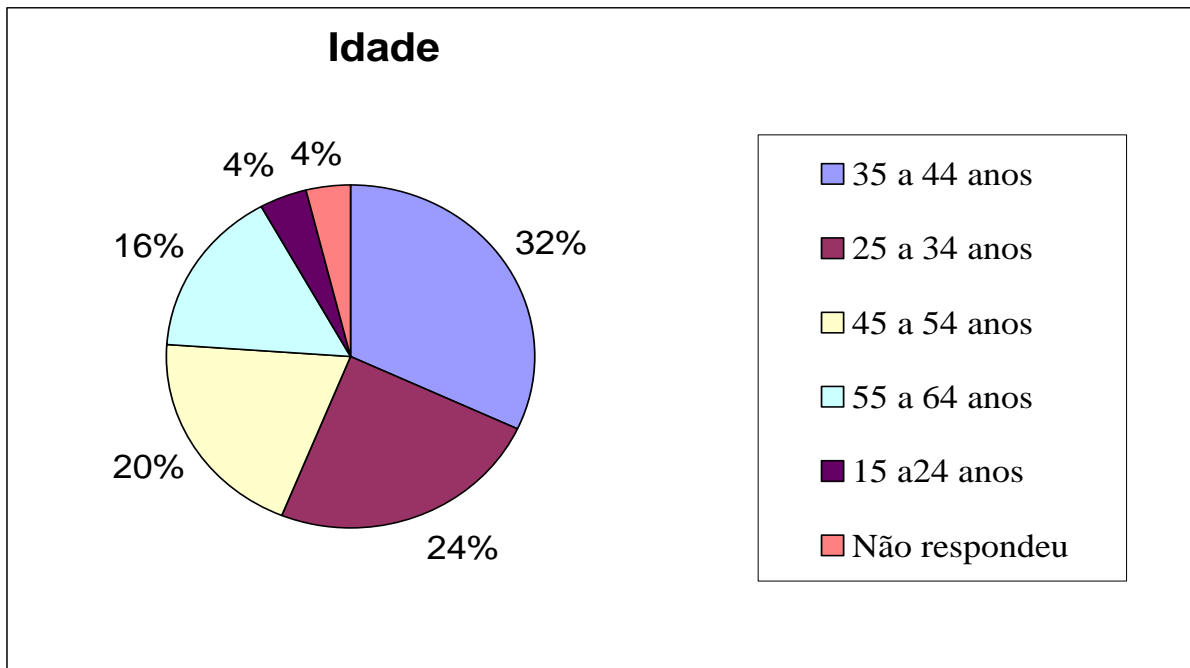
Destacam-se como profissões desta região funcionário público, agricultor, empregado com carteira assinada e profissional liberal, também se percebeu um número significativo de estudantes e aposentados.

A maioria tem como profissão cargos de funcionário público, pois as características urbanas da região, como o posto de saúde, a sede da sub-prefeitura e escolas municipais e estaduais de ensino fundamental e médio completo geram inúmeros empregos e faz com que poucas pessoas não se dediquem exclusivamente à agricultura. Entre os profissionais liberais estão os donos de estabelecimentos comerciais como oficinas mecânicas, mercados, açougues, entre outros.

Quanto à moradia a maioria possui casas próprias, abastecidas por água de cacimba, com rede elétrica, rede de esgoto, banheiro e coleta de lixo. As famílias são constituídas de quatro a seis pessoas, com a renda familiar de dois salários mínimos.

Gráfico 22: Idade

2004



2005

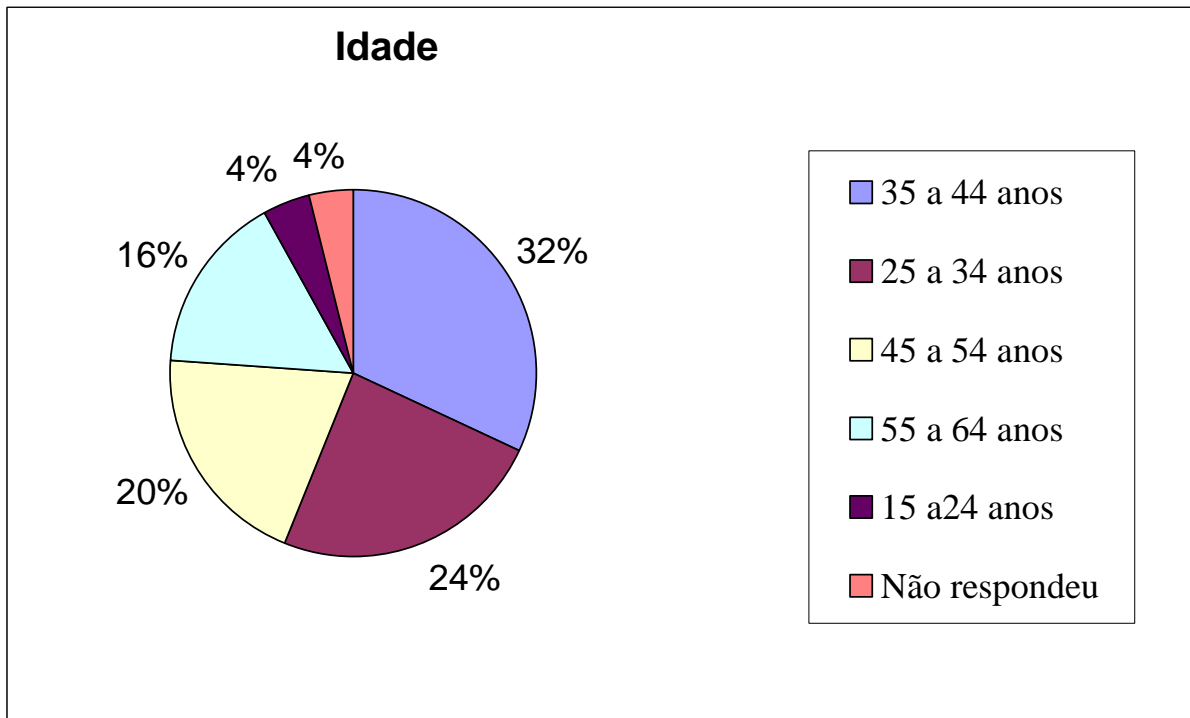
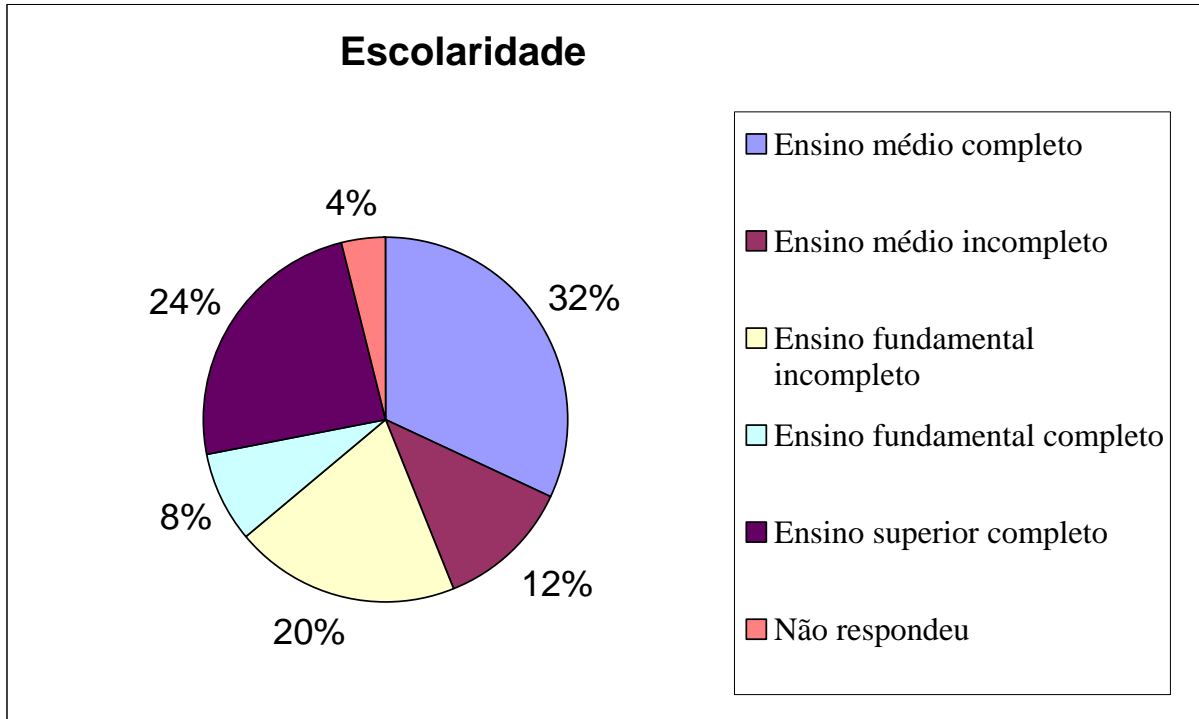


Gráfico 23: Escolaridade

2004



2005

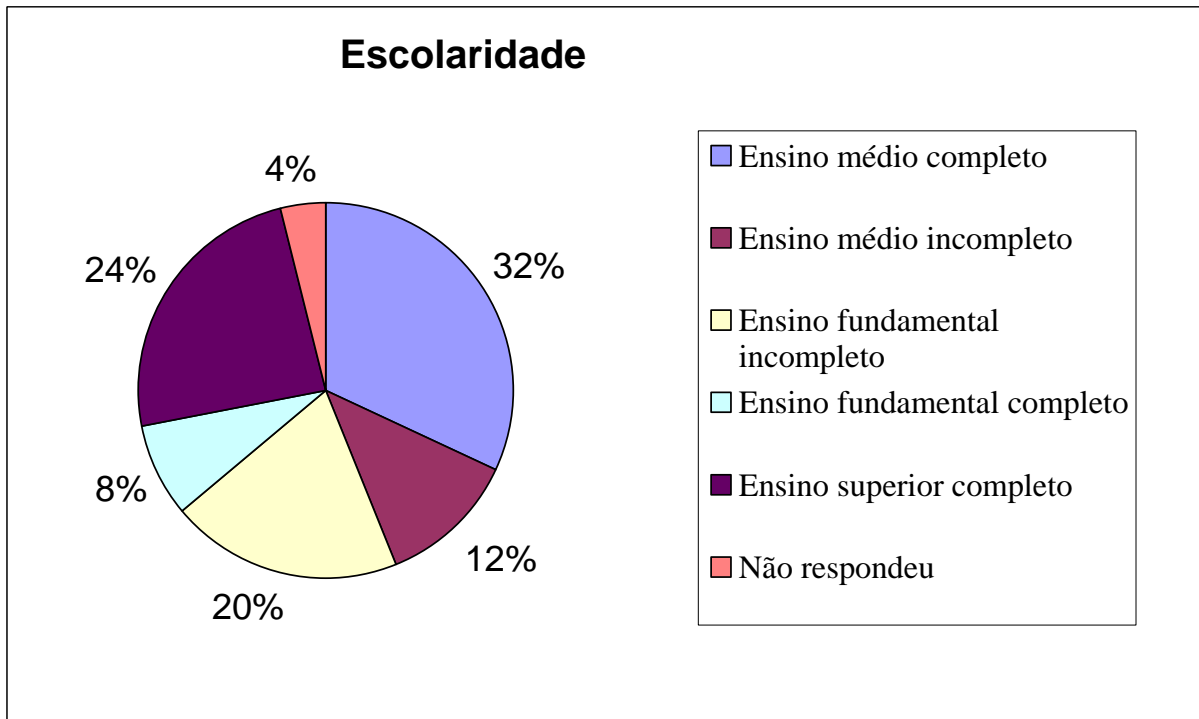
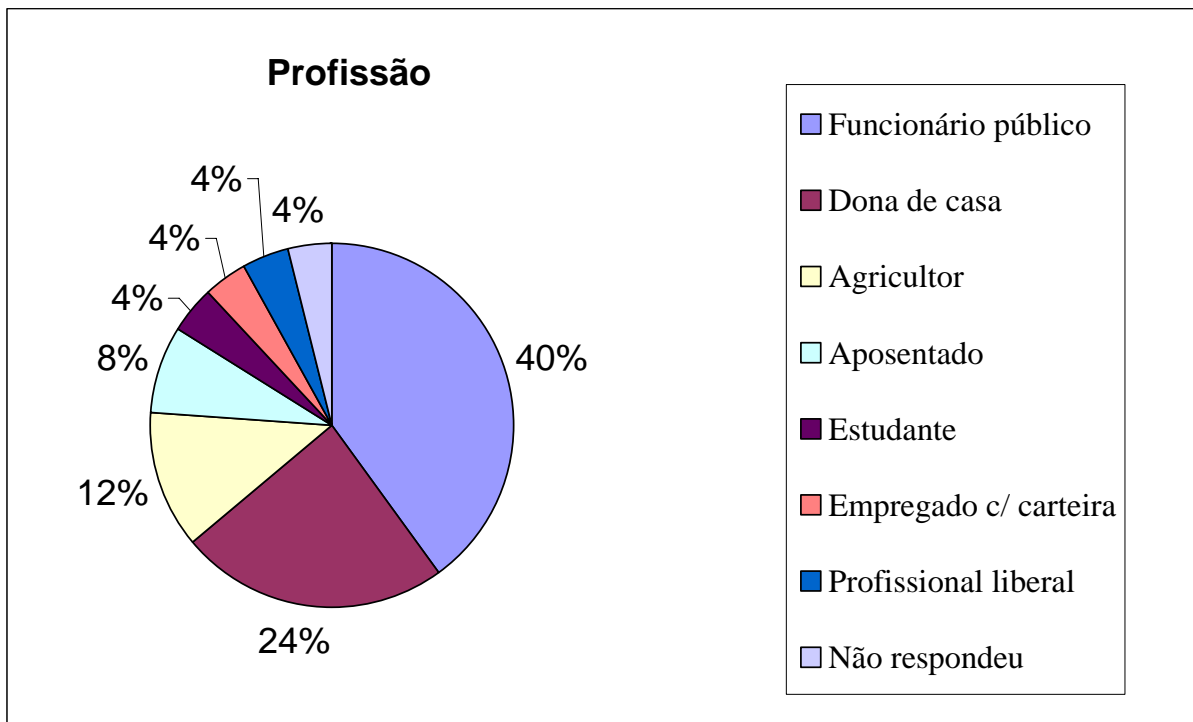


Gráfico 24: Profissão

2004



2005

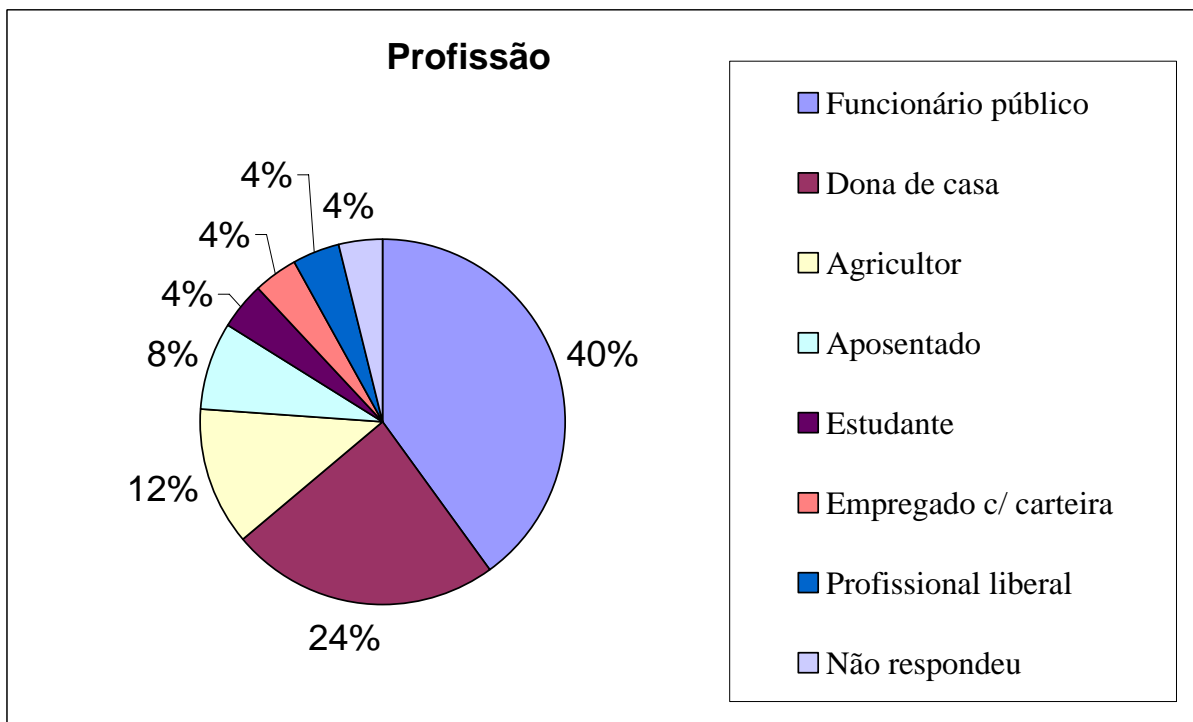
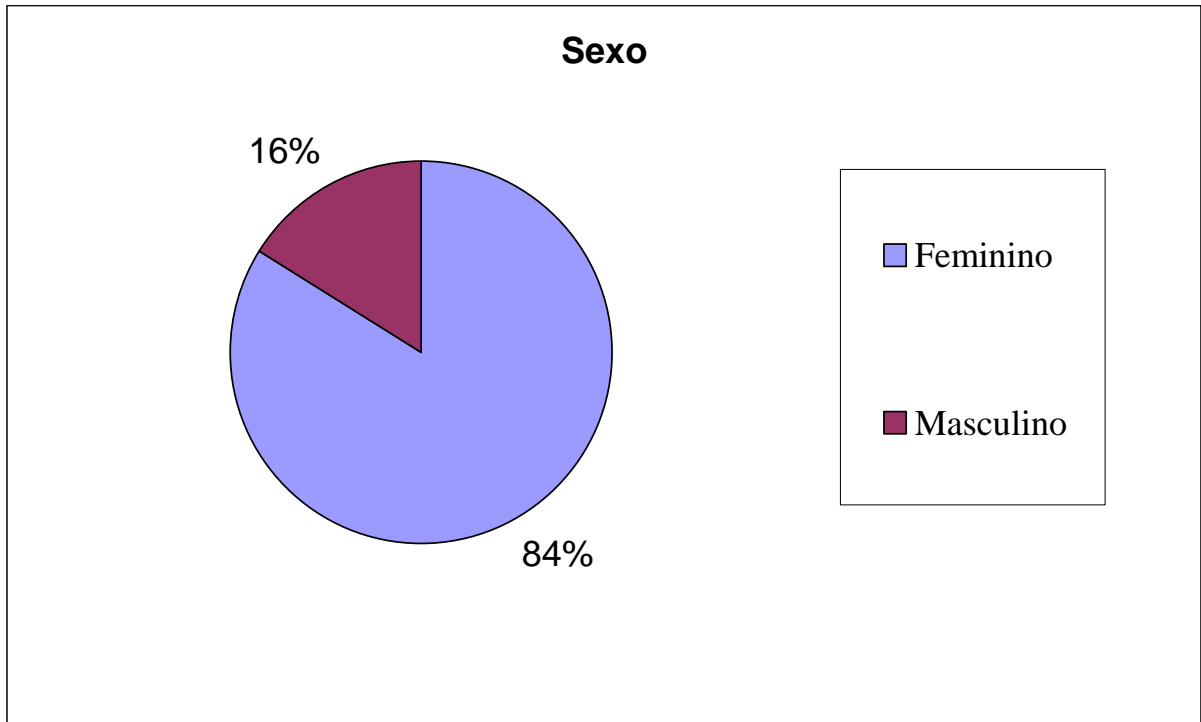


Gráfico 25: Sexo

2004



2005

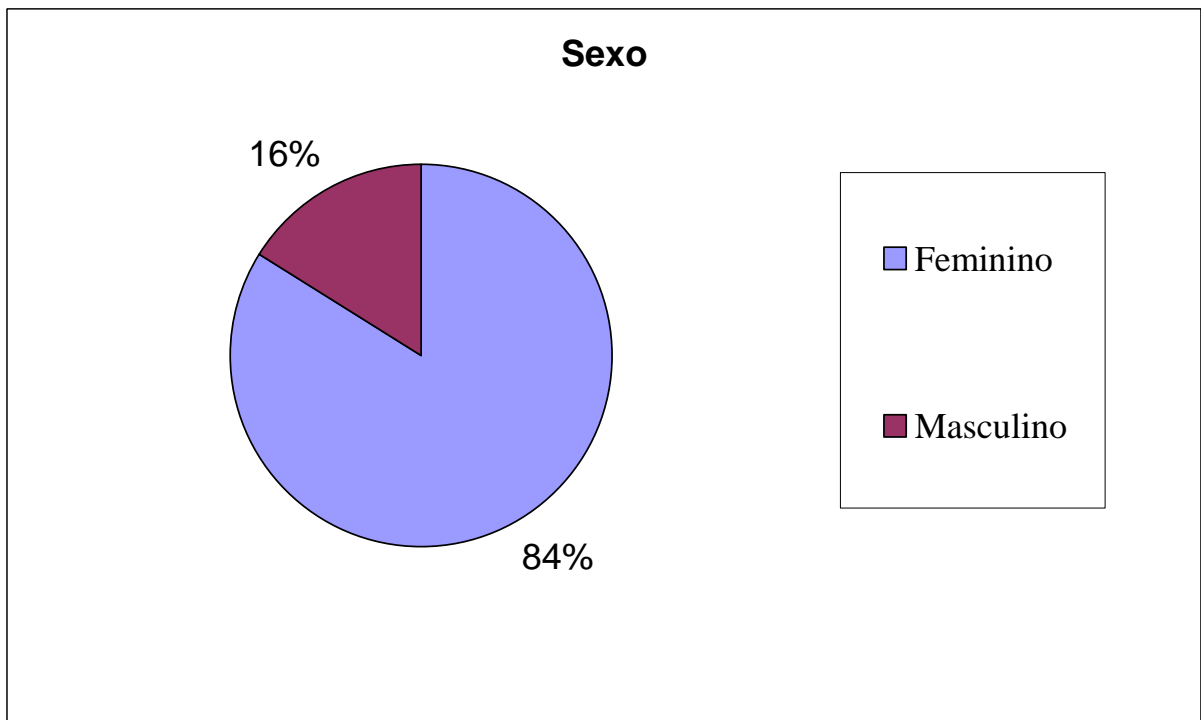
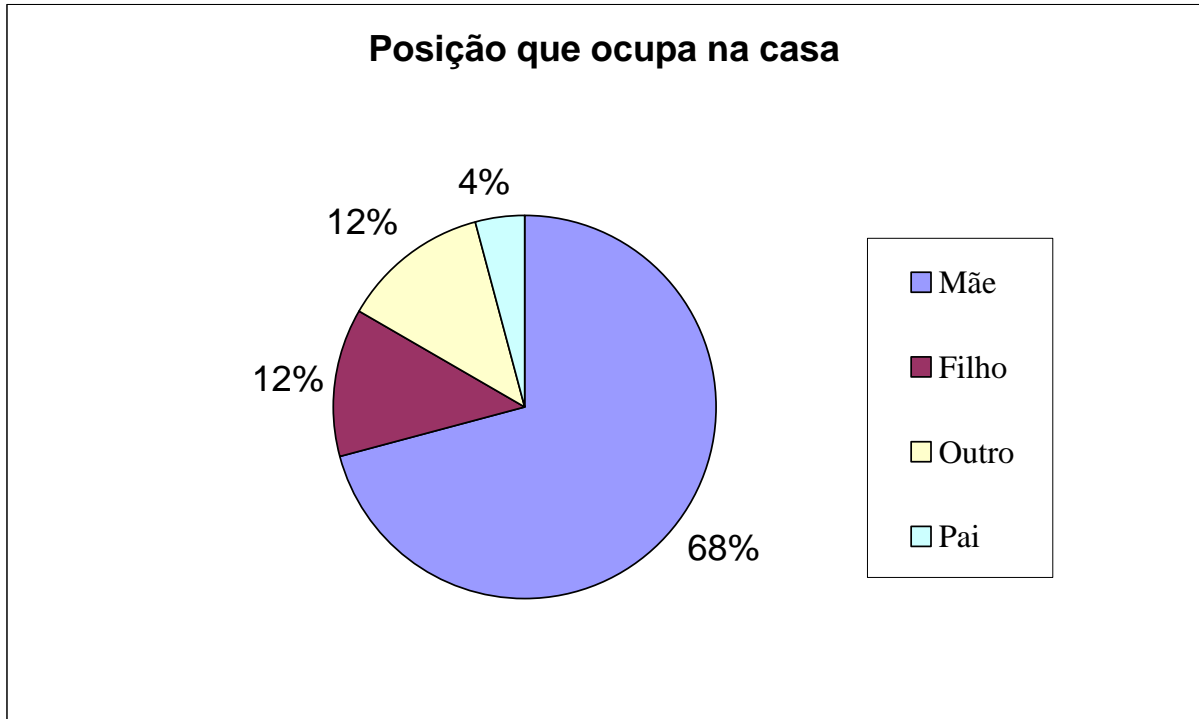


Gráfico 26: Posição que ocupa na casa

2004



2005

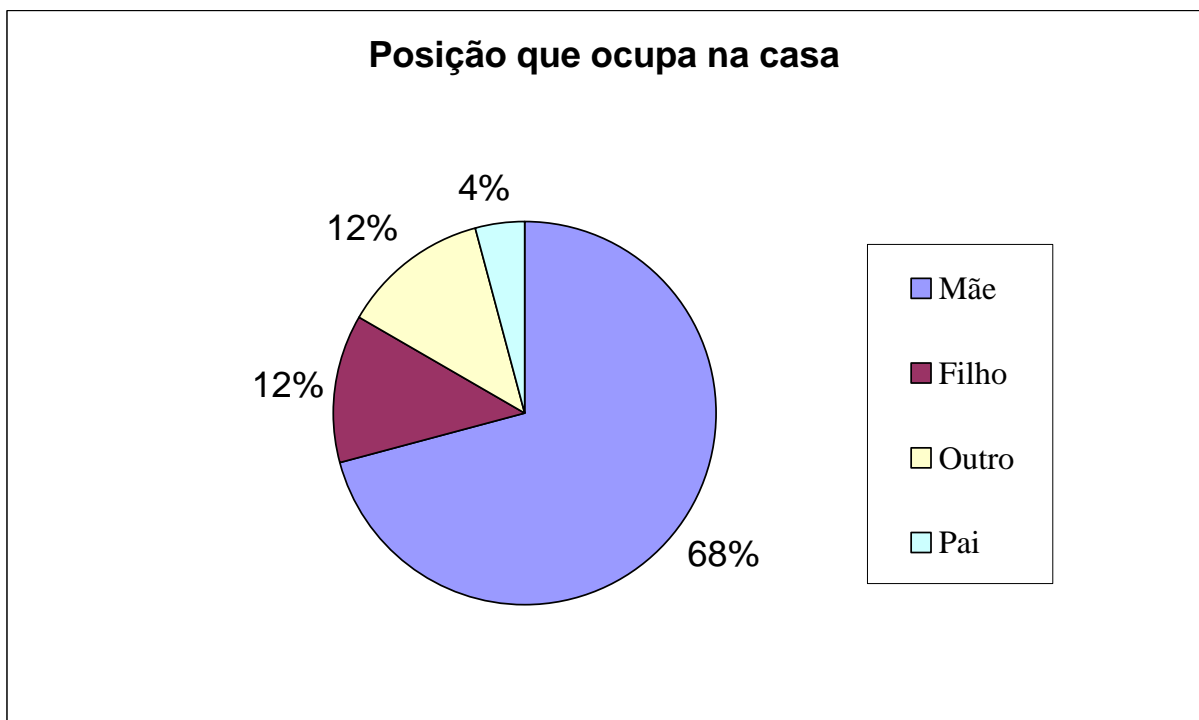
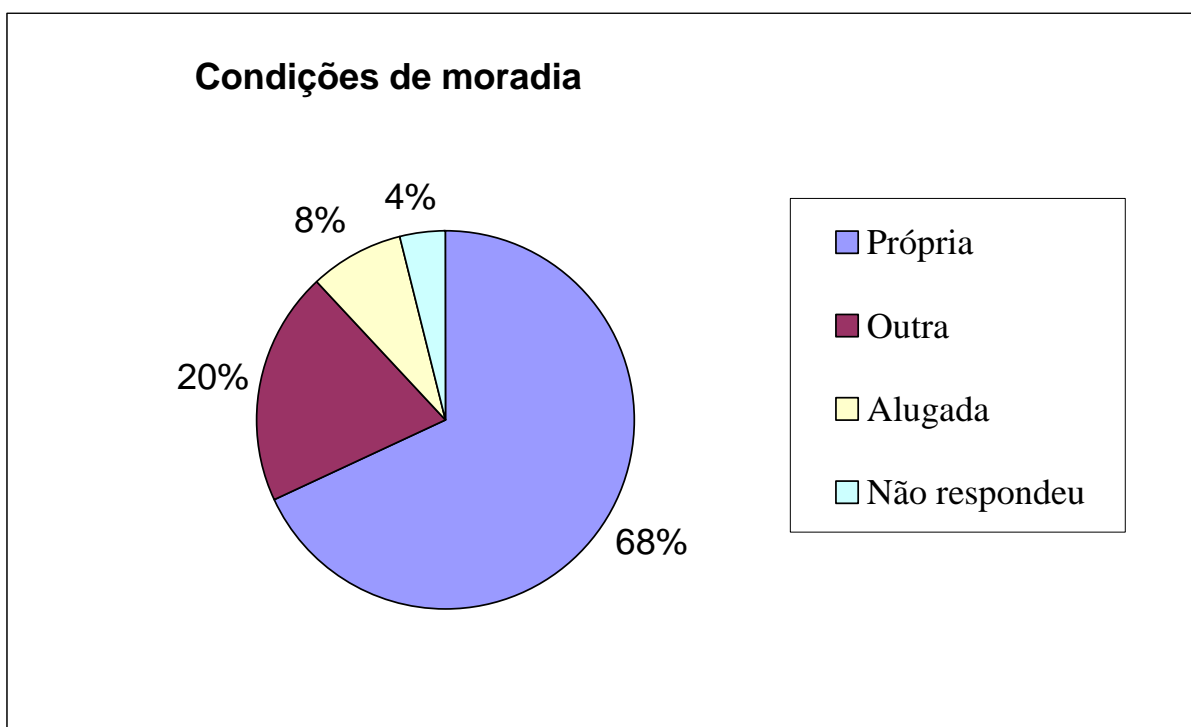


Gráfico 27: Condições de moradia

2004



2005

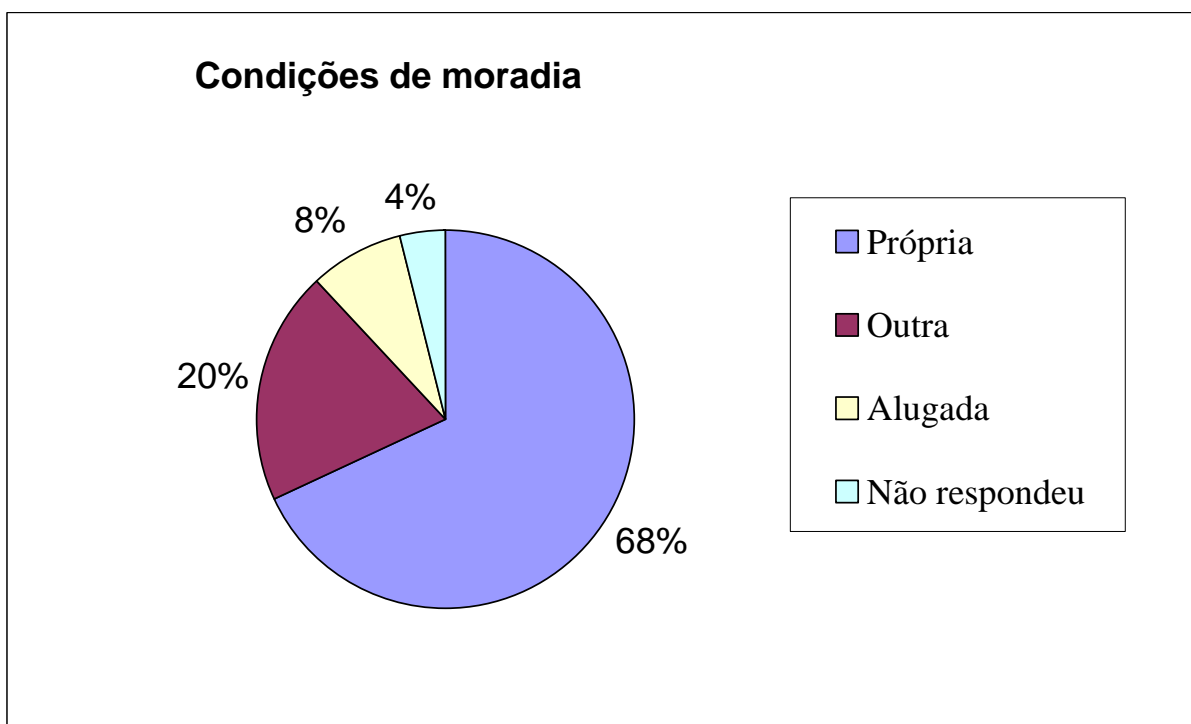
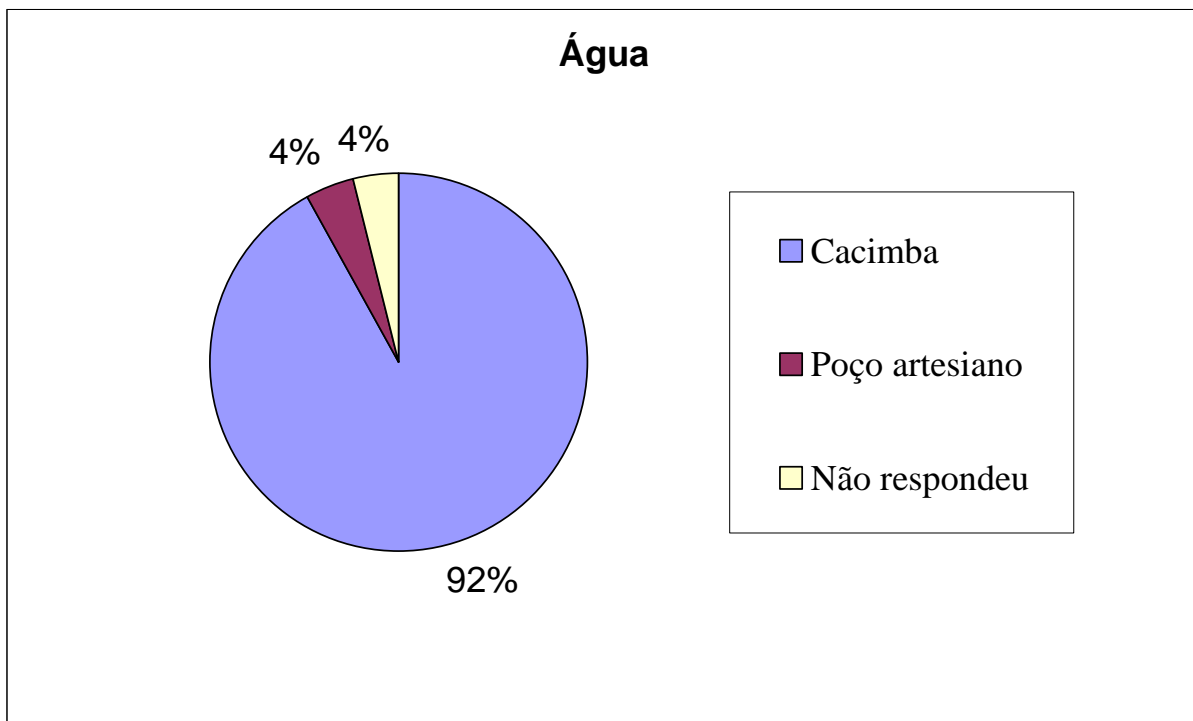


Gráfico 28: Água

2004



2005

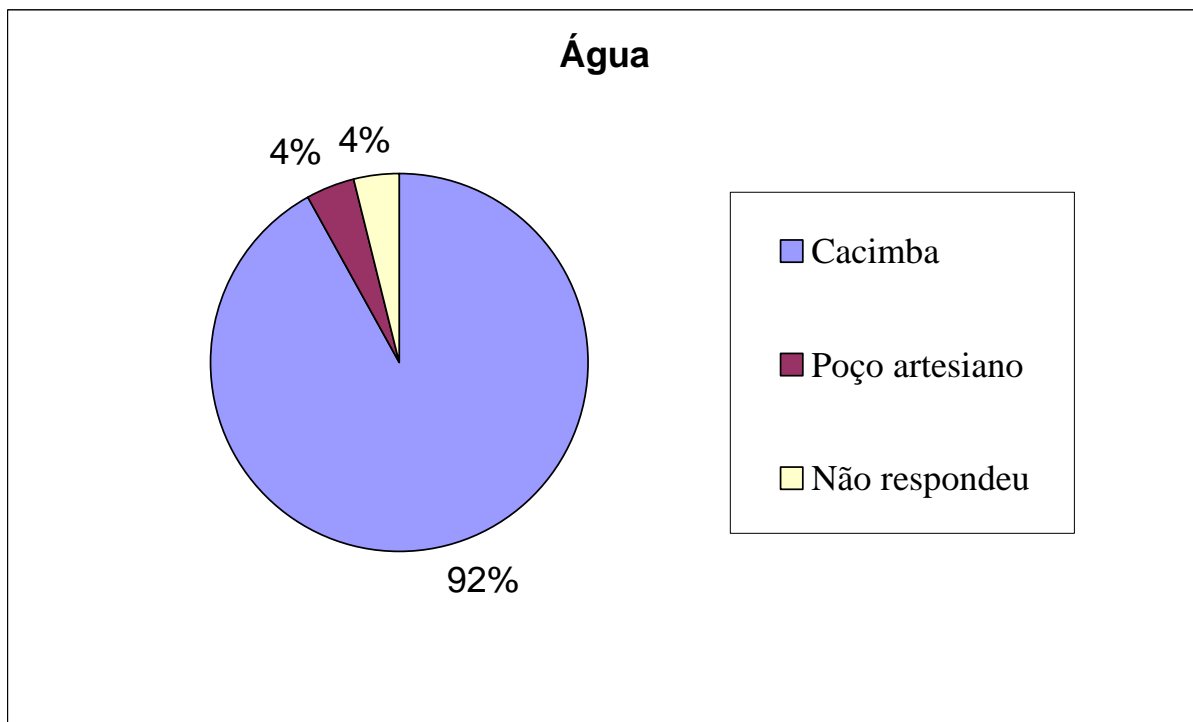
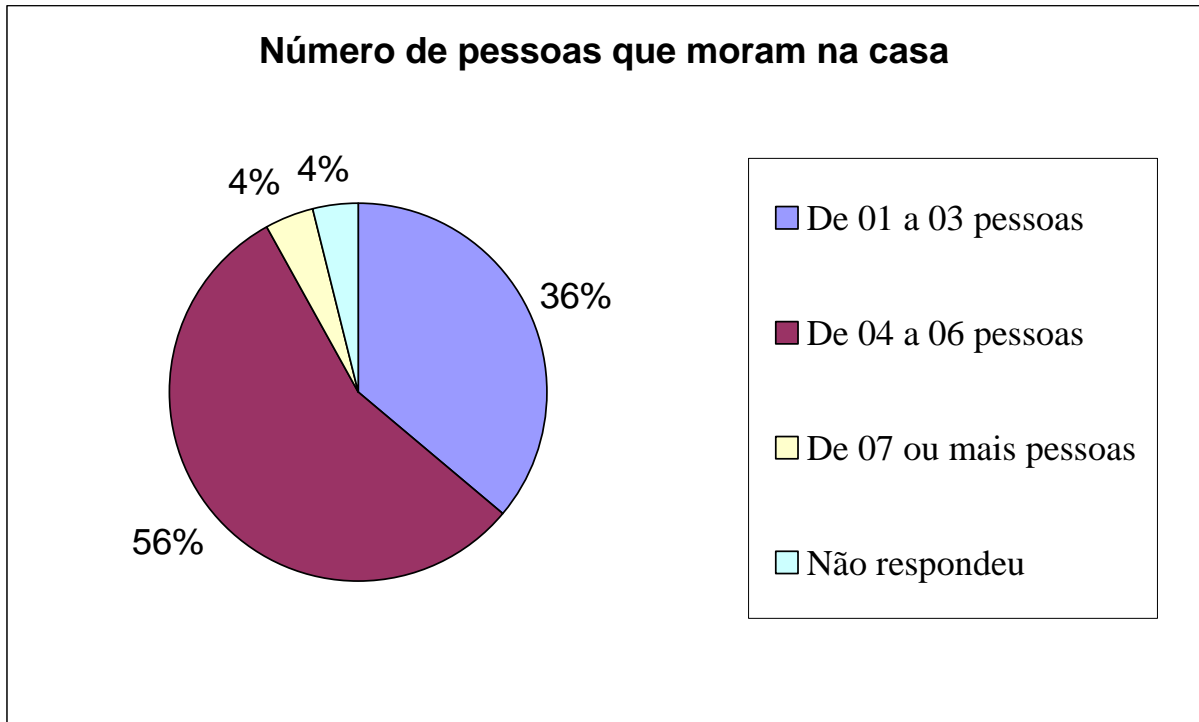


Gráfico 29: Número de pessoas que moram na casa

2004



2005

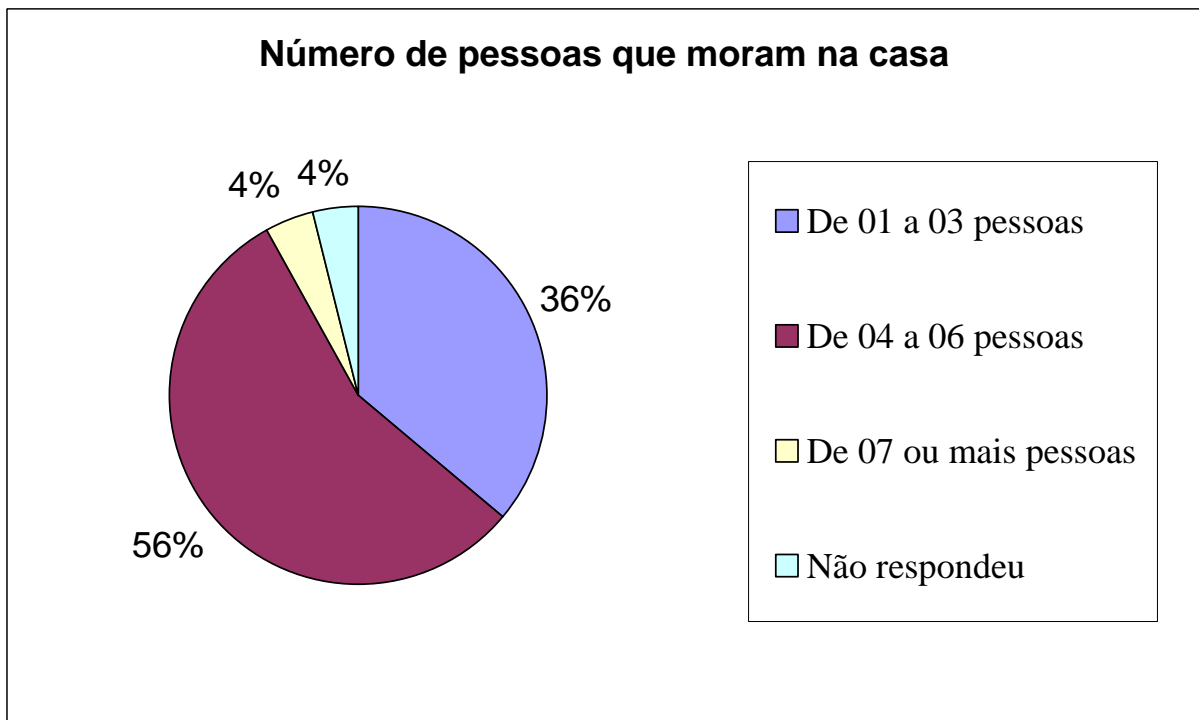
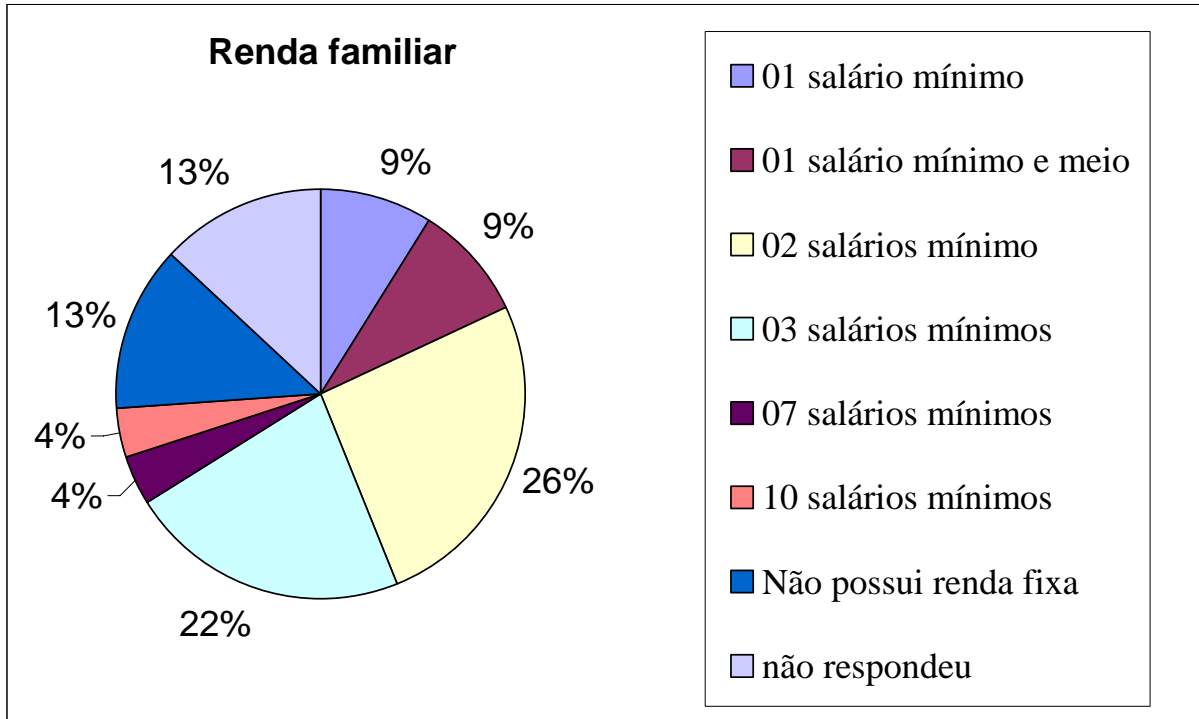
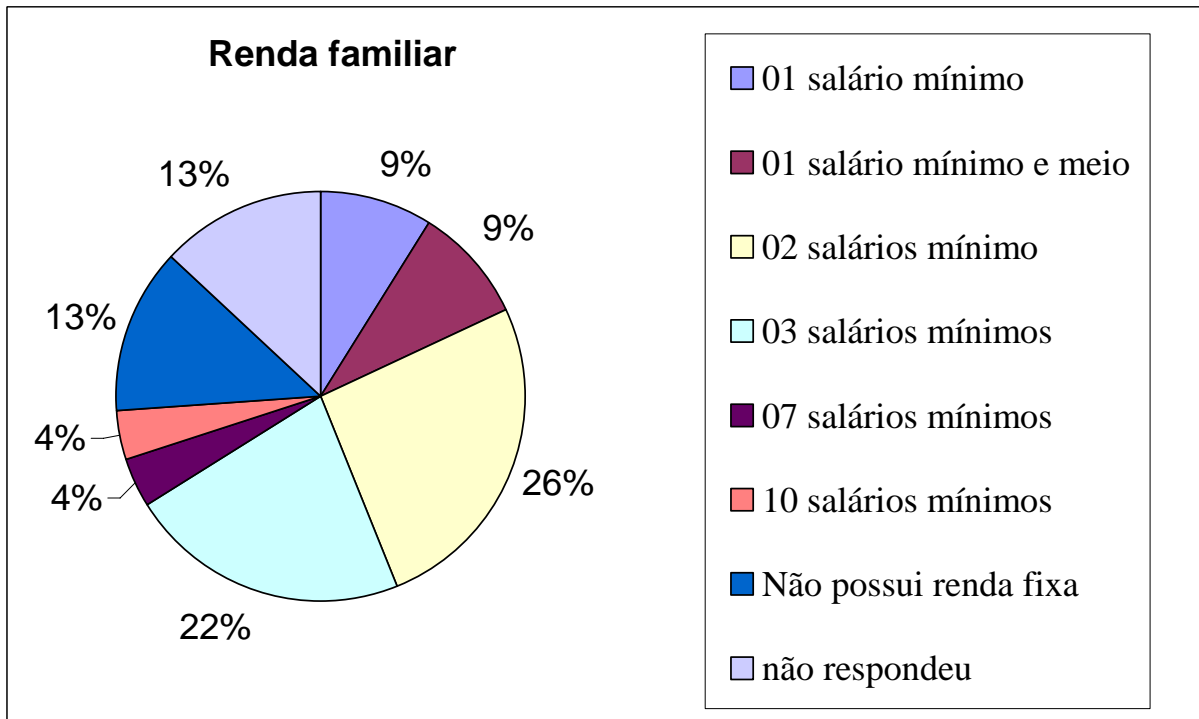


Gráfico 30: Renda familiar

2004



2005



Os problemas enfrentados pela comunidade são vários como a falta de emprego assalariado, as postos de saúde não dão o atendimento necessário, falta medicação e especialistas. Não existe orientação para o uso dos agrotóxicos e a água utilizada sendo a maioria de cacimba é um problema em época de estiagem, precisa ter poços artesianos comunitários ou água potável. As estradas estão em péssimas condições de trafegabilidade, causando prejuízo aos donos dos transportes, sendo estes transferidos para os usuários.

Perguntas realizadas através das entrevistas de (2004 e 2005), para duas moradoras do mesmo distrito. Quais os problemas enfrentados pela comunidade que tenha que melhorar para garantir uma melhor qualidade de vida?

Sra. Cleunice V. Radmann, (primeira entrevista-2004).

Organização, trabalho, comunitário, união, trabalho remunerado, empregos, esporte, melhoria em postos de saúde, etc.

Sra. Idercinda M. da Silva, (segunda entrevista-2005).

Mais remédio nos postos de saúde, médico todos os dias de manhã e de tarde, dentista assíduo no trabalho e se possível que as fábricas que estão fechadas que sejam usadas para algum tipo de atividade ou, emprego para as pessoas que precisam assinar carteiras que são muitas as pessoas que não assinam mais carteira e que não tem nem uma perspectiva de vida para o futuro, como se aposentarem este é o maior problema que eu acho.

Há falta de capacitação para geração de renda, principalmente as mulheres agricultoras precisam de uma renda extra para ajudar no sustento da família. A educação está carente de currículos específicos para atenderem as necessidades e a realidade da zona rural, os alunos precisam ter mais motivação e os professores reconhecimento e incentivo do poder público municipal.

A monocultura é um problema de toda a colônia de Pelotas, com os incentivos para o plantio do fumo, os agricultores estão deixando de ter hortas e culturas diversificadas, para

serem fumageiros, cada vez mais, se verifica construções de estufas para a secagem do fumo e a grande quantidade de agrotóxicos, iludidos pelo lucro imediato a maioria dos agricultores, estão se dedicando somente a monocultura do fumo.

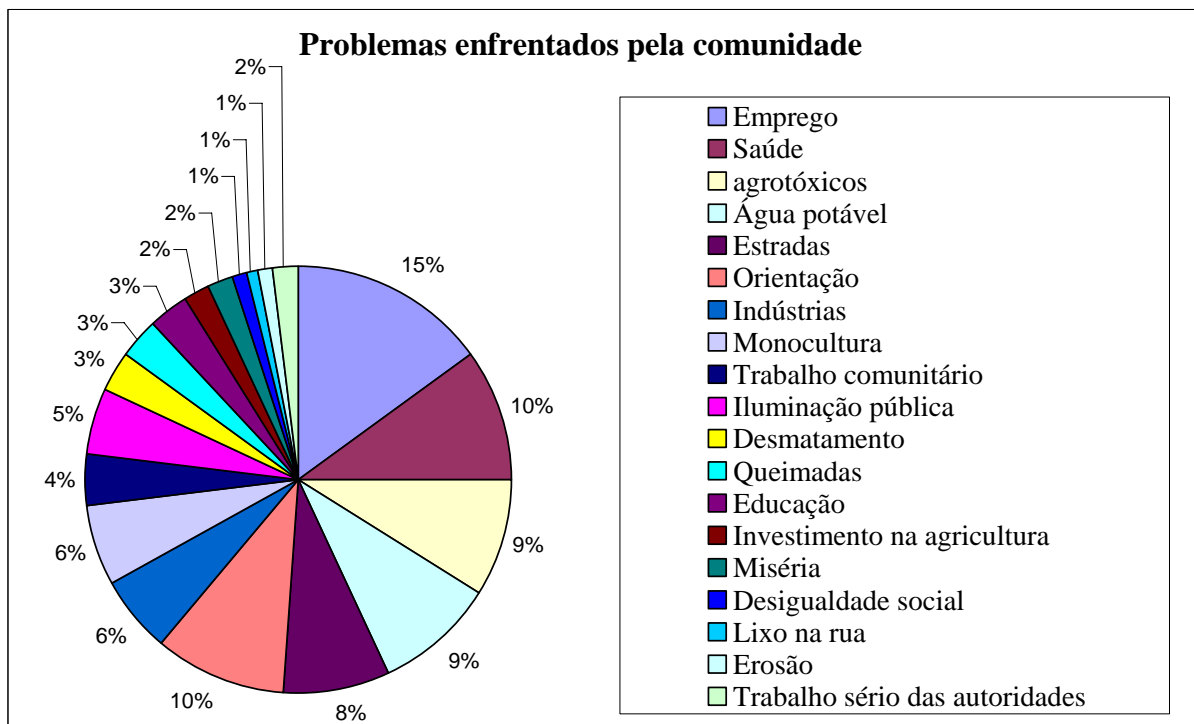
Aparecem ainda como problemas, o desmatamento, a falta de incentivo para que os agricultores permaneçam cultivando a terra, o desinteresse do poder público com a colônia é visto em todos os distritos, a colônia está se tornando cada vez mais pobre, e os trabalhadores deixando suas culturas para criar alternativas diferenciadas para livrá-los das dívidas, que cada vez mais os torna empobrecidos.

Há falta de segurança, enfrentam problemas de roubos, muitos estão sendo saqueados e seus animais sacrificados, verifica-se todas as semanas nos jornais da cidade, os furtos e o vandalismo na colônia, gerando uma insegurança nos moradores da zona rural. Muitos são os apelos, mas poucos são ouvidos e muitas vezes esquecidos pela comunidade urbana e autoridades locais, sendo lembrados tão somente em época de eleições.

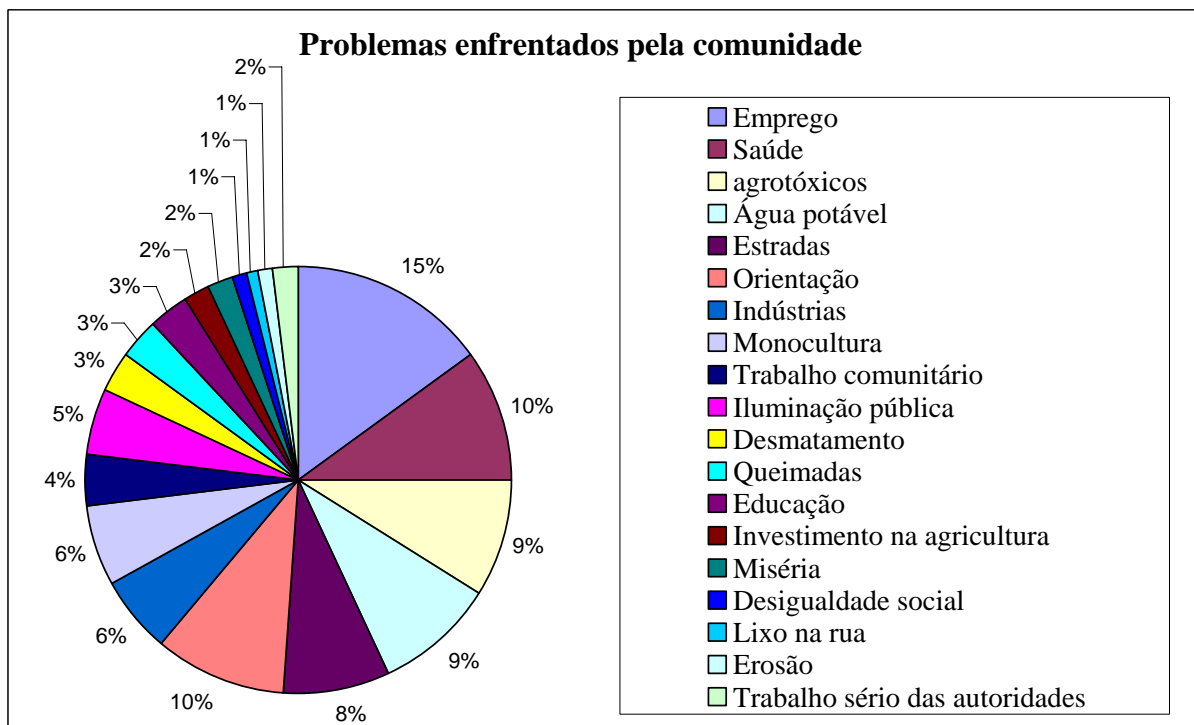
O lixo já se tornou um dos grandes problemas também na zona rural, o reciclável está sendo jogado nas nascentes dos rios, quando enterrados geram problemas aos lençóis freáticos e queimados causando poluição na atmosfera, falta orientação para a comunidade e uma coleta seletiva de lixo, um galpão de triagem em cada distrito. O orgânico na maioria das casas são usados como composto, nas hortas caseiras e ou nos jardins, mas o reaproveitamento e a reciclagem do lixo ainda precisam ser tratados com seriedade pela população.

Gráfico 31: Problemas enfrentados pela comunidade, 2004 e 2005

2004



2005

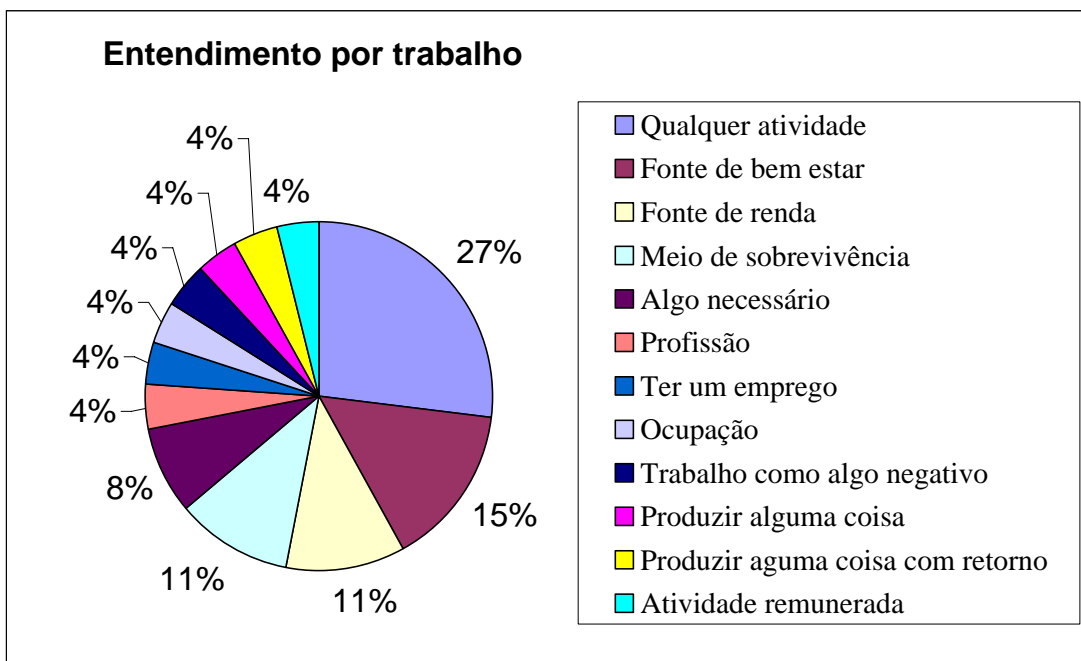


7.7 Análise dos Valores

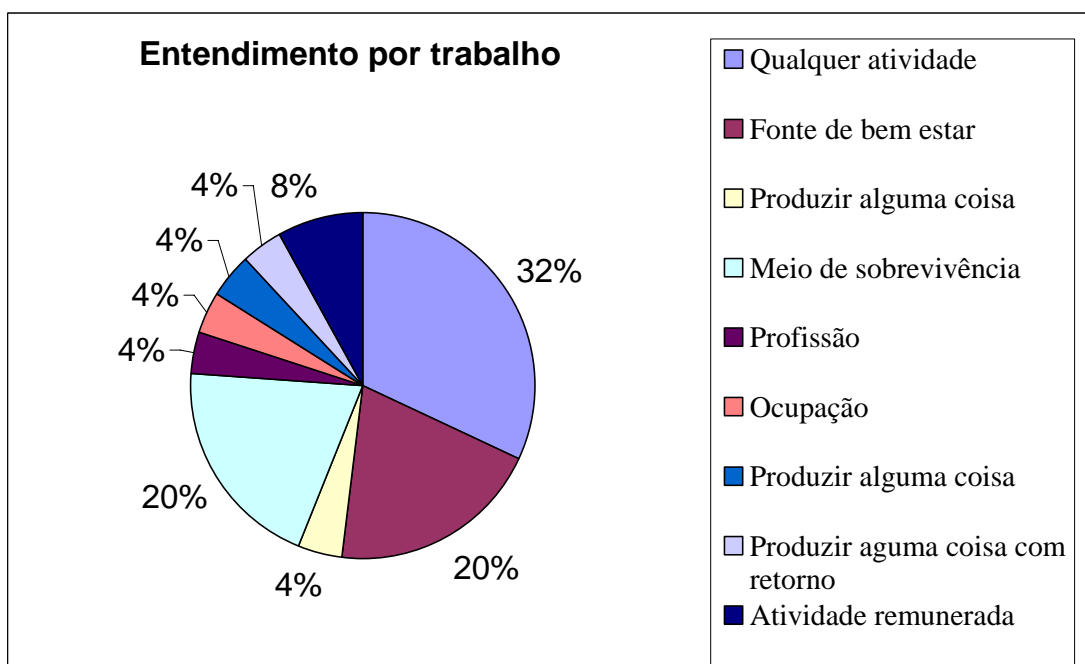
Com relação ao tema trabalho a população se encontra dividida, pois 52% acreditam estar faltando trabalhando no distrito e 48% acreditam que não esta faltando. A maioria define-se trabalho como qualquer atividade.

Gráfico 32: Entendimento por trabalho

2004



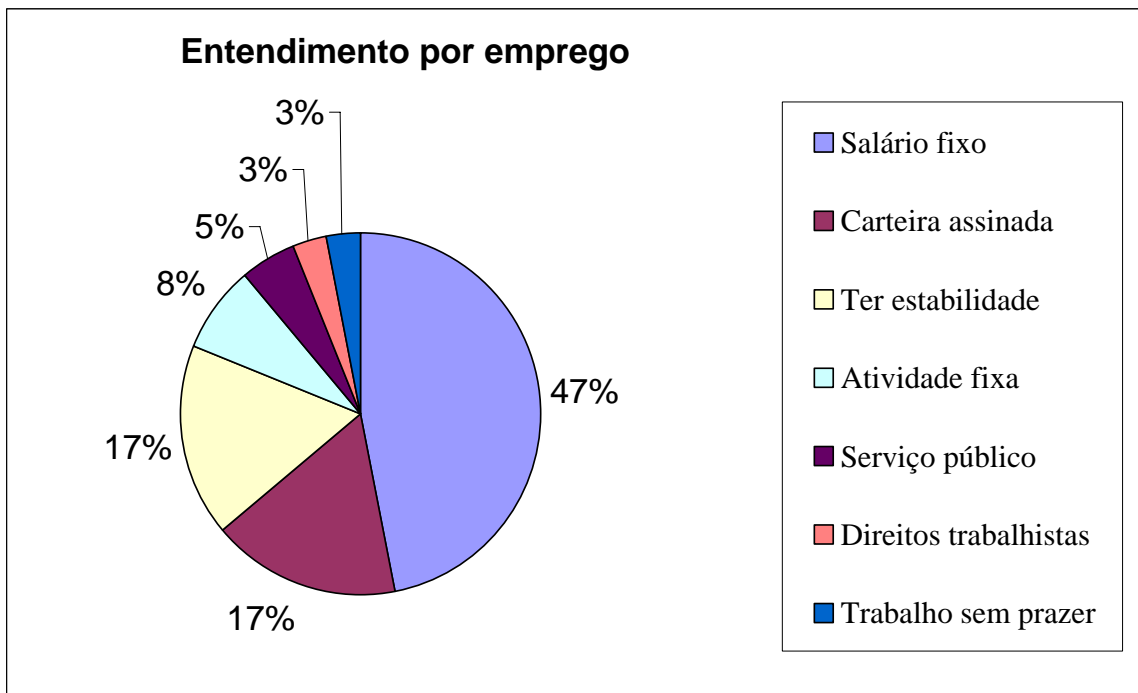
2005



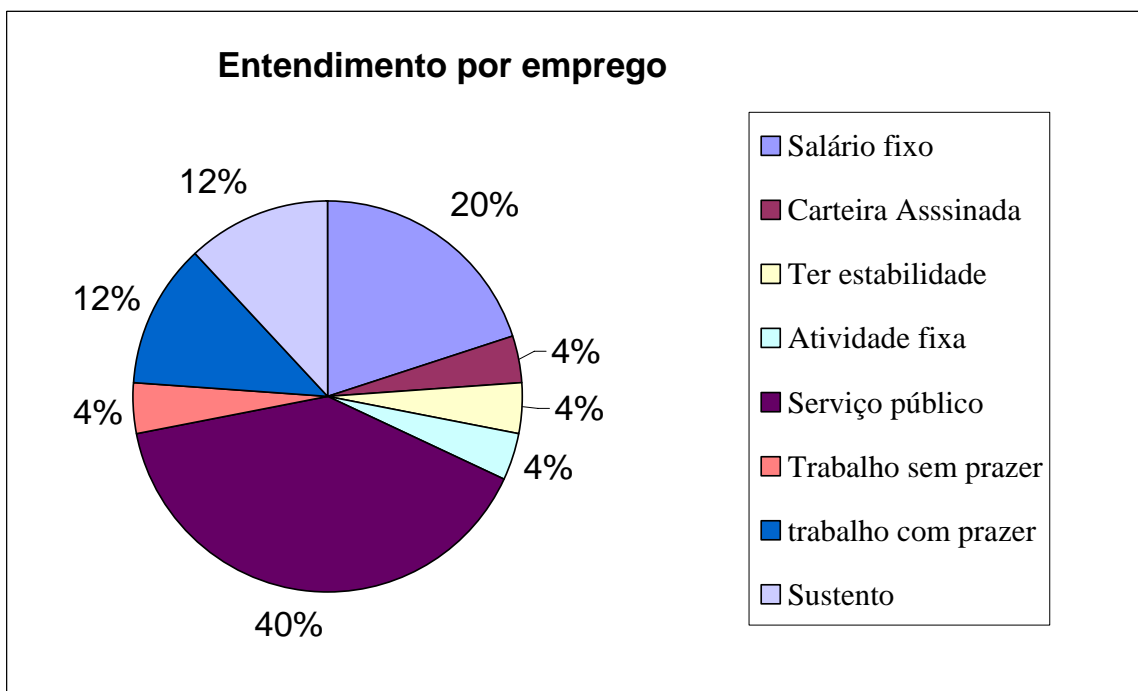
Na definição de emprego encontra-se o salário fixo, carteira assinada, estabilidade e direitos trabalhistas, necessidade da maioria da população. Entre os entrevistados 96% da população apontou a falta de emprego na localidade.

Gráfico 33: Entendimento por emprego

2004



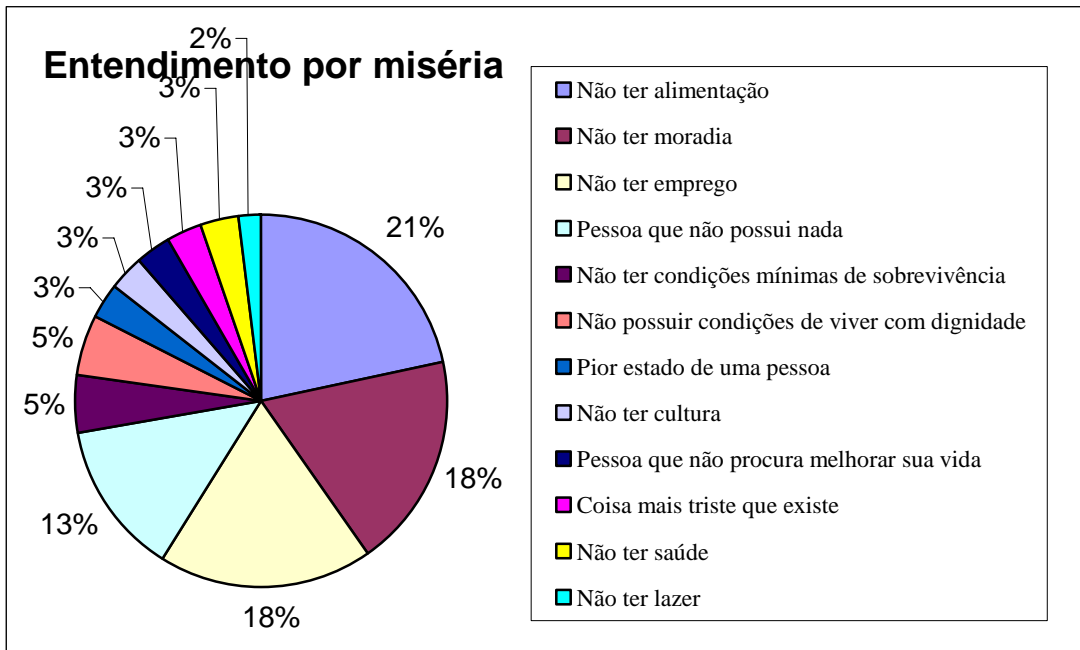
2005



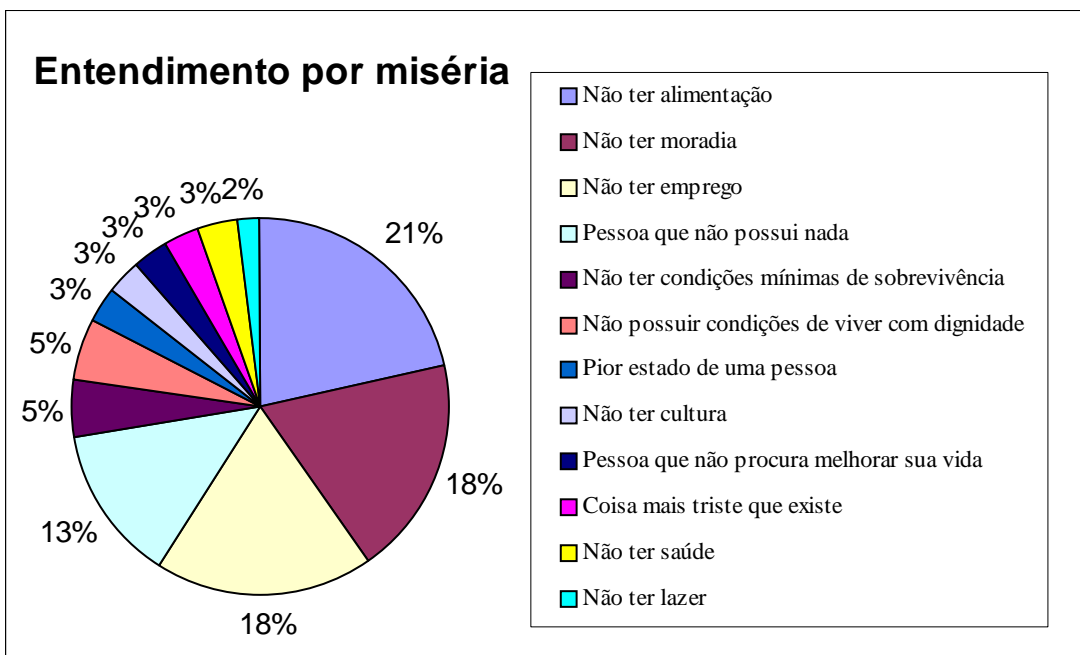
Problemas de miséria, desigualdade e fome, 60% dos entrevistados apontam estes problemas no distrito. Caracteriza-se miséria como a falta de moradia, alimentação, emprego, dignidade, saúde, lazer e cultura.

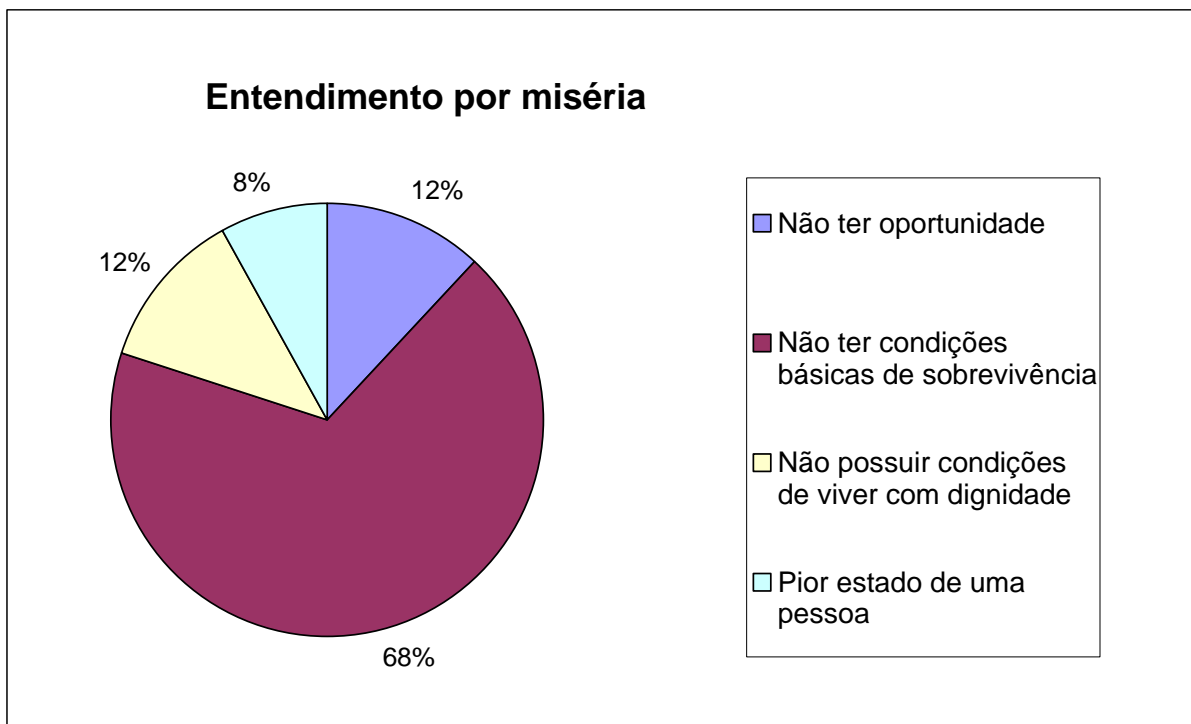
Gráfico 34: Entendimento por miséria

2004



2005





Para combater a miséria a maioria dos entrevistados ajuda na medida do possível, oferece trabalho e arrecada alimentos. A comunidade se organizou em cooperativas e associações como a igreja, grupo de produtores ecológicos, sindicato rural, grupo da terceira idade, a organização em grupos se faz pela necessidade de discutir coletivamente os problemas enfrentados pela comunidade, unindo os moradores e desenvolvendo ações conjuntas.

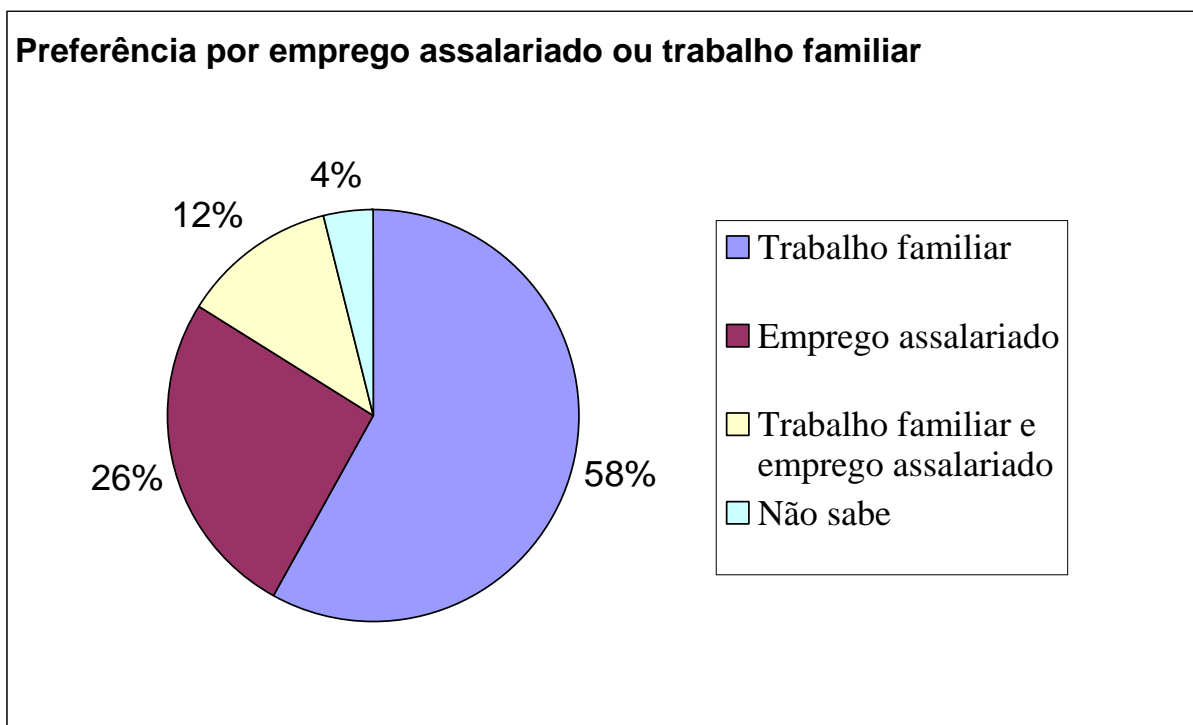
O distrito conta com o desenvolvimento de alguns cursos de capacitação e geração de renda como teatro, cooperativa de doces, pintura em tecido, escola-indústria, feira ecológica, movimento de pequenos agricultores e núcleos de educação ambiental. As iniciativas são consideradas insuficientes e não atingem a maior parte da comunidade que tem interesse em participar e busca nestes espaços a oportunidade de novas aprendizagens, conhecimentos e formas alternativas para geração de renda.

Em relação ao planejamento familiar a maioria dos entrevistados apontou como inexistente políticas de planejamento familiar no distrito. A responsabilidade na prevenção de filhos é apontada como sendo do casal, sendo utilizados diversos métodos anticoncepcionais como pílulas, preservativo, laqueadura e vasectomia.

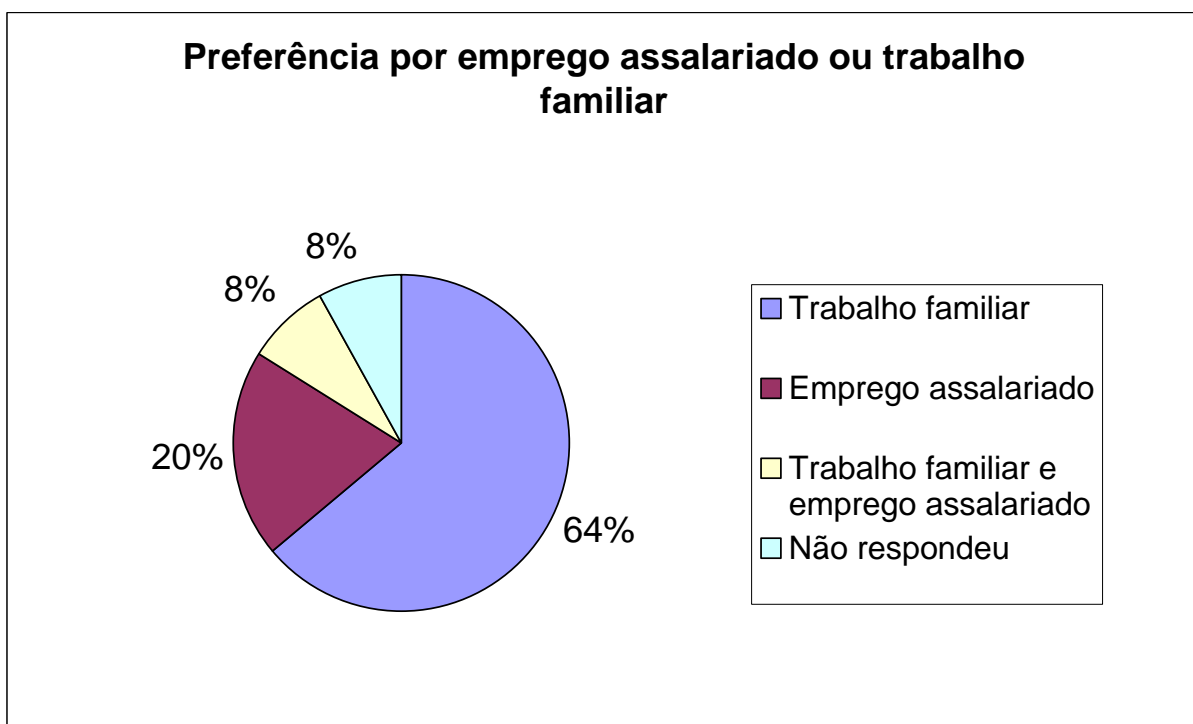
Quanto à preferência do emprego assalariado ao do trabalho familiar, demonstram dar mais importância ao trabalho familiar, nesta comunidade possui casas de comércio, posto de gasolina, fábrica de doce, produção e venda de vinhos, onde toda a família se envolve no trabalho, justificando o resultado da pesquisa.

Gráfico 35: Preferência por emprego assalariado ou trabalho familiar

2004



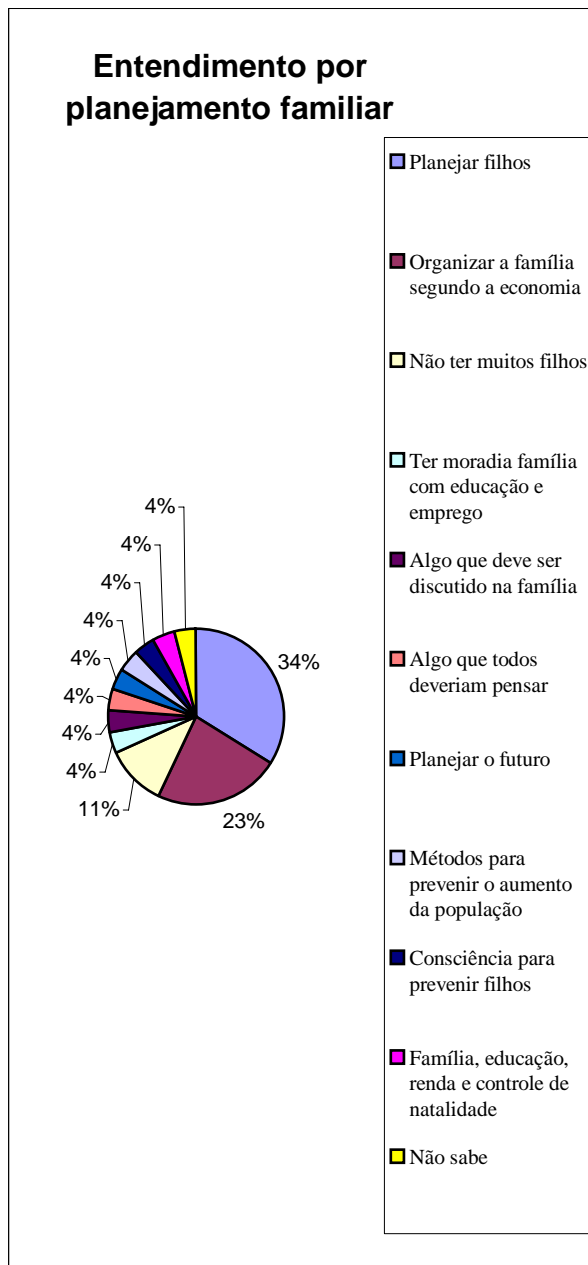
2005



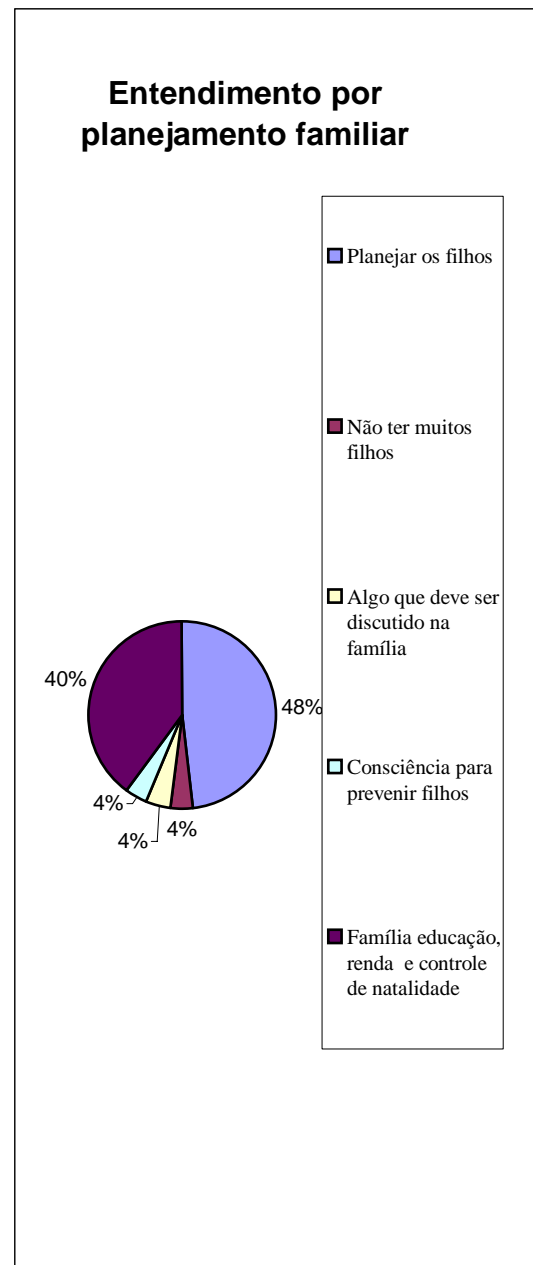
A comunidade entrevistada entende que o planejamento familiar é aquela onde a família planeja o número de filhos que quer ter, organizando-se para construir uma família e que as decisões são tomadas em conjunto de acordo com as condições sócio-econômicas do casal, acham também que é preciso ter estabilidade, segurança, como moradia, emprego, educação para o desenvolvimento de consciência da importância da prevenção de filhos e do controle da natalidade.

Gráfico 36: Entendimento por planejamento familiar

2004



2005



A população é disponível para participar de mutirões de limpeza através de ações como que vão desde a orientação das pessoas até a própria limpeza de terrenos, sangas e estradas. A população não concorda com a derrubada e queimada da mata a não ser nos casos específicos de plantio e construção desde que se preserve a mata nativa. Entre as causas apontadas para possível preservação das matas está a preocupação com o meio ambiente e a proibição do IBAMA.

Todos os entrevistados acreditam na importância da preservação do meio ambiente, pois através desta preservação garante-se a sobrevivência e o futuro da humanidade, evita o crescimento desordenado de algumas espécies e o desaparecimento de outras, necessidade de manter os recursos naturais como água e ar, entre outras.

As atitudes para preservação do meio ambiente estão no cuidado com o lixo, com a água, com os animais e com os rios, preservação das árvores, o não desperdício de energia e utilização controlada dos agrotóxicos.

Existem espaços na comunidade para discussão dos problemas entre eles destacam-se a conselho distrital, salão comunitário, galpão de eventos, conselho de moradores. A escola não é considerada como um local de efetiva participação na resolução dos problemas. Mesmo a comunidade reconhecendo que existem locais para discussão a maioria 68% da população não participa em nenhum destes locais.

A maioria, ou seja, 76%, não tem conhecimento do que é agenda 21, os que sabem esperam que ela desenvolva conscientização, orientação, projetos de reflorestamento, melhorias para o meio ambiente ajudando a melhorar as condições do distrito e a qualidade de vida das pessoas. Na segunda entrevista baixo para 52% o percentual dos que não sabem, tendo um aumento de 24%, isso se dá ao trabalho do Núcleo.

Ao perguntar a Sra. Ana Cristina N.I. Betemps, se ela sabia o que era Agenda 21 local e o que esperava desta Agenda, (primeira entrevista, 2004), respondeu:

Não sei o que é e não espero nada dela.

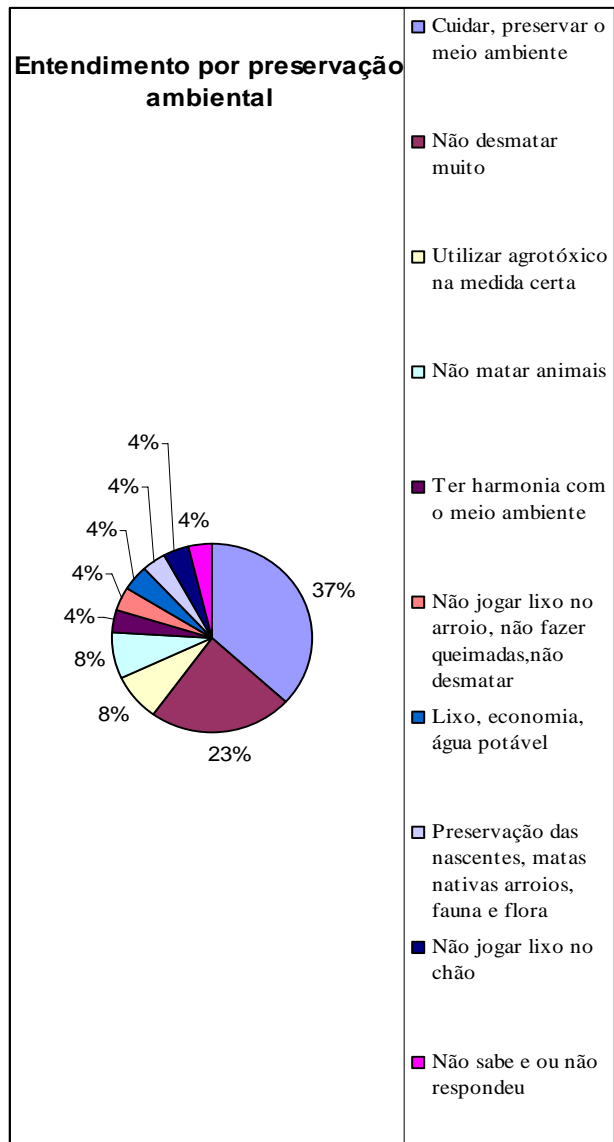
As mesmas perguntas foram feitas em (2005) e ela respondeu:

Sim, espero que nos ajude na solução dos problemas da comunidade e conscientizar para a preservação ambiental.

Após um ano de atuação do Núcleo junto à comunidade, a pesquisa mostra que houve uma mudança nos conhecimentos sobre Agenda 21, e o que ela representa as questões sócio-ambientais locais.

Gráfico 37: Entendimento por preservação ambiental

2004



2005

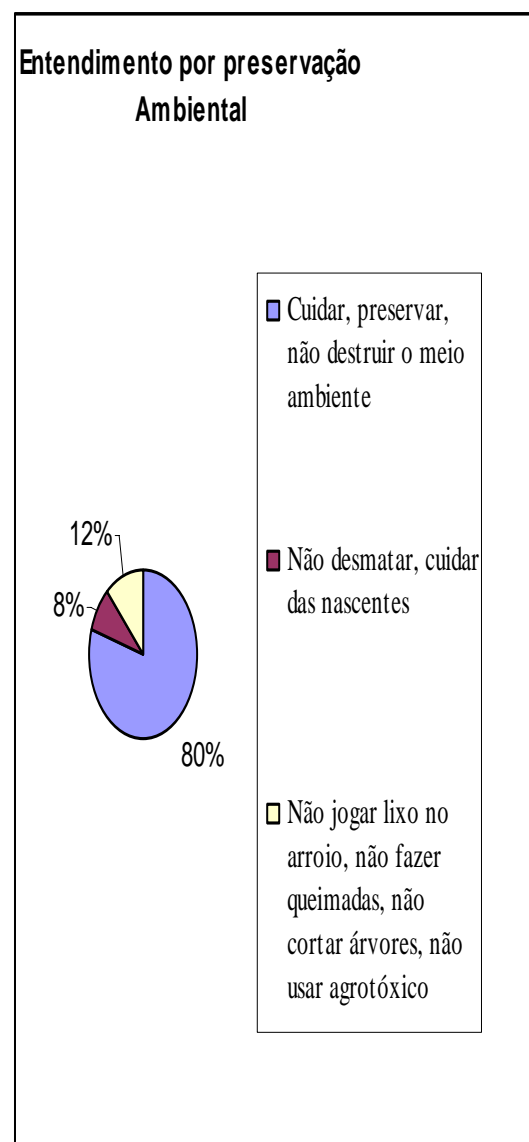
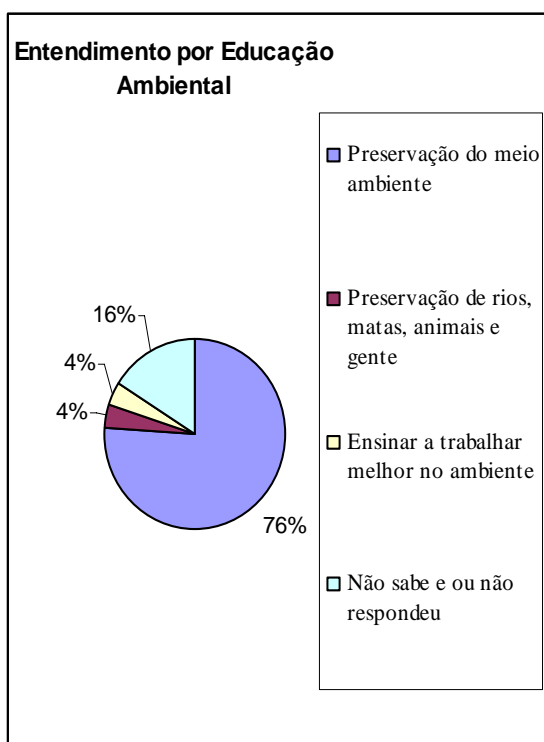


Gráfico 38: Entendimento por Educação Ambiental

2004



2005

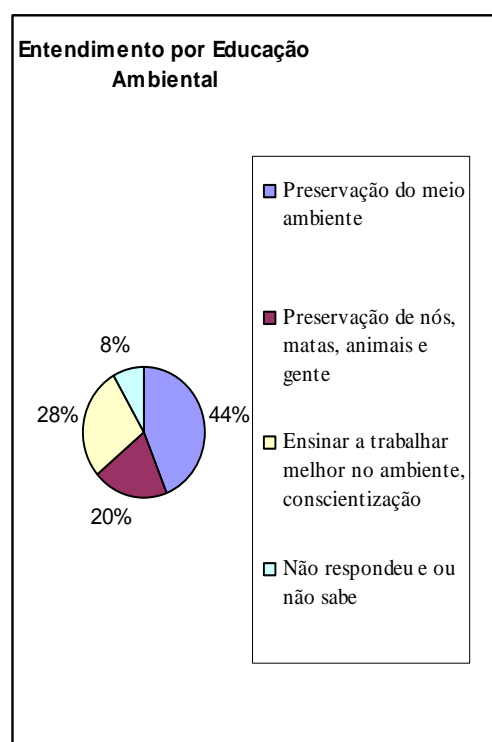
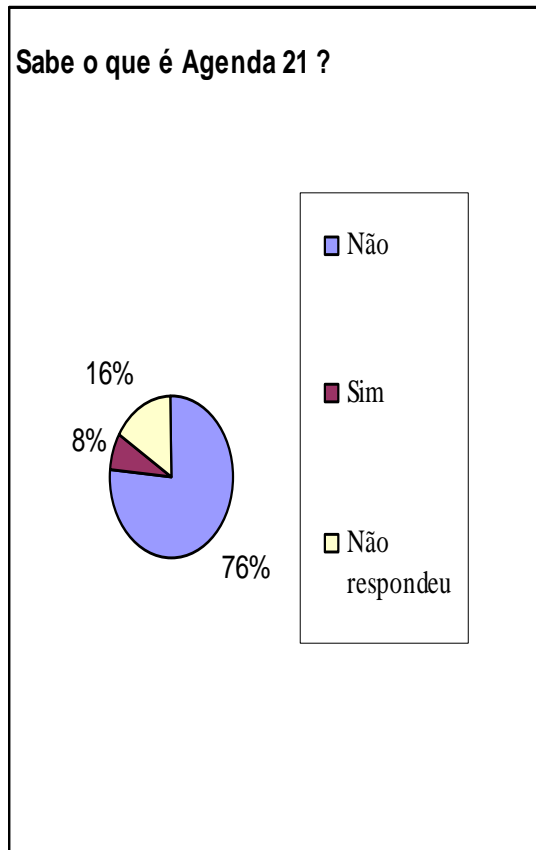


Gráfico 39: Sabe o que é Agenda 21?

2004



2005

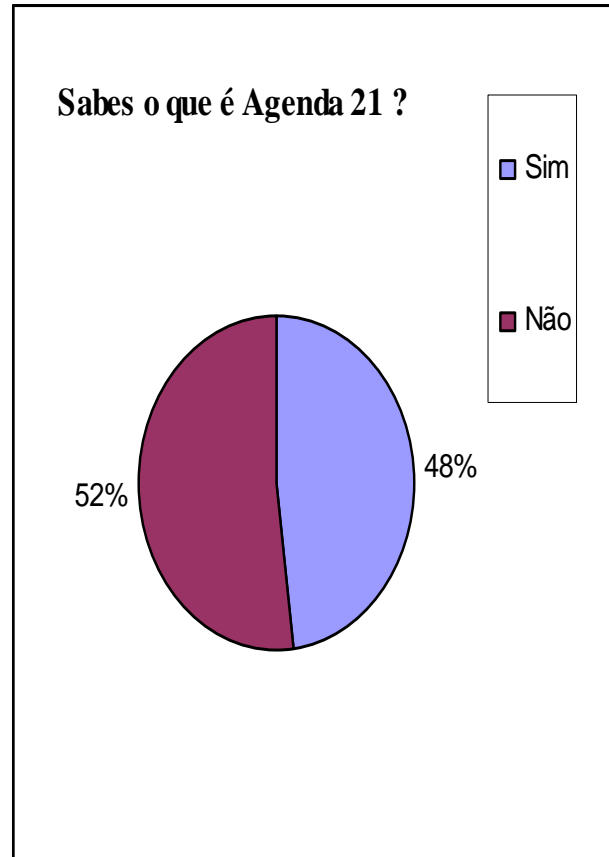
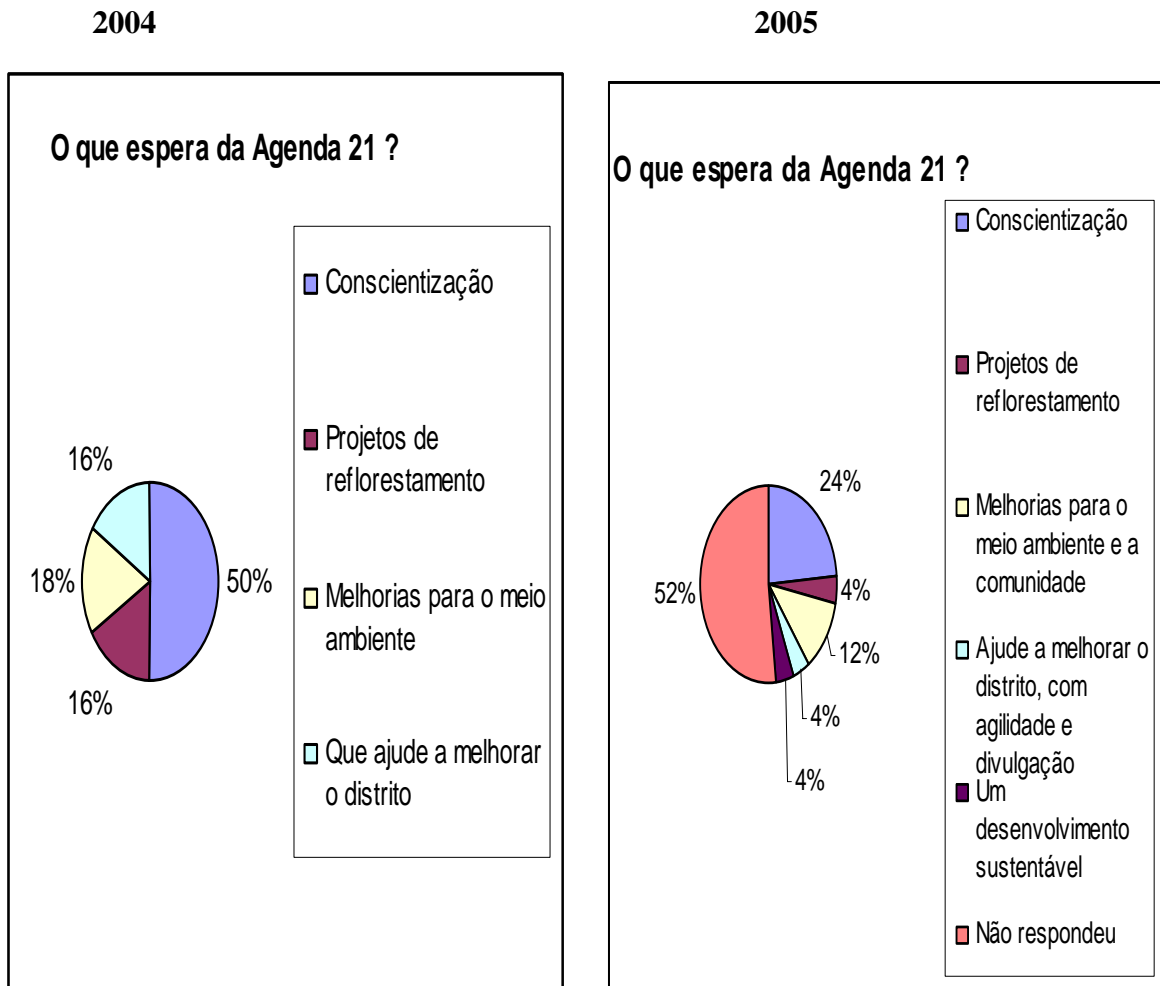


Gráfico 40: O que espera da Agenda 21?



CONCLUSÃO

Relembramos que o objetivo da pesquisa foi avaliar os resultados socioambientais da Agenda 21 local, através do trabalho do Núcleo de Educação Ambiental da Colônia, entre os anos de 2004 e 2005, no 7º e 8º distritos da zona rural de Pelotas.

Acompanhar a implantação e a atuação do NEA e pesquisar sobre as possíveis transformações socioambientais nessas comunidades foram à tarefa a que nos propusemos. A partir do que pretendíamos na proposta da pesquisa, foram realizadas muitas reuniões, visitas, entrevistas e acompanhamento desde a implantação do NEA até o momento atual em que já estão sendo criados vários projetos pelo Núcleo, envolvendo a comunidade local.

Os resultados esperados pela Agenda 21 local, como a formação de NEAs, aconteceu em parte, alguns não chegaram a se formar totalmente, dos seis previstos, três estão organizados, já com atuação na comunidade e três precisam de reestruturação. Quanto a participação consciente das comunidades nas decisões referentes a questões socioambientais: Conselho Municipal de Proteção Ambiental, OP, Fóruns da Agenda 21 Local, esta se dá, através do COMPAM. Foi criada uma Câmara Técnica do Fórum da Agenda XXI, com representatividade dos NEAs, ONGs e Instituições governamentais, tratando da continuidade da Agenda XXI e fortalecimento dos NEAs.

Onde previa o desenvolvimento de postura quanto às formas de interação entre seres humanos e ambientes, buscando uma melhor qualidade de vida, as comunidades estão tentando que criarem alternativas, através de projetos criados por elas, de acordo com as necessidades locais. O engajamento da comunidade na construção de uma cidade sustentável, os NEAs estão sendo uma ponte entre a comunidade e a Secretaria de Urbanismo, para que as necessidades regionais sejam contempladas no plano diretor da cidade.

A formação de uma consciência coletiva quanto a necessidade de conservação do meio ambiente, a promoção da defesa de bens e direitos sociais, patrimônio cultural, direitos humanos e o desenvolvimento sustentável, estão sendo construída muito lentamente pela falta de apoio político e estrutura dos NEAs.

O objetivo principal da Agenda 21 local é, na verdade, a formulação e implantação de políticas públicas, por meio de metodologia participativa, que produza um plano de ação para o alcance de um cenário de futuro desejável pela comunidade local. Esse precisa atentar para a análise das vulnerabilidades e potencialidades de sua base econômica, social, cultural e ambiental. Ainda o objetivo da Agenda 21 Local de Pelotas consiste em assegurar o desenvolvimento sustentável, contemplando ações na esfera econômica, social e ambiental. Como instrumento educativo, pretende garantir debates socioambientais, atendendo às necessidades atuais, sem comprometer a futura geração.

Diante das intenções acima citadas, asseguramos, de acordo com os dados pesquisados, que a comunidade da zona rural de Pelotas precisa ter mais espaço, incentivos, orientações, políticas públicas voltadas para a realidade colonial. A agenda 21 deu apenas um passo inicial rumo a esses compromissos, mas é necessário muito mais. Urge, que a partir de agora, o Núcleo seja fortalecido para cumprir seu papel e seu verdadeiro objetivo: trabalhar os problemas locais e formar lideranças na comunidade, através de um processo permanente de formação e informação, possibilitando cada vez mais que estes desenvolvam habilidades e atitudes voltadas à conservação e ao manejo do meio ambiente, por meio da Educação Ambiental. Desse modo, estaremos formando cidadãos críticos e conscientes para suas tomadas de decisões, para uma comunidade sustentável.

O Núcleo nasceu compreendendo duas comunidades distintas, com realidades diversas em alguns pontos, noutros com muita semelhança, separados pela distância de mais ou menos de 20km. Com o tempo, adquiriu forma e não se extinguiu, como as ONGs que foram responsáveis pela sua formação. Unidos pela mesma força, vontade e necessidade de trocarem experiências, conhecimentos e sempre buscando orientação, seguiram em frente, formando uma rede de trocas.

Com todas as dificuldades encontradas para se fazer presente, e com pouco tempo para se dedicar a reflexões, estudos e divulgação da importância de se ter uma Agenda 21 Local, o

Núcleo persistiu. Vale novamente enfatizarmos que a Agenda trabalha questões relacionadas à sustentabilidade, questões estas delicadas para quem vive na terra e da terra. Mesmo com todos esses problemas, o grupo se dedica, cada vez mais, para que a comunidade vislumbre uma maneira de conquistar uma melhoria na qualidade de vida da zona rural.

Não há exagero ao afirmarmos que os integrantes do NEA foram heróis, porque foram abandonados pelas ONGs, que ganharam verba Federal, infra-estrutura Municipal para formá-los e acompanhá-los, e não o fizeram. Mesmo com muitas turbulências, entenderam que dependia mais deles, enquanto comunidade do que de pessoas descomprometidas com as questões socioambientais e com falta de ética profissional.

A continuidade aconteceu, pelo engajamento e persistência do grupo, ainda pela disponibilidade, respeito e comprometimento da coordenadora de EA da SQA, que, incansavelmente, era a motorista da Kombi que levava o grupo para as reuniões noturnas todas as semanas se deslocava da cidade, ia até a zona rural rodava em média 150 Km, para reunir o Núcleo. Quando necessário, levava consigo um palestrante para falar sobre temas de interesse da comunidade como, por exemplo, Fauna, Flora, Meio Ambiente Natural e Construído, entre outros.

Os objetivos da pesquisa foi plenamente realizado, uma vez que verificamos uma sensível mudança de comportamentos, de hábitos, de conhecimentos e habilidades, sobre as questões ambientais. Podemos dizer que o trabalho do NEA foi desenvolvido dentro das condições precárias com as quais se deparou. Estamos no ano de 2006, e ainda o núcleo sequer recebeu o computador e a impressora, para montar sua sala na escola sede. O descaso do poder público municipal e das ONGs que deveria acompanhá-los, é injustificável e total.

Essa pesquisa serve de exemplo para que outros municípios não cometam os mesmos erros, como contratar ONGs sem critérios de seleção, que usam o dinheiro público com interesses políticos, pagamento para as pessoas participarem de cursos, sem nenhum comprometimento ético, projetos mirabolantes, sem previsão de continuidade.

Um dos grandes problemas detectado no processo de continuidade da Agenda 21 local foi à mudança de governo municipal no meio do projeto. O comprometimento de um e o descomprometimento do outro, prejudicou o projeto. Inclusive, um ano se passou até o atual

governo entender que a Agenda 21 é um projeto grandioso, importante para ser desenvolvido a partir das necessidades locais e não de interesses políticos ou particulares, ela é de toda sociedade.

O que se propõe é que a Agenda 21 Local tenha apenas, como um dos parceiros, as prefeituras, procurando envolver várias instituições e, principalmente, Conselhos Municipais de Proteção Ambiental, ONGs engajadas em questões ambientais e que sejam idôneas, sindicatos, associações de bairros, universidades. Enfim, toda a comunidade, para que não fiquem somente ligadas ao Poder Executivo.

Embasados nos dados levantados, podemos concluir que houve um trabalho de sensibilização, de divulgação, de reflexão e de transformação de hábitos e de comportamento das comunidades em foco. As pessoas passaram a entender um pouco mais sobre o meio onde vivem e qual é o seu papel neste ambiente, tendo respeito pelo trabalho do NEA, vendo-o até como referencial para informações e orientações sobre muitos problemas ambientais, enfrentados pela comunidade.

A Agenda 21 de Pelotas está tendo continuidade com a criação do Fórum XXI, hoje, uma Câmara Técnica do Conselho Municipal de Proteção Ambiental (COMPAM), composto por três instituições não governamentais e três governamentais. Essa Câmara confere institucionalidade aos NEAs. O que é decidido pelo Fórum entra em votação no conselho; caso aprovado, poderá ser executado. Esse foi o encaminhamento que julgamos mais eficaz para garantir a continuidade do processo de Agenda 21 no município.

O novo paradigma de gerenciamento de um conjunto de dinâmicas sociais e políticas representadas pela Agenda 21, e pela perspectiva do desenvolvimento local, integrado e sustentável, apóia-se de forma central nas idéias anteriormente expostas. Sua grande aposta está em conceber os membros da sociedade como sujeitos de seu próprio destino e dos rumos tomados pela sociedade ou pela comunidade em que vivem. Ela é uma metodologia voltada para a consecução dos objetivos relacionados com a viabilização do desenvolvimento sustentável nas suas diversas facetas, capazes de garantir um presente e um futuro melhores para as atuais e as futuras gerações. Por isso, sua implantação demanda uma mudança no enfoque, na postura, nas mentalidades, de forma que permitam e estimulem a participação da sociedade na superação de seus dilemas.

Por derradeiro, enfatizamos a inquestionável relevância da Educação Ambiental, para intensificar e diversificar as formas de participação individual e coletiva e, também, para buscar outros caminhos eficazes que, ao lado da educação e da participação, contribuam para a mudança de mentalidade. Conjugando esforços, em todas as escalas da sociedade, com objetivos mais diversos, em uma permanente aprendizagem, parece-nos ser a única via para combater a indiferença e alcançar os significados profundos dos valores presentes nos conceitos de democracia, tolerância, solidariedade e compromisso individual e social.

É importante destacar o que diz no preâmbulo da carta da terra sobre os desafios para o futuro.

A escolha é nossa: formar uma aliança global para cuidar da Terra e uns dos outros, ou arriscar a nossa destruição e a diversidade da vida. São necessárias mudanças fundamentais dos nossos valores, instituições e modos de vida. Devemos entender que, quando as necessidades básicas forem atingidas, o desenvolvimento humano será primariamente voltado a ser mais e não a ter mais. Nossos desafios ambientais, econômicos, políticos, sociais e espirituais estão interligados e juntos poderemos forjar soluções incluídas. (Carta da Terra, 2004, p.14).

O bem estar da humanidade e a grande comunidade de vida dependem do nosso compromisso pessoal, integridade ecológica, justiça social e econômica, democracia e liberdade.

ANEXOS

1- Cachoeira dos Gotinari (8º distrito) Colônia Maciel



Fonte: Foto particular Neuza Corrêa (2004)

2 - Vertente de água na propriedade dos Bachini (7º distrito) - Quilombo



Fonte: Foto particular, Neuza Corrêa – (2005)

3 - Parque Farroupilha – (8º distrito) Colônia Maciel



Fonte: Foto particular, Neuza Corrêa – (2005)

4 – Arroio Quilombo (7º distrito) Colônia Quilombo



Fonte: Foto particular Neuza Corrêa - 2005

5 – Queimada na Colônia Santo Antônio (7º distrito)



Fonte: Foto particular Neuza Corrêa – 2005

6 – Assoreamento nas margens da Barragem do Quilombo (7º distrito) Quilombo



Fonte: Particular, Neuza Corrêa – 2005

7 – Arroio Quilombo (7º distrito)



Fonte: Foto particular, Neuza Corrêa - 2005

8 – Lixo jogado na natureza (7º distrito)



Fonte: Foto particular, Neuza Corrêa - 2004

9 – Reunião NEA Colônia (7º distrito) na casa da Cleunice.



Fonte: Foto particular, Neuza Corrêa - 2005

10 - Reunião do NEA (7º distrito) Hotel Bachini.



Fonte: Foto particular, Neuza Corrêa - 2005

11 – Propriedade de Sr. Portantiollo, agricultura Ecológica (8º distrito)



Fonte: Foto particular, Neuza Corrêa - 2005

12 – Cachoeira do Arco Íris (8º distrito)



Fonte: Foto particular Neuza Corrêa - 2005

13- Reunião do NEA, na casa dos Gotinari – (8º distrito) Maciel



Fonte: Foto particular, Neuza Corrêa – 2005

14 – Reunião NEA, Vila Nova – casa da Cleunice -



Fonte: Foto particular, Neuza Corrêa - 2005

BIBLIOGRAFIA

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da agenda 21**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BRASIL. **AGENDA 21. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992: Rio de Janeiro)**. 3ª ed. Senado Federal. Brasília, 2001.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **A Invenção Ecológica. Narrativas e Trajetórias da Educação Ambiental no Brasil**. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2001. 229p.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: Princípios e Práticas**. 3ª ed. Rev. e ampl. São Paulo: Gaia, 1994.

DIAS, Genebaldo Freire. **Fundamentos de Educação Ambiental**. Brasília: Universa, 2000.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Tradução de Moacir Gadotti e Lílian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (Coleção Educação e Mudança, 1).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, 18ª edição.

HERMANNNS, Klaus; MACEDO, Michel. **AGENDA 21 LOCAL - Experiências da Alemanha, do Nordeste e Norte do Brasil**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003.

LAYRARGUES, Philippe Pomier (Coor.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. 156p.

LEFF, Enrique; FUNTOWICZ, Silvio; MARCHI, Bruna de; CARVALHO, Isabel; OSÓRIO, Jorge; LUZZI, Rubén Pesci'daniel; RIOJAS, Javier; ESTEVA, Joaquín; REYES, Javier;

GÓMEZ Maritza (Coor.). **A Complexidade Ambiental**. Tradução de Eliete Wolff. São Paulo: Cortez, 2003.

LITTLE, Paulo E (Org.). **Políticas Ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências**. Brasília, DF: IIEB, 2003.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Questões Ambientais e Educação: A Multiplicidade de Abordagens**. Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 1996. In: **Ambiente e Educação da FURG**. v. 8, 2003. (Premissas teóricas para uma educação ambiental transformadora).

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; PHILIPPE Pomier Layargues; CASTRO, Ronaldo Souza de. (Orgs.). **Educação Ambiental e Movimentos Sociais na construção da cidadania Ecológica e planetária**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MINISTÉRIO do Meio Ambiente. **Construindo a Agenda 21 Local**. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2003. 56p.

MINISTÉRIO do Meio Ambiente. **Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável: declaração de Joanesburgo e plano de implementação (2002: Joanesbugo, África do Sul)**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2003. 118p.

SILVA, Cristiano Ayres da (Org.). **Construindo a Cidadania Ambiental - Agenda XXI Ação Local**. Pelotas/RS. SMQA. Prefeitura Municipal de Pelotas, 2004.

SILVA, Marina. **Carta da Terra**. Brasília. 2004.

VELASCO, Sírio Lopez. **Ética para o século XXI**. Unisinos: São Leopoldo. Brasil, 2003.

ZAKRZEWSKI, Sônia Balvedi; BARCELOS, Valdo (Org.). **Educação Ambiental e compromisso social: Pensamentos e Ações**. Erechim, RS: Ed. Fapes, 2004. 352p.